

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA  
DO RIO DE JANEIRO



**Leonardo Laurindo do Nascimento**

**A Guerra de Canudos na política republicana:  
da “entropia baiana” à consolidação da República**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**DEPARTAMENTO DE DIREITO**

Programa de Pós-Graduação em Direito

Rio de Janeiro

Abril de 2023

**centro de ciências sociais**



**Leonardo Laurindo do Nascimento**

**A Guerra de Canudos na política republicana:  
da “entropia” baiana à consolidação da República**

**Dissertação de Mestrado**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Direito, área de concentração em Teoria do Estado e Direito Constitucional, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências Jurídicas.

Orientador: Prof. Adriano Pilatti

Rio de Janeiro  
Abril de 2023



**Leonardo Laurindo do Nascimento**

**A Guerra de Canudos na política republicana:**

da “entropia” baiana à consolidação da República

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Direito da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

**Prof. Adriano Pilatti**

**Orientador**

**Departamento de Direito – PUC-Rio**

**Prof. Fábio Leite**

**Departamento de Direito – PUC-Rio**

**Joana Machado**

**Departamento de Direito – UFJF**

Rio de Janeiro, 11 de abril de 2023

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, do autor e do orientador.

## **Leonardo Laurindo do Nascimento**

Graduado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro em 2021. Editor-assistente da Revista Direito, Estado e Sociedade de 2022 a 2023. Bolsista CAPES 2021-2023.

### Ficha Catalográfica

Nascimento, Leonardo Laurindo do

A Guerra de Canudos na política republicana : da “entropia” baiana à consolidação da República / Leonardo Laurindo do Nascimento ; orientador: Adriano Pilatti. – 2023.

104 f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Direito, 2023.

Inclui bibliografia

1. Direito – Teses. 2. Canudos. 3. República Velha. 4. Jacobinismo militar. 5. Governo Prudente de Moraes. 6. Governo Prudente de Moraes. I. Pilatti, Adriano. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Direito. III. Título.

CDD: 340

*Em memória de Nathália Souza,  
que nunca deixou de lutar por  
um mundo melhor*

## Agradecimentos

Inicio meus agradecimentos pelos meus pais, Carlos e Denise, que sempre primaram pela minha educação formal e possibilitaram que eu iniciasse esse mestrado. Sem eles, não teria essa oportunidade e não seria possível completar essa etapa. A meu avô, Edson, pelos momentos que compartilhamos nos últimos três anos. Agradeço, também, meu irmão, Thiago, que da outra ponta do hemisfério soube se manter presente.

Ao professor Adriano Pilatti, pelo aceite em orientar este trabalho, por compreender as dificuldades que enfrentei nesse período e por não desacreditar da minha capacidade de entregar, ao final de tudo, um trabalho decente e à altura do Programa.

À PUC e ao Programa em Pós-Graduação em Direito, por permitir um ingresso democrático e permanência aos alunos de pós stricto sensu. Sem esse compromisso acadêmico, essa pesquisa não seria possível.

À revista Direito, Estado e Sociedade e todos seus membros, por me aceitarem no quadro de editores e permitirem que eu me mantivesse próximo ao trabalho editorial de alto nível que realizam na seleção, edição e publicação de artigos científicos.

À Capes, pela oportunidade de atravessar o mestrado como bolsista. O apoio material fornecido foi fundamental para a conclusão dessa pesquisa.

Por último, ao elegante e sábio jurista Antônio Evaristo de Melo Peixoto, infelizmente menos presente nas minhas sextas-feiras em razão de todo caos pandêmico que passamos, mas sempre fundamental para minha formação enquanto ser humano.

## Resumo

Nascimento, Leonardo Laurindo do; Pilatti, Adriano. **A Guerra de Canudos na política republicana: da “entropia” baiana à consolidação da República**. Rio de Janeiro, 2023, 104 p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Pós-Graduação em Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Esta dissertação examina as consequências políticas da ordem constitucional iniciada em 1891 e a “década do caos” (1889-1898) que se instaurou após a Proclamação da República, a fim de investigar de que maneira o conflito em Canudos (1893-1897) ganha relevância na cena política, com o objetivo de situar sua importância para o processo de consolidação República. A República retirou do jogo político o Poder Moderador, que até então era o principal dispositivo de manutenção de conflitos institucionais, sobretudo pela capacidade de promover a alternância de poderes de maneira relativamente pacífica. A ausência do poder de moderação abriu diversas tensões no campo institucional e civil. Como as bancadas legislativas eram formadas sob tutela da influência dos chefes políticos estaduais, a desordem se alastrou a todos os níveis da federação. Os embargos entre o Executivo e o Legislativo, tanto a nível nacional quanto estadual, serão abordados por meio de bibliografia selecionada, limitando o escopo estadual à Bahia. O impacto da guerra em curso nas movimentações políticas e institucionais será avaliado, sem abrir mão de bibliografia de apoio, a partir de cartas de atores relevantes, manifestações públicas e discursos parlamentares. A guerra de Canudos, que surgiu da “entropia” iniciada pela nova Constituição e que se arrastou para o estado baiano, se tornou a conjuntura pela qual Prudente de Moraes foi capaz de isolar de vez os principais elementos que promoviam tensões e desestabilizações no interior da República, garantindo uma sucessão ao novo presidente civil relativamente ordenada.

### Palavras-chave:

Canudos; República Velha; jacobinismo militar; governo Prudente de Moraes; política baiana.

## Abstract

Nascimento, Leonardo Laurindo do; Pilatti, Adriano(Advisor). **The War of Canudos in Republican politics: from the Bahian “entropy” to the consolidation of the Republic.** Rio de Janeiro, 2023, 104 p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Pós-Graduação em Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This dissertation examines the constitutional order initiated by the 1891 Constitution along with the “decade of chaos” (1889-1898) that followed the Proclamation of the Republic, in order to investigate how the conflict in Canudos (1893-1897) became politically significant and what role it played in the consolidation of the republican political order. The Republic withdrew the Moderating Power from the political arena, which until then was the main institutional mechanism for solving political conflicts. With its absence, various tensions emerged in both political and civil spheres. The resulting disorder spread to all levels of the federation, as legislative groups were formed under the influence of state political leaders. The dissertation explores the tensions between Executive and Legislative power, at both national and state levels, drawing on selected bibliography and focusing on Bahia. This work also evaluates the impact of the ongoing war on political and institutional actions, based on a range of sources, including letters from relevant figures, public speeches and press articles. The conflict in Canudos emerged from the republican “entropy” and became a pivotal moment for Prudente de Morais, allowing the president to isolate key elements that promoted destabilization within the Republic. Through this, he was able to ensure a relatively orderly succession to the new civilian presidency.

### Keywords:

Canudos; Old Republic; military Jacobinism; Prudente de Morais’ government; Bahian politics.

# SUMÁRIO

1. Introdução.....	09
2. Os anos entrópicos no alvorecer republicano.....	18
2.1. O Exército como organização <i>disputada</i> e <i>disputando</i> .....	24
2.1.1. A concepção “regeneradora” da sociedade civil.....	28
2.2. O governo de Floriano Peixoto: a cizânia federativa e os novos atores .....	30
2.2.1. Os batalhões patrióticos: incubadora do jacobinismo popular.....	32
2.2.2. O Partido Republicano Federal – PRF.....	34
2.3. O governo sem poder de Prudente de Moraes.....	36
3. A entropia baiana.....	40
3.1. A divisão política na Bahia e o jogo pelo poder.....	42
3.2. Belo Monte: uma esfinge.....	52
3.3. A construção do medo e o início das expedições.....	59
3.4. A lealdade de Manuel Vitorino.....	68
4. A política republicana em Canudos.....	73
4.1. A nacionalização de Canudos pelo tumulto jacobino.....	76
4.2. Os movimentos de Prudente de Moraes.....	78
4.3. A quarta expedição.....	81
4.4. A derrota florianista.....	90
5. Conclusão: o lugar da guerra de Canudos na política republicana dos “anos entrópicos” à consolidação da República.....	96
Referências Bibliográficas.....	100

## 1. Introdução

O arraial de Belo Monte ocupa o lugar de um mito nacional no imaginário brasileiro. Hoje submerso pelas águas do Açude Cocorobó, a memória do morticínio causado em nome da República, da ordem e do progresso, sobreviveu recheada por narrativas fantásticas que contam a história de loucos, santos, guerreiros, heróis e vilões.

Antônio Vicente Mendes Maciel, conselheiro, posição do catolicismo popular da família dos beatos, foi o responsável por conduzir aquilo que – dizem – foi uma trupe de fanáticos, todos condenados pela “loucura epidêmica” que se alastrava pelo sertão mestiço. Às margens do Vaza-Barris, teriam construído uma comunidade cuja descrição varia tanto quanto o número de autores que se debruçou sobre o tema: monarquista, messianista, milenarista, sebastianista – e até comunista.

No mesmo tempo histórico, se desenvolvia na nova República a “década do caos”, um cenário de instabilidade político-institucional que perdurou por quase uma década a contar da Proclamação em 1889. A ampla possibilidade interpretativa dos institutos da nova constituição fazia com o texto constitucional servisse de artilharia para quem tivesse os meios de dominar o regime político. A constituição, ao invés de impor as regras do jogo, era definida e delimitada por ele. A história constitucional, nesse sentido, se apresenta como a história de como as relações políticas e institucionais se constituíram de fato, por meio de procedimentos estabelecidos pela letra constitucional ou à margem dela.

A pesquisa tem como objetivo explorar a conexão entre a ordem política republicana estabelecida pela Constituição de 1891 e a Guerra de Canudos, conflito que se desenvolveu entre os soldados da recém fundada ordem política e os “loucos” seguidores de Vicente Maciel. A guerra foi um dos episódios mais sangrentos da história brasileira, possivelmente a maior mobilização militar em solo nacional, com o povoado de Belo Monte sendo completamente destruído por balas de canhão, querosene e bombas de dinamite pelos soldados trajados de dólmãs azuis e calças vermelhas. O confronto direto se estendeu por quase um ano, e se desenvolveu por meio de quatro expedições.

A dissertação investigará essas conexões em ambos espectros do tempo. Em 1893, após uma pequena escaramuça com as forças republicanas, Antônio Conselheiro e seu séquito se aconchega no sertão baiano, fundando Belo Monte. As histórias dessa refrega e das quatro expedições que se iniciam em 1896 são atravessadas por tensões próprias que marcam esse período caótico da República. Não é por acaso que o acampamento se torna uma questão política e militar em âmbito nacional. Ou melhor: são por acasos próprios desse período da política republicana. Finalizada a guerra, a República caminha para aquele que seria seu período de consolidação, que se inicia com o governo de Campos Sales, em 1898.

A hipótese inicial levantada foi a de que a campanha de guerra seria um momento fundamental desse processo, afastando a conexão temporal como mera coincidência. A guerra teria sido a força que unificou a República fragmentada em torno de um inimigo comum. De fato, a guerra produziu uma unidade, ainda que aparente, dando peso à hipótese unificadora. No decorrer das quatro expedições, foram mobilizados cerca de doze mil soldados, entre oficiais do Exército, praças, voluntários e “voluntários”, tropas policiais de estados como Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, entre outros, além de setores como a igreja, a imprensa e os acadêmicos. Portanto, no seio de uma ordem institucional marcada pela instabilidade, a unidade teria sido forçada pelo confronto. O período em que se considera o início do processo de consolidação da República se inicia um ano após a guerra.

Essa hipótese cai por terra no decorrer da pesquisa. Desde o início das expedições, a intenção da ala mais radical do florianismo, dentro e fora do Exército, é facciosa. Após o afastamento do então presidente, Prudente de Moraes, em razão de adoecimento, o vice Manuel Vitorino assume a presidência interina. Vitorino se alia a Francisco Glicério e aos oficiais florianistas com intenções de se perpetuar na presidência, mesmo que isso custasse a deposição de Luiz Viana, governador da Bahia e seu aliado no momento de sua eleição à vice-presidência. Nos quartéis baianos, possivelmente incentivados pelo General Sólon e com apoio do Barão de Jeremoabo, uma agitação preocupa Viana. Nas cartas da oposição baiana, a expectativa é que uma intervenção federal e militar derrubasse o governador.

O retorno inesperado de Prudente de Moraes à presidência no mesmo dia em que chegou a notícia do desastre da expedição do coronel Moreira César agita ainda mais o tabuleiro político. Se havia uma real intenção de unidade entre Prudente e

seus adversários, ela logo é abandonada quando o presidente nomeia o Marechal Bittencourt ao ministério da Guerra. O apoio de Prudente às ações do Marechal resulta na cisão do Partido Republicano Federal de Francisco Glicério, que até então era o principal mediador entre o governo e o legislativo. Bittencourt também foi importante para desbaratar quaisquer intenções golpistas da Bahia, e privilegiou a promoção de oficiais que concebiam o Exército como uma organização profissional, e não um corpo *regenerador* da sociedade civil.

O que temos, portanto, é precisamente o contrário da hipótese inicial: a unidade formada na guerra não foi “mais unida” que o heterogêneo e conflituoso bloco republicano que até então comandava o país. Por outro lado, no decorrer da campanha, o que se verifica é que essa “unidade” caminha em sentido à desagregação, com a intensificação dos conflitos presentes nessa heterogeneidade. O resultado é um processo que conduz à neutralização e isolamento dos adversários de Prudente de Moraes.

Ao identificar a causa do confronto na "entropia"<sup>1</sup>, a pesquisa busca interpretar os movimentos políticos que deram origem à guerra como próprios dessa conjuntura política. Em parte, a interpretação de uma ação desmedida e irracional está escrita nos relatórios militares e na reação que a sociedade brasileira teve após tomar ciência das ações do Exército na quarta expedição. Porém, é inegável que havia tendências políticas que jogavam ativa e conscientemente pela guerra.

O florianismo militarista apostava na guerra: para Moreira César, era não só uma forma de “fugir” de uma possível punição por seus crimes no Sul do país, como elevaria o prestígio de um fraturado Exército. Os “jacobinos”, por sua vez, só conheciam em seu alfabeto político o tumulto, o distúrbio e a guerra. A oposição baiana, em processo de definhamento, apostava, desde pelo menos 1895, numa intervenção federal capaz de balançar a cena política estadual a seu favor. E Prudente, quando retoma o poder naquelas condições inesperadas, se vê numa posição em que a continuação da guerra era a única forma de não ser deposto pelas hordas que se aglomeravam nas ruas. A guerra, portanto, foi uma construção

---

<sup>1</sup> Entropia é um conceito emprestado da termodinâmica que mede o grau de desordem, aleatoriedade e imprevisibilidade de partículas em um sistema físico. No sentido empregado, conforme Lessa (2015), se trata de uma ordem política em que os atores políticos são as partículas e o sistema físico é a ordem institucional. Desordem e caos institucional, portanto.

política, ainda que seja controverso o grau de intencionalidade e coordenação dessa construção.

Nesse sentido, os pontos de ligação entre a cena política republicana e a campanha de guerra são observáveis desde já. O cenário da “entropia” na Bahia deriva das mudanças institucionais que a República implantou no campo da ordem política – marcados por *ausências*, entre elas a do Poder Moderador, capaz de promover alternância no poder de forma relativamente pacífica e ordeira.

A República estabeleceu uma embaraçada relação entre União e estados, na medida em que o poder executivo dependia do poder legislativo, e as bancadas congressuais eram formadas nas votações estaduais, sob a influências dos chefes políticos regionais. A questão do poder central, nesse contexto, se tornou a questão do poder nos estados. Uma reorganização do tabuleiro no nível federativo mais alto implicava em disputas no interior dos estados; e a maneira pela qual o poder central poderia influir no destino desses conflitos era por meio da intervenção.

Essa foi a marca dos primeiros “anos entrópicos” da Primeira República, uma mudança brusca da dinâmica que ocorria no Império. Se comparado a seus pares latino-americanos, o Brasil do século XIX apresentou instituições fortes e relativamente estáveis. As instituições “como elas são” funcionavam para aquilo a que se prestavam. A política decidia, a economia lucrava, o direito escravizava e o Exército garantia o interesse dos três. Não havia, em solo brasileiro, a ameaça de um caudilho ou de uma comuna a céu aberto. O executivo e o legislativo concertavam sob a batuta do poder moderador. E, apesar de imbróglis jurídicos, facciosismos corporativos e revoltas armadas violentas vindas debaixo, os Partidos Liberal e Conservador compuseram a cúpula da ordem política e comandaram as instituições de 1837 até a proclamação da República, evidenciando a estabilidade do sistema de dominação. A coroa de Dom Pedro II aglomerava em torno de si os grandes proprietários que, por sua vez, arrastavam o restante do país.

No dia 15 de novembro de 1889, os bispos, cavalos, peões e torres se viram num tabuleiro desprovido de um rei que pudessem orbitar, desorientados com a rispidez e rapidez com que as mudanças ocorreram. Na Bahia, por exemplo, chegada a notícia, o presidente da província, o poder legislativo e o irmão do proclamador, Hermes da Fonseca, prepararam uma resistência em defesa da monarquia, tamanha surpresa com o que acontecia na capital. Antes do fim do ano

seguinte, porém, Hermes da Fonseca já era presidente do estado e os antigos monarquistas se aglomeravam em partidos com nomenclaturas republicanas.

Carente de um poder moderador, o conflito entre as famílias e chefes das oligarquias aflorou, não podendo ser contido nas amarras da nova constituição. Disputavam cargos públicos, orçamento, terras, rebanhos, acesso a rios, redutos eleitorais, vagas ao Senado, e tudo o mais em que podiam pôr a mão. Não obstante proclamar uma república, o Exército clamava para si o poder de “restaurar” a pátria, participando da política como um corpo próprio, julgando-se acima dos interesses particulares, muito embora o oficialato fosse composto, em sua maioria, por bacharéis que viam nas armas a possibilidade de melhorar de vida num Brasil em que a divisão social era tão marcada como as casas de um tabuleiro de xadrez.

Com as regras do novo pacto federativo, conflitos armados ora assumiam feições de uma ameaça à ordem política, ora eram utilizados por tendências facciosas como uma plataforma para seus próprios interesses. A ausência do árbitro fundamental tornava a decisão de uma cizânia uma obra de força militar. Todo terremoto que acontecia na capital produzia abalos sísmicos nos estados.

A adoção da forma federativa no Estado significou divergências cruciais entre o oficialato e as diversas facções oligárquicas entre si. Para uns, a forma federativa deveria promover a autonomia e a manutenção da situação nos estados enquanto que, para outros, a federação significava a imposição da forma republicana à luz dos entendimentos da União no interior dos estados.

A desordem e o caos da década se alastravam da União aos estados, e dos estados à União. A relação de dependência entre o poder executivo e o poder legislativo significava um constante atrito entre os dois níveis da federação, na medida em que o novo executivo tendia ao autoritarismo e ao centralismo típicos de uma ordem nascente, ávida por promover uma reorganização da cena política. Esse movimento encontrava resistência dos chefes políticos estaduais que não só combatiam as tendências intervencionistas, como buscavam impor pautas e demandas particularistas ao poder executivo por meio de suas bancadas legislativas.

É nesse cenário que se desenvolve o conflito das oligarquias baianas e a guerra de Canudos. E é no cenário da guerra que são produzidas as condições políticas para a sucessão civil, até então ameaçada.

A dissertação foi dividida em três capítulos e uma conclusão, além desta introdução. No primeiro capítulo, serão privilegiadas as tensões próprias da forma

institucional que a República assumiu após sua proclamação, abordando as ausências e as novas dinâmicas que estabeleceram a tônica de uma institucionalidade sem rotina, cujos pontos já foram adiantados nesta introdução. A conjuntura política e institucional é informação fundamental para a compreensão dos problemas abordados.

Para isso, será revisada a noção de “anos entrópicos” apresentada por Lessa<sup>2</sup>. A desordem seria, entre outros elementos, o descasamento do que chama de *demos*, *pólis* e governo, de maneira que uma tentativa de solucionar a instabilidade apenas promovia novas rupturas no bloco no poder, impedindo uma institucionalização rotinizada. Um dos principais argumentos de Lessa é o de que ordens políticas não derivam da espontaneidade dos fatos, de maneira que a ordem republicana não seria erigida automaticamente a partir da proclamação numa República em que o realismo federalista jogava contra a institucionalização promovida pela imaginação unionista. A ausência do poder moderador se mostrou um empecilho à rotinização institucional, e só a construção de uma nova dinâmica política seria capaz de possibilitar um governo institucionalizado.

O período de Floriano Peixoto é identificado como o que estabeleceu – ou revelou – a dinâmica dos anos entrópicos, momento em que a cizânia federativa atinge seu ápice com a Revolução Federalista. Na conjuntura florianista, a linha “regeneradora” do Exército assume protagonismo na condução do governo e novos atores adentram a cena política: o partido nacional de Glicério, o Republicano Federal, e o jacobinismo popular dos batalhões patrióticos, cadetes e oficiais intermediários do Exército. Esse período será explorado por meio de bibliografia historiográfica<sup>3</sup> e a produção de contemporâneos<sup>4</sup>.

O capítulo seguinte investigará as consequências desse cenário caótico para a política estadual baiana, identificando que aspectos se conectam com a formação do acampamento de Belo Monte em Canudos e seu posterior desenvolvimento em uma questão nacional. Se a cada evento político as alianças se desmontavam, essas novas configurações reverberavam nos estados. Serão identificadas duas principais facções que dividiram a oligarquia baiana no período em análise, e a maneira como

---

<sup>2</sup> 2015

<sup>3</sup> Carone, 1983; Leite, 2003; McCann, 2009; Muzzi, 2006; Ribeiro, 1989; Coelho, 1976; Viana, 2004

<sup>4</sup> Guanabara, 2002;

atuaram, conscientes ou não, coordenadamente ou não, para a construção da guerra de Canudos.

O principal argumento, portanto, é que cenário baiano só pode dar origem aos fatos que levam ao desenvolvimento da campanha de Canudos devido à conjuntura de caos na esfera federativa. A Bahia inicia a República sendo multipartidarista, mas a intervenção de Floriano Peixoto e uma rixa nas eleições municipais desagrega o principal partido em duas grandes facções. É nesse mesmo momento que Conselheiro entra em confronto com a polícia baiana, pois o Barão de Jeremoabo o acusava de ter organizado manifestações pró-Viana em seu reduto. Nos anos seguintes, a Bahia passa por duplicatas legislativas e, mesmo, uma duplicata do poder executivo. Na capital, o principal aliado dos gonçalvistas agitava a Câmara para que fosse decretada uma intervenção federal.

O estudo do arraial de Canudos será abordado da seguinte maneira: embora o objeto de estudo seja *a guerra em si*, conhecer as leituras<sup>5</sup> do que foi Belo Monte e confrontá-las permite uma melhor compreensão do tema, afasta concepções equivocadas e permite compará-las às percepções que a pesquisa desenvolverá sobre o papel dos canudenses nesse turbilhão político. O pensamento de Conselheiro e sua visão sobre a República também será discutida<sup>6</sup>. O confronto dessas leituras também permitirá estabelecer até que ponto os contextos social e religioso foram decisivos para a guerra, em contraposição às tensões próprias que a ordem política desenvolvia em seu interior.

Em relação à entropia baiana, a principal fonte será o garimpo historiográfico que Sampaio<sup>7</sup> realizou do período, com foco na formação, desenvolvimento e cisão dos partidos baianos no período da República. Seu trabalho também engloba os principais confrontos entre as duas facções que predominavam na Bahia, os gonçalvistas e os vianistas, com particular interesse nas cartas recebidas pelo Barão de Jeremoabo, coligidas por ela própria. Essas fontes primárias revelam perspectivas interessantes sobre o contexto.

---

<sup>5</sup> Hermann (1997) tenta dividir em dois grupos, considerando as análises “progressistas” aquelas que veem em Canudos um movimento social pela disputa da terra, contrapondo-as outras leituras que privilegiam o aspecto religioso e “messiânico” do arraial. Serão brevemente confrontados os trabalhos de Villa (1997), Facó (1976), Moura (2000), Moniz (1987), Negrão (2015), Nogueira (1978), Galvão (2001), Levine (1995) Monteiro (1997), Queiroz (1977).

<sup>6</sup> Fiorin, 1990; Nogueira (1978)

<sup>7</sup> Sampaio, 1973; 1993; 2001

Outra fonte rica são as intervenções agitadoras de Leovigildo Filgueiras, deputado federal eleito pela Bahia e gonçalvista. As principais tensões são abordadas tanto nas cartas como no discurso de Filgueiras, com destaque para a constante tentativa dos gonçalvistas de que fosse decretada uma intervenção federal na Bahia, numa tensão que escalou até uma especulativa tentativa de assassinato. O desconcerto era tal que o Barão de Jeremoabo, antiflorianista e antigo político do Partido Conservador do Império, apostava numa ação dos republicanos mais radicais da ala florianista do Exército para reconfigurar a disposição do poder na Bahia – isso enquanto os radicais e jacobinos se aliavam a Manuel Vitorino, aliado próximo de Luiz Viana até poucos meses antes. As primeiras expedições também serão descritas, pois revelam o desenvolvimento de tensões entre os florianistas e Viana e toda a teia de relações que liga o poder federal aos estados<sup>8</sup>.

Por fim, no capítulo que conclui o desenvolvimento, o conflito que começou no âmbito do interior da Bahia é inserido na conjuntura nacional de desordem após a fracassada expedição de Moreira César. Todas as atenções se voltam para Canudos, e atores até então em processo de definhamento retomam com força total, a ponto de conseguirem pautar o debate e as especulações da opinião pública<sup>9</sup>. A guerra de Canudos, de uma forma ou de outra, passou a guardar o destino da República, e todos perceberam isso. A vitória da república era esperada, mas quem ocuparia as cadeiras presidenciais do país e da Bahia até o fim do ano ainda estava em aberto, com conspirações em curso em ambos níveis federativos.

O privilégio analítico, porém, será conferido às ações de Prudente de Moraes e do Marechal Bittencourt e à repercussão da quarta expedição. São esses os principais elementos, além do desastre que foi a tentativa de assassinato do presidente, que permitem que Prudente de Moraes consiga isolar seus inimigos e aproximar os quadros mais indecisos, num movimento que concerta o poder executivo e o legislativo, eliminando os elementos de desestabilização que habitavam a República até então.

Ao final, é esperado que a pesquisa identifique os principais pontos de conexão entre a campanha da guerra de Canudos e os principais atores da política republicana, de maneira a evidenciar conexões intrínsecas entre ambas esferas da

---

<sup>8</sup> A principal fonte para o desenvolvimento das expedições serão Galvão, 2019; Galvão 2001; McCann 2009.

<sup>9</sup> Lessa, 2015; Muzzi, 2006; Guanabara, 2002; Carone, 1983.

história política daquele período em que duas imaginações republicanas digladiavam na arena política. Uma das consequências endógenas dessa conjuntura, como se verá, será a guerra de Canudos. A campanha bélica, se pode ser considerada uma espécie de “erro” ou “exagero”, foi um “erro” ou “exagero” próprio daquela conjuntura, possível e aceitável em razão das estratégias de poder que se desenvolviam nos níveis estadual – entre os vianistas e gonçalvistas – e nacional – entre o florianismo jacobino e o governo de Prudente de Moraes. A guerra de Canudos, nesse sentido, será inserida naquela concepção ampla de história constitucional: a real constituição dos nexos políticos e institucionais que os poderes constitucionais estabelecem entre si, e os meios que se utilizam para resolver seus conflitos.

## 2. Os “anos entrópicos” no alvorecer republicano

O golpe republicano foi antecipado em razão de um boato. É atribuído ao major Frederico Sólton de Sampaio Ribeiro, que se tornará sogro de Euclides da Cunha, o boato que impulsionou Deodoro da Fonseca a proclamar a República naquele dia 15 de novembro de 1889. A República nasce disforme, sem saber quais relações e nexos estabelecerá. Sabia apenas o que não queria: a monarquia parlamentar e seu poder moderador. De fato, com o grau de heterogeneidade de interesses presente no bloco republicano, talvez o único consenso fosse a forma republicana, federalista e presidencialista.

Os primeiros anos da República são marcados por uma instabilidade paralisante, do ponto de vista da institucionalidade. A noção de “anos entrópicos”, como apresentada por Lessa<sup>10</sup>, é o que guiará a exposição a seguir. Entropia é um conceito emprestado da termodinâmica, que, de maneira grosseira, mede o grau de desordem, agitação e aleatoriedade de partículas em um sistema físico. No sentido empregado aqui, se refere ao grau de imprevisibilidade, desordem e agitação que o sistema político apresentou naqueles anos.

Na concepção que será defendida, a compreensão do que se seguiu na “década do caos” passa por entender o que a República vetou. A república, de modo cru, se estabelece como um veto à política monárquica e seu principal mecanismo constitucional, o poder moderador<sup>11</sup>. Uma gama de contestações, denominadas “questões”, surge nas últimas duas décadas do Império. De um lado, setores específicos da sociedade reivindicavam maior participação no orçamento e nas decisões públicas. De outro, a ordem imperial se mantinha relativamente impenetrável. O poder moderador garantia ao imperador os poderes de uma dama num tabuleiro de xadrez, desequilibrando aquilo que os republicanos e os “questionadores” entendiam como um jogo político equilibrado.

A negação desse regime institucional, entretanto, não expurga os seres sociais que atuavam na sociedade política. Ao contrário, os revela, agora sem o anteparo institucional que os deixou relativamente coesos durante a ordem imperial.

---

<sup>10</sup> 2015

<sup>11</sup> Lessa, 2015, p. 91-92

A dificuldade em estabelecer uma nova rotina institucional, em partes, é a dificuldade dos antigos monarquistas em pactuar sem a mediação do poder moderador.

Segundo Moniz Bandeira<sup>12</sup>, o Brasil ocupava uma posição privilegiada no mosaico pós-colonial de países latino-americanos. A América portuguesa foi a única que não oscilou entre a “anarquia” e o “caudilhismo”, tal qual as demais repúblicas ao seu entorno, que eram marcadas por uma constante instabilidade nas relações entre poder executivo e legislativo.

O que a diferenciava era precisamente o que Lessa chama de *engenharia institucional* do império, que produzia o “paradoxo da representação e a verticalização da ordem política”<sup>13</sup>, uma espécie de inversão da dinâmica do parlamentarismo clássico – eis a origem do termo “parlamentarismo às avessas”. Nessa dinâmica, o imperador escolhia o presidente do Conselho de Ministros, que, por sua vez, escolhia e formava os ministérios de acordo com a *pólis*<sup>14</sup>. Entretanto, o imperador era possuidor do chamado poder moderador, que lhe conferia não só o poder de destituir o presidente do Conselho de Ministros quando quisesse, como a possibilidade de dissolver a Câmara dos Deputados.

Dessa maneira, a dinâmica estabelecida era tal que períodos de ingovernabilidade poderiam ser resolvidos ao toque do poder moderador, que modificaria o poder executivo e poderia recorrer à dissolução do poder legislativo nos casos que se mostrasse necessário. Ao mesmo tempo, o imperador era relativamente blindado, na medida em que a escolha dos ministros de Estado era feita pelo parlamento em conjunto com o presidente do Conselho de Ministros. A modificação do presidente do Conselho para solucionar ingovernabilidade aparecia mais como boa vontade de conduzir a ordem política do que uma veia ditatorial<sup>15</sup>. Ainda assim, entre 1868 e 1889, todas as legislaturas foram interrompidas pelo poder moderador<sup>16</sup>.

---

<sup>12</sup> Moniz Bandeira, 2008, p. 49

<sup>13</sup> Lessa, 2015, p. 77.

<sup>14</sup> O termo *pólis* é empregado por Lessa como a representação, a “expressão da diversidade do *demós*”. *Demós*, por sua vez, refere-se aos elementos da sociedade que tem seu poder de voto e eleição de representantes reconhecido. Por fim, governo é, ao menos teoricamente, a “materialização majoritária” do *demós*. Lessa, 2003, p. 93.

<sup>15</sup> Cf. Faoro, 2012, p. 319: um “[...] mecanismo de absorção dos atritos entre os poderes legislativo e executivo [...]”.

<sup>16</sup> Lessa, 2015, p. 76

A ordem política, dessa maneira, tinha aquilo que Burke chamou de *means of change*. Os *meios de mudança* são, dialeticamente, os *meios de conservação*. Sem eles, qualquer estado está fadado à dissolução<sup>17</sup>. O poder moderador permitia a alternância de poder na ordem política sem grandes rupturas institucionais. Aos membros da *pólis*, bastava a concentração de esforços em corresponder às expectativas de um *único eleitor*, como expõe Alcindo Guanabara:

As lutas políticas eram travadas então entre os dois partidos com o objetivo exclusivo da conquista das boas graças do monarca, de quem dependia a obtenção do poder. O monarca era, pois, um centro de equilíbrio para os dois poderosos partidos, cuja existência por si só bastava para mantê-los dentro de uma esfera de paz e de ordem, pois que se estava nos interesses dos partidos não levar o combate ao adversário no poder a extremos que incompatibilizassem com o monarca [...]<sup>18</sup>.

Dessa maneira, na medida em que a divisão dos candidatos nos pleitos eleitorais fosse controlada “por cima”, a *pólis* mantinha elevado nível de independência do *demos*, construindo uma ordem política excessivamente verticalizada, de maneira que o imperador pode ser considerado o *eleitor único* daquele regime político. Pressões externas não eram capazes de desestabilizar o sistema, nem corromper a *pólis* por meio de uma aliança com o *demos* contra o poder moderador, visto que era do interesse dos partidos Liberal e Conservador a manutenção dessa ordem de coisas. É o que explica um período recheado de conflitos armados, mas ambos partidos habitarem a ordem política em alternância de 1837 até seu fim.

Não obstante, o Império caminhou no sentido da redução da participação política, tendo a Lei Saraiva, de 1881, levado à exclusão dos analfabetos e à eliminação dos eleitores de primeiro grau, passando a participar apenas os eleitores de segundo grau, recrutados a partir de um censo mais elevado. Em 1874, num país de mais ou menos dez milhões de habitantes, o Império reconhecia 1,1 milhões de eleitores. Com as mudanças, esse número foi reduzido para 145.296 votantes, segundo números de McCann<sup>19</sup>. Joaquim Nabuco contava 5.928 eleitores na capital do Império, sendo mais de um terço funcionários públicos.

---

<sup>17</sup> Burke, 2003, p. 19

<sup>18</sup> Guanabara, 2002, p. 17-18.

<sup>19</sup> McCann, 2009, p. 46.

Quando a República é proclamada, abaixo dela se revela o “mundo natural” tal como ele é, sem as constrictões que o Império era capaz de impô-lo. São postos abaixo os “canais tradicionais de integração entre *pólis*, *demos* e governo”<sup>20</sup>. O desafio das elites, agora, era o de “construir formas alternativas de conexão entre *demos* e *pólis* nos diversos planos locais[...]”<sup>21</sup>, sem que isso significasse relevante incorporação do *demos* na definição dos caminhos políticos.

A entropia deriva precisamente dessa tarefa construtivista. Do mundo natural, as novas formas de rotinas institucionais não emergiram naturalmente<sup>22</sup>. Pelo contrário, nele predomina a insegurança, a incerteza, a miopia política, a *desmedida*<sup>23</sup>, a descoordenação, e a insustentabilidade de alianças, na medida em que se teme uma punhalada pelas costas, tal como sustenta o pensamento hobbesiano<sup>24</sup>. A própria identificação de interesses próprios é caótica e sem horizontes ou responsabilidade. Ações materializadas acabam por produzir efeito oposto ou aleatório em relação ao que foi desejado. A falta de unidade leva a uma situação permanente em que ações voltadas para reduzir a entropia geram mais incertezas e ingovernabilidade<sup>25</sup>. Assim, enquanto uma nova rotina institucional não fosse estabelecida, toda cizânia poderia resultar numa ruptura.

É a partir deste bloco heterogêneo que o “estado civil” deverá ser ordenado. Nele habitavam grandes proprietários interessados em maior autonomia nos estados, militares ressentidos, militares desnordeados, os republicanos históricos, funcionários públicos e toda sorte de monarquistas recém-convertidos. A proclamação de 1889 coloca esse bloco em disputa para definir quais serão os nexos entre poder central e poderes regionais, as formas federativas, os nexos entre *pólis*

---

<sup>20</sup> Lessa, 2015, p. 98

<sup>21</sup> Lessa, 2015, 105-106

<sup>22</sup> “[...] ordens políticas são inventadas, não decorrem da dinâmica espontânea dos fatos. É que a ideia de ordem é inerentemente antinatural: as coisas por si sós, em sua dinâmica espontânea e natural, são erráticas e amorfas. Cabe ao espírito humano, movido por uma alucinação que lhe é própria, inventar e simular formas de ordem, contrapondo ao caráter centrífugo e desordenado das coisas”. Lessa, 2015, p. 27

<sup>23</sup> Entendida aqui como uma medida que não condiz com o objetivo desejado. A miopia, porém, ao desorientar os atores, produz cenários em que a *desmedida* aparece, por meio de um cálculo imaginário, como a ação matematicamente correta para um determinado objetivo. O resultado é uma agência absurda ou descolada da realidade, mas que, para os agentes, aparece como uma decisão racional e equilibrada.

<sup>24</sup> Hobbes, 2014

<sup>25</sup> Lessa, 2015, p. 55.

e demos, *pólis* e governo. A “política federal ficou sem unidade”, escrevia Guanabara alguns anos depois<sup>26</sup>.

Essa tarefa de construção da nova ordem é o fundamento dos “anos entrópicos”. As “estruturas” situam, informam os limites, posições e constrictões de grupos sociais e políticos, mas são incapazes de ordenar a aleatoriedade que produzem como mundo. A noção de ordem só pode ser alcançada pela abstração do caos que se apresenta ao olho nu, e as relações de causalidade são representações ativamente construídas pela mente humana que buscam ordenar o que, na verdade, é caótico<sup>27</sup>. A “aparência”, nesse sentido, não se reduz a um reflexo da “essência”, mas uma construção ativa da realidade pela consciência, com todos os acidentes e alucinações que a mente humana é capaz de produzir<sup>28</sup>.

A ordem proposta pela Constituição de 1891 é marcada pelo federalismo e por um executivo e um legislativo fortes, além da manutenção de um *demos* estreito<sup>29</sup>. Embora a federação fosse um consenso<sup>30</sup>, sua forma e distribuição de competências não era. A cada tema, os debates escondiam posicionamentos políticos em torno das competências federativas de cada ente<sup>31</sup>. No fundo, o debate sobre o federalismo escondia o desejo da União impor a forma republicana à luz de seus entendimentos, e o interesse dos estados em conquistar maior autonomia em relação à ordem passada.

O executivo, apesar de forte, dependia de uma maioria no poder legislativo para governar. As bancadas legislativas, entretanto, eram formadas no interior dos estados, sob a égide da influência política dos chefes regionais<sup>32</sup>, de maneira que:

O Governo central, tendo de viver em relação com o Congresso, [...] era obrigado a reagir, a ameaçar ou a lisonjear as facções que dominavam nos

---

<sup>26</sup> Guanabara, 2002, p. 18

<sup>27</sup> Marx, 2008, p. 258

<sup>28</sup> Para um debate curto, mas frutífero, sobre aparência e essência, ver Carcanholo, 2013, p. 18: o peso analítico da aparência é “tão real quanto a sua oposta, a essência”. Quanto à construção ativa da realidade, penso como uma inversão de pesos da clássica citação marxiana de que “Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade, em circunstâncias escolhidas por eles próprios, mas nas circunstâncias imediatamente encontradas, dadas e transmitidas pelo passado” (Marx, p. 209). Apesar de não encontrar circunstâncias definidas por eles próprios, os homens fazem a própria história.

<sup>29</sup> Foi retirado o critério censitário, mas a necessidade de alfabetização respondia pela exclusão de uma parcela expressiva da população brasileira.

<sup>30</sup> Leite menciona que a Constituinte foi “mais federalista do que propriamente republicana” (2003, p. 63).

<sup>31</sup> Leite comenta que, apesar de matizes, dois grandes grupos se formaram: uns mais *unionistas* e outros mais *federalistas*. (2003, p. 63-65)

<sup>32</sup> Lessa, 2015, p. 127

Estados para obter dos seus representantes no Poder Legislativo os elementos necessários para se manter. A administração não podia deixar de ser altamente perturbada [...]³³

Note que Guanabara menciona *reagir e ameaçar*. A dinâmica republicana instaura no Brasil aquela dinâmica que o Império conseguira evitar: as constantes rugas entre poder executivo e legislativo que, a depender da conjuntura, poderiam alcançar a potência de implodir a ordem política. Com a opção federalista, essas rugas são exportadas para um conflito permanente entre poder central e poderes estaduais. Como tem que recorrer ao *demos* estadual para formação de sua *pólis*, a solução do poder central está na configuração de poder nos estados. Todo conflito no Congresso ou entre Congresso e governo se tornava, potencialmente, uma questão federativa.

Os principais mecanismos de que o executivo podia lançar mão para *moderar* esse conflito federativo são o da intervenção federal e o estado de sítio. Para isso, porém, necessita de maioria legislativa, entrando numa espiral impossível de ser resolvida institucionalmente. A imaginação constitucional não previu o realismo da forma política que ela mesma prescreveu. Curiosamente, Leite observa que, numa constituinte marcada pelo tema da questão federativa, o mecanismo da intervenção federal é marcado pela escassez de debates. A ordem política foi erigida para proteger a autonomia federativa dos estados, mas não abordou o principal mecanismo de exceção a ela.

Constava apenas, no art. 6º da Constituição promulgada, a negativa da intervenção da União nos estados, salvo as exceções previstas, quais sejam: repelir invasão estrangeira ou de outros estados, manter a forma republicana federativa, restabelecer a ordem e a tranquilidade nos estados *à requisição dos respectivos governos* e assegurar a execução das leis do Congresso e o cumprimento das sentenças federais³⁴. Quanto ao estado de sítio, era de competência privativa do Congresso Nacional, podendo o poder executivo decretá-lo na ocasião em que o Congresso não estivesse reunido. Ainda assim, o controle da medida de exceção ainda caberia ao Congresso, podendo suspendê-lo ou mantê-lo em curso³⁵.

---

³³ Guanabara, 2002, p. 18-19

³⁴ Leite, 2003, p. 75-77.

³⁵ Leite, 2003, p. 122-123

A ausência de regulamentação abrirá à força e à oportunidade a decisão do que a constituinte deixara de debater e prescrever. A classe política tentará utilizar esses mecanismos como substitutos, de certa forma, à alternância de poder que o poder moderador concedia de maneira forçada. Os governos tentarão moldar configurações políticas nos estados à sua imagem e semelhança, garantindo bancadas legislativas que permitam governabilidade. O legislativo, por sua vez, reconhece que os estados são sua “retaguarda” e não cede no desejo manifestado pelo executivo, notadamente no governo de Prudente Moraes<sup>36</sup>, de regulamentar o instituto que a Constituinte deixou relativamente vago. Nos estados marcados pela dominação coronelista<sup>37</sup>, os grupos políticos desalojados do poder não encontravam meios de se expressar enquanto minoria, de maneira que a intervenção federal também se apresentava como solução às suas situações<sup>38</sup>.

Outro elemento gerador de incertezas é que, na República, a solicitação de um mecanismo como o de uma intervenção federal ou estado de sítio não se resumia a uma medida institucional. Efetivamente, chamavam à arena um corpo novo, que agora se empenhava em se estabelecer como um “corpo político” próprio: o Exército.

## **2. 1. O Exército como uma organização *disputada* e *disputando*.**

A “Questão Militar” atravessa a década de 80 e é protagonista como elemento explicativo para a queda da ordem imperial. Após a Guerra do Paraguai, o Exército apresenta insatisfações. Não entendia que, findada a guerra, as prioridades da ordem política não podiam ser um dispêndio enorme com a força militar. O ressentimento não se resumia a questões orçamentárias<sup>39</sup> – embora estas certamente foram fator principal para a mobilização de boa parte do oficialato –

---

<sup>36</sup> O próprio Prudente, em uma das mensagens em que pede pela regulamentação da intervenção federal, menciona a União como “coordenadora natural dos novos entes federativos”. Cf. Lynch, 2014, p. 140

<sup>37</sup> Cf. Leal, 2012.

<sup>38</sup> Lynch, 2014, p. 228

<sup>39</sup> Para se ter uma noção comparativa, as despesas do ministério de guerra, após a guerra do Paraguai, declinaram aos níveis mais baixos de toda a história do Império, representando, no ano fiscal 1878-1879, apenas 8% das despesas governamentais (Coelho, 1976, p. 47).

mas também a ausência de representação política da arma nas decisões de cúpula e prestígio social<sup>40</sup>.

Os oficiais se organizam e iniciam uma série de manifestações públicas e críticas contra o Império, demonstrando insatisfação, não de maneira individual, mas como interesse de toda a corporação. O Império responde punindo-os, pois era proibido ao militar esse tipo de conduta, o que os desagrada. Como resposta, essa geração passa a desenvolver formas de atuar na política de maneira que a repressão imperial fosse insuficiente para dismantelar sua militância. Em 1882, é criada a *Revista do Exército Brasileiro*, indicando uma nova mentalidade organizativa e profissional do militar<sup>41</sup>. O Clube Militar é fundado em 1887<sup>42</sup>.

O estudo do Exército e sua atuação política passa por reconhecer a existência de duas concepções analíticas predominantes da literatura. A primeira, que Coelho nomeia de *instrumental*, refere-se a uma concepção em que as forças militares são “instrumentos dos desígnios de determinadas classes sociais”, um “fac-símile fardado da sociedade paisana, de sua estrutura de classes e interesses correspondentes”<sup>43</sup>.

A depender do autor ou do momento histórico, haveria uma identificação maior entre o Exército e as camadas médias ou o Exército e as oligarquias<sup>44</sup>. Da mesma forma, essas identificações também podem reproduzir clivagens dentro do Exército, se expressando na diferenciação entre praças, oficiais intermediários e a cúpula do oficialato. Em Oliveira Viana, por exemplo, predomina a concepção de que o Exército seria uma classe em que haveria elementos de “menor resistência” aos “psicólogos experientes, com o fato balzaquiano das fraquezas humanas, os nossos políticos”<sup>45</sup>.

O Exército, nesse sentido, seria uma instituição extremamente porosa aos *inputs* da sociedade civil. A tese da centralidade política das classes sociais se reproduz de tal maneira nessa concepção que todas as formas organizativas se reduzem às classes sociais<sup>46</sup>. Outra argumentação dá conta de que o Exército não

---

<sup>40</sup> McCann, 2009, p. 28-29.

<sup>41</sup> Coelho, 1976, p. 47

<sup>42</sup> McCann, 2009, p. 31

<sup>43</sup> Coelho, 1976, p. 18; 25.

<sup>44</sup> Coelho, 1976, p. 17-25.

<sup>45</sup> Viana, 2004, p. 114

<sup>46</sup> Coelho exemplifica com essa citação de Octavio Ianni: “Os militares se propõem alvos próprios e imaginam uma atuação política independente, em face dos políticos civis. Na prática, entretanto,

cria autonomia para formular sua “política externa”, ou mesmo que não teria interesses próprios, mas apenas os que se identificam com os interesses de outras classes sociais.

Para Coelho, essa perspectiva apresenta insuficiências teóricas quando se depara com a necessidade de explicar as intervenções militares na arena política<sup>47</sup>. Ele lê a força militar como uma *organização*, um corpo próprio. Não que as relações entre o Exército e as classes sociais sejam dispensáveis, ou a conjuntura socioeconômica seja irrelevante, mas que seu *status* de organização o concebe como uma unidade analítica própria.

Nesse sentido, a porosidade notada pela concepção instrumentalista deve ser avaliada em conjunto com os meios, as relações e os “graus variáveis de poder” que a organização militar dispõe no momento<sup>48</sup>:

Uma organização à qual falte aquele montante de poder haverá de recorrer a *estratégias de compromisso e de cooperação* com aqueles segmentos do seu ambiente externo que controlem os recursos escassos necessários à viabilização de seus objetivos próprios. Tais objetivos, dada a carência de poder da organização, são definidos a um nível relativamente baixo de aspiração, às vezes ao nível de mera sobrevivência organizacional<sup>49</sup>.

A instrumentalidade, portanto, aparece mais como uma *estratégia*, variável de acordo com os interesses e momento histórico, e não uma *condição permanente*. Assumir o caráter de organização significa adotar a consequência teórica de que organizações “não servem objetivos, mas são servidas por eles”<sup>50</sup>.

Para fins desse trabalho, a concepção instrumental se mostra insuficiente. A atuação do Exército nos anos da “década do caos” não parece cumprir objetivos e perspectivas próprias de outros setores. Embora haja identificações, alianças e compromissos, o que se percebe é um corpo atuante com uma perspectiva própria, ainda que mal formulada, e não uma marionete. Pelo contrário, em diversos momentos tenta controlar; em outros, assume posição de equidade; e quando erra,

---

a sua atuação política só adquire sentido no quadro da estrutura de dominação e de apropriação vigente no País. Em plano estrutural, o poder militar aparece como fator do poder civil [...]”, IANNI, Octávio. *O colapso do Populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, *apud* COELHO, 1976, p. 26

<sup>47</sup> Coelho, 1976, p. 20-25

<sup>48</sup> Coelho, 1976, p. 27.

<sup>49</sup> Coelho, 1976, p. 27. Grifos meus.

<sup>50</sup> Coelho, 1976, p. 30.

muitas vezes é por conta das concepções estratégicas e posições políticas que predominavam entre os oficiais.

Assumir essa perspectiva, entretanto, não significa aceitar um *monolito*. O Exército é dividido por correntes de opinião e atuação, posições ideológicas e classes sociais, e por elas é disputado. Ainda assim, quando um setor perde e outro ganha, não entram em guerra civil, mesmo no auge das tensões, evidenciando a força da organização como unidade analítica. Apesar de momentos em que a hierarquia é desrespeitada, não há uma quebra da cadeia de comando a ponto de desintegrar a unidade organizacional.

Esse caráter de *organização* já está desenvolvido no Exército na ocasião da Proclamação, verificável pela força que o boato de Sólon exerceu na condução do processo golpista. Naquele momento, a eminência de uma prisão de Deodoro da Fonseca e de um dos maiores expoentes “científicos” da força, Benjamin Constant, acionou na *organização* a imperatividade de defesa.

Após a proclamação, metade dos vinte estados estava sendo governada por oficiais<sup>51</sup>. Na Constituinte, mais de um quarto eram oficiais do exército, a grande maioria da ala “científica”<sup>52</sup>. Nessa ocasião, os oficiais conseguem incluir, no art. 14 da Constituição, seu caráter de “instituições nacionais permanentes”, ao lado da Armada. Eram os únicos setores da elite nacional que eram constitucionalmente determinados. Quando Virgílio Damásio, republicano histórico, interpela essa questão, é rechaçado e volta atrás. No mesmo artigo, determina-se que sejam “obedientes”, mas apenas nos “limites da lei”, além de serem obrigados a “sustentar as instituições constitucionais”<sup>53</sup>. Fundamentalmente, a Constituição conferia aos militares a posição de intérpretes. Se a corporação interpretasse uma ordem como inconstitucional, estavam autorizados a desobedecê-la.

Já estava claro à sociedade política que a República é que teria que lidar com essa elevação organizativa do Exército, que será um foco constante de produção de tensões<sup>54</sup> e desestabilizações.

---

<sup>51</sup> McCann, 2009, p. 47.

<sup>52</sup> Leite, 2003, p. 73; McCann, 2009, p. 47. Os científicos tinham como palavra de ordem um governo centralizado e forte

<sup>53</sup> Leite, 2003, p. 72-75.

<sup>54</sup> Lessa, 2015, p. 112

### 2.1.1. A concepção “regeneradora” da sociedade civil

A principal clivagem interna no Exército era a dos “oficiais sem curso”, que na Questão Militar se preocupavam mais com a “honra da corporação”, em contraposição aos “científicos”, imbuídos do positivismo pregado pelo professor Benjamin Constant. Os “científicos” se inspiravam no que acreditavam ser as ideias da Revolução Francesa, e tinham como cerne de seu pensamento político, não apenas a promoção positivista da ordem e do progresso, mas também a construção da unidade “soldado-cidadão”, invertendo a formulação do “cidadão em armas”<sup>55</sup>.

Nesta, pregava-se a substituição dos exércitos mercenários e de súditos por um exército de cidadãos, detentores de direitos e terras para lutar em defesa da pátria. Já na tese do “soldado-cidadão”, recursos vagos de “defesa à pátria” aparecem mais como uma necessidade de atuação política contra os “casacas”, os políticos que representavam o atraso e impediam a ordem e o progresso. O soldado-cidadão deveria possuir o direito de crítica pública, manifestação e *integrar o demos*, assim como ter o direito de se candidatar a cargos públicos e mandatos políticos, “como qualquer civil”<sup>56</sup>.

Os “científicos” eram, em geral, jovens letrados e ambiciosos que viam nas armas a possibilidade de ascensão social, num país em que a mobilidade social apresentava oportunidades extremamente reduzidas. As escolas militares não só eram de qualidade, como forneciam soldo, alojamento, e quase que um emprego certo na força militar<sup>57</sup>.

Esse fenômeno construiu um Exército recheado de oficiais “demais” e praças de menos. Os oficiais muitas vezes estavam mais interessados no estudo das letras, da matemática e de humanidades, e menos na prática militar, a tática e a estratégia.

A proclamação impulsiona os “científicos” à participação política e à formação de uma identidade para o Exército. Carregavam na consciência que sua “condição militar” os caracterizava como uma “entidade única e distinta na sociedade brasileira”, sendo a contestação da autoridade do Imperador a prova

---

<sup>55</sup> Cf. Clausewitz, 1989.

<sup>56</sup> Viana, 2004, p. 119.

<sup>57</sup> McCann, 2009, p. 40-41.

dessa “superioridade moral”<sup>58</sup>. Essa participação, entretanto, não é acompanhada de uma formação política superior.

Medeiros de Albuquerque observava que a

[...] ignorância de quase todos [os oficiais positivistas] sobre questões políticas mais elementares chegava a limites estupendos... o que eles sabiam (do regime presidencial) é que estava em antagonismo com o Regime Parlamentar detestado por Auguste Comte e que se aproximava mais do sistema ditatorial<sup>59</sup>.

Seu pensamento político não passava de formulações vagas de uma “missão regeneradora”<sup>60</sup> da sociedade civil, que seriam reforçadas por líderes como o Marechal Floriano Peixoto. A ideia era tão genérica que impedia que uma plataforma programática ou política responsável se formasse tendo ela como base<sup>61</sup>.

Uma boa representação do que seria a missão regeneradora, na voz de um contemporâneo, está na carta de Floriano Peixoto a João Neiva, em julho de 1887, pouco antes do advento da República:

Vi a solução da questão da classe, excedeu sem dúvida a expectativa de todos. Fato único, que prova exuberantemente a podridão (sic) que vai por este pobre país e portanto a necessidade da ditadura militar para expurgá-la. Como liberal que sou, não posso querer para meu país o governo da espada; mas não há quem desconheça, e aí estão os exemplos, de que é ele o que sabe purificar o sangue do corpo social, que, como o nosso, está corrompido.<sup>62</sup>

Não havia, entretanto, uma crença “moderadora”<sup>63</sup>, de substituir o Poder Moderador. O veto republicano ao poder moderador era tal que se imaginavam,

---

<sup>58</sup> Coelho, 1976, p. 65.

<sup>59</sup> MEDEIROS DE ALBUQUERQUE, José Joaquim de Campos da Costa de. *O Regime Presidencial no Brasil*. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1914, p. 17-28, *apud* COELHO, 1976, p. 68

<sup>60</sup> Nesta seção, estamos dando maior enfoque ao pensamento de Coelho. McCann (2009, p. 41), porém, fala de uma “missão civilizadora”, que se desenvolveria, entre outros episódios, com o envio dos jovens oficiais letrados aos distritos militares no interior. O contraste entre o interior atrasado e a formação acadêmica dos oficiais, imbuídos da noção de “progressos” positivista, seria um dos fatores que contribuiriam para o desenvolvimento dessa noção de “missão civilizadora”, compartilhada em cartas, jornais, e na publicação *Revista do Exército Brasileiro*.

<sup>61</sup> Coelho, 1976, p. 68-70

<sup>62</sup> Viana, 2004, p. 117-118.

<sup>63</sup> “Ao contrário do que sugere a literatura política e sociológica, não se cogita, neste período, do desempenho de qualquer papel ‘moderador’. [...] A referência a esta ‘função moderadora’ praticamente inexistente entre os militares até 1924 e sua frequência só é notável a partir de 1945 quando é incorporada à semântica da política laudatórias [...] as preferências militares se orientam, de forma consistente com o controle do poder, para o desempenho de uma missão regeneradora, ainda que vaga em sua formulação”, Coelho, 1976, p. 69-70.

embora moralmente superiores e possuidores das armas, um corpo político agindo na sociedade, como os demais corpos políticos.

Apesar disso, a presença dos militares na década do caos cumpriu mais o papel de agentes destabilizadores e produtores de tensões do que propriamente o de “regeneradores”. Não só não conseguiram o controle do regime, como não retornaram ao poder após a República da Espada (1889-1894), apesar das diversas tentativas, e permaneceram como um dos principais entraves para a rotinização institucional. Os “casacas”, inimigos declarados, terminam a década do caos como os líderes do regime, e a fração que defendia que a atuação militar deveria ser profissional, legalista e subordinada à ordem civil, sai vitoriosa.

## **2.2. O governo de Floriano Peixoto: a cizânia federativa e os novos atores**

Deodoro não foi bem sucedido em seu governo, que foi marcado por uma instabilidade constante em razão das tensões centralizadoras promovidas pelo executivo, o que resultou na dissolução do Congresso, já ferindo uma das principais garantias constitucionais definidas na nova organização dos poderes de Estado. Esse movimento o enfraquece, e ele perde apoio no Exército e na Armada. O almirante Custódio de Mello se amotina e inicia a Revolta da Armada, levando Deodoro da Fonseca a renunciar<sup>64</sup>.

Floriano Peixoto era vice-presidente, mas, segundo a norma constitucional, não poderia assumir, visto que uma deposição ou renúncia em menos de dois anos implicaria num novo pleito eleitoral<sup>65</sup>. Ainda assim, ele assume, mas mantém seu título de vice-presidente, como se isso significasse que a regra não estava sendo quebrada. Não obstante a República ter sido fruto de um golpe, a posse do segundo presidente também foi, não antes sem mencionar a dissolução do Congresso pelo primeiro. Seu prestígio, porém, era grande no Exército e os paulistas o viam como solução para o conflito entre o Executivo e o Congresso. O resultado dessa intriga gerou mais incerteza quanto à força das instituições e a validade das regras do jogo<sup>66</sup>.

---

<sup>64</sup> McCann, 2009, p. 49

<sup>65</sup> Leite, 2003, p. 88.

<sup>66</sup> Lessa, 2015, p. 128

Nos primeiros meses de seu governo, um grupo de militares questiona a legalidade da presidência num episódio que ficou conhecido como “Manifesto dos Treze Generais”. Entre os militares, estava o general-de-brigada João Nepomuceno de Medeiros Mallet, nome que se torna um desafeto de Floriano e dos florianistas em razão desse episódio<sup>67</sup>. Floriano decretou estado de sítio<sup>68</sup> e afirmou ter desmantelado uma “rebelião deodorista”<sup>69</sup>. A polícia prendeu generais, oficiais, congressistas, jornalistas e outros adversários, que foram exilados para Tabatinga, a “ante-sala do inferno”<sup>70</sup>.

Livre de seus adversários, inicia um processo intervencionista, cumprindo a “missão regeneradora” a que se propunha. Com exceção do Pará, todos os governadores foram depostos<sup>71</sup>, e os substitutos fechavam as assembleias legislativas dos estados. Na Bahia, José Gonçalves foi deposto por ter apoiado Deodoro na crise de novembro. No Sul, Floriano apoia o retorno de Júlio de Castilhos, deposto por Deodoro, eclodindo a disputa entre seus partidários e os de Gaspar da Silveira Martins, no episódio que ficou conhecido como Revolução Federalista. Os federalistas são declarados inimigos da República e a guerra civil se desenrola<sup>72</sup>.

Esses eventos criam divisões no Exército<sup>73</sup>, e as fraturas começavam a se revelar ao olho nu, com generais apoiando o legalismo federalista e uma anistia aos oficiais presos, acusados de deodoristas, e outros como Artur Oscar e Thompson Flores apoiando o centralismo de Floriano.

A Segunda Revolta da Armada, promovida pelo mesmo Custódio de Mello, pois não se sentiu “reconhecido” pelo êxito da primeira, enfraquece a possibilidade

---

<sup>67</sup> McCann, 2009, p. 50-51.

<sup>68</sup> Pela constituição, o estado de sítio é competência privativa do Congresso. Pelos protestos presentes nos *Anais da República* daquele ano, 1892, Floriano não consultou o Congresso quando decreta o sítio. Tampouco motivou seus atos ao congresso, como prevê a Constituição. Cf. Discurso do senador *Elysey Martins* em BRASIL, *Anais da República*, Livro 2, 1892, p. 33. O próprio Floriano justifica, em uma mensagem à Câmara, que “como juiz da gravidade do perigo iminente que legitima a declaração do estado de sítio [...] não hesitei em cumprir meu dever [...] Em um processo político, como este é, impossível descabido seria guarda o rigor das formas judiciaes (sic), a que, aliás, nenhum preceito legal ou de doutrina obrigava o Poder Executivo”, em BRASIL, *Anais da Câmara dos Deputados*, 1892.

<sup>69</sup> Galvão, 2001, p. 79.

<sup>70</sup> McCann, 2009, p. 50.

<sup>71</sup> Lessa, 2015, p. 128.

<sup>72</sup> McCann, 2009, p. 57: “[S]e não fora uma ditadura quando eclodira a luta [no Sul], logo se transformou em uma depois dessa emergência”. Muzzi (2006, p. 52) aponta que os estados de sítio se prorrogaram sucessivamente e sem motivação. A constituição previa um limite de trinta dias.

<sup>73</sup> McCann, 2009, p. 51

da continuação do Marechal no poder. Os revoltosos defendiam “a constituição e o governo civil contra o militarismo”<sup>74</sup>. Apesar desse pronunciamento em defesa do “governo civil”, a facção paulista dos republicanos se alia a Floriano Peixoto, concedendo apoio político e financeiro, e são seguidos pelos mineiros e baianos<sup>75</sup>. Enfrentando ambas as revoltas, além do processo intervencionista, o Marechal de Ferro dá forma às principais tensões que permanecerão nos anos seguintes e tomarão parte para o desenvolvimento do conflito em Canudos.

### 2.2.1. Os batalhões patrióticos: incubadora do jacobinismo popular

Para manter a ordem na capital sitiada, são criados os “batalhões patrióticos”. São organizações que se iniciam voluntariamente, mas o reconhecimento do “vice-presidente” as eleva em patamar organizativo. Passam a receber treinamento de oficiais das Escolas Militares e soldo, além de se constituírem como organizações formalmente auxiliares ao Exército e subordinadas ao Ministério da Guerra.

Assim, os batalhões patrióticos deixaram de ser uma atividade militante para se tornar um modo de vida e um “setor social”, tal qual o Exército era, ainda que em escala bem inferior. Sua existência era garantida enquanto durasse o pagamento do soldo, de maneira que passaram a possuir interesses próprios, sendo o principal a manutenção desse modo de vida<sup>76</sup>, ainda que carecessem de meios e consciência política de tudo o que isso envolvia nesse momento.

Essa condição, estabelecida por Floriano, se constituirá como um elemento desestabilizador ao lado da dinâmica intervencionista e da “missão regeneradora” do Exército. Os *jacobinos*<sup>77</sup>, como passaram a ser chamados, carregavam o espírito

<sup>74</sup> McCann, 2009, p. 56

<sup>75</sup> Faoro, 2012, p. 588: Floriano, antes “cercado de desconfianças e repellido pela elite política, conquista liderança nacional” com a guerra civil e a revolta da Armada.

<sup>76</sup> “[...] a incorporação a um batalhão patriótico possibilitava a muitos o incremento do seu rendimento mensal, enquanto para alguns significava o único meio seguro de remuneração e para outros ainda constituía-se na fonte única de obtenção salarial”. Muzzi, 2006, p. 52

<sup>77</sup> O termo *jacobino* também se referia a parlamentares. Mas havia uma clara divisão entre os *jacobinos de rua* ou *jacobinismo popular*, que compreendia os membros dos batalhões patrióticos, os cadetes e estudantes das Escolas Militares, alguns oficiais intermediários mais próximos dos batalhões e outros exaltados em geral sem vinculação política, e o *jacobinismo de cúpula*, representado pelos políticos que iniciaram uma oposição à Prudente de Moraes marcada pela agitação e um pretenso radicalismo. Ambos setores, o *popular* e o de *cúpula*, se reconhecem, entretanto, sua unidade não é orgânica, de maneira que suas lideranças são diferentes e os movimentos se conectam e se separam de acordo com os momentos. Carone (1983, p. 169-170)

da ordem política nesses anos da Revolta da Armada, e o reconhecimento de Floriano os imbuí de confiança em sua própria atuação, a ponto de se entenderem como a “sentinela avançada da República”<sup>78</sup>.

Seu pensamento era marcado por aquilo que Ribeiro nomeia de “nacionalismo pelo avesso”, onde o “ideal é o não-império e a não-Colônia”<sup>79</sup>, a rejeição à herança portuguesa e monárquica. Identificavam a república com a pátria, de maneira que o objetivo maior de seu nacionalismo seria a defesa do que imaginavam como a forma ideal de República – isto é, a perspectiva centralizadora defendida pelos “científicos”<sup>80</sup>. Um dos principais periódicos jacobinos da época, *A Bomba*, declara o motivo de sua criação ser combater “o sebastianismo, o clericalismo e o estrangeirismo”<sup>81</sup>.

As relações com o Exército não eram só de absorção e subordinação. Sua capacidade organizativa permitiu que exercessem influência nos oficiais e estudantes da Escola Militar com quem entravam em contato orgânico por meio de sua atuação, principalmente quando seus principais jornais, *O Jacobino* e *A bomba*, tomam forma. A principal liderança entre os batalhões patrióticos era Deocleciano Martyr, fundador d’*O Jacobino*.

Martyr serviu no expressivo Batalhão Tiradentes como voluntário e auxiliou a organização dos batalhões Franco Atiradores e Silva Jardim<sup>82</sup>. No primeiro, enquanto cumpria a tarefa de organizá-lo, batalhou na fronteira do Paraná, na guerra civil que acontecia. Sob sua direção, *O Jacobino* funcionava como um elemento organizador e centralizador das ideias do grupo, favorecendo a coesão política de um movimento marcado pelo “movimentismo”, isto é, ações diretas, passeatas e tumultos, sem maior organização vertical capaz de dar sentido ao conjunto da obra.

---

também reconhece a existência de um “jacobinismo deodorista”, mas esse foge completamente ao escopo de análise. Neste trabalho, *caso não seja especificado*, a palavra *jacobino* se referirá sempre ao segmento popular ou de rua. Já *florianismo* será utilizado privilegiando o contexto parlamentar ou na força militar, embora não será restrito a eles.

<sup>78</sup> Muzzi, 2006, p. 28.

<sup>79</sup> Ribeiro, 1989, p. 263.

<sup>80</sup> Segundo Ribeiro, 1989, p. 263, o primeiro número do *A bomba*, de 1 de setembro de 1894, identifica a República com a Pátria, sendo a “[...] República a detentora do verdadeiro nacionalismo”.

<sup>81</sup> Muzzi, 2006, p. 32-37.

<sup>82</sup> Muzzi, 2006, p. 28; 53.

### 2.2.2. O Partido Republicano Federal – PRF

É também nesse contexto que se forma o PRF, uma coligação de forças políticas incentivada pelos paulistas e formada em conjunto com grupos e clubes republicanos dos demais estados. O PRF é a primeira tentativa de constituir um partido político nacional capaz de formar e controlar a maioria legislativa<sup>83</sup>. Entre o núcleo fundador, se apresentam republicanos históricos como Prudente de Moraes, Quintino Bocaiúva, Aristides Lobo, Saldanha Marinho. Mas seu líder incontestado, até sua cisão, seria Francisco Glicério, o convocador da reunião de fundação.

No contexto em que é criado, em julho de 1893, seu objetivo era garantir apoio político ao governo do “vice-presidente” Floriano Peixoto, que enfrentava a Revolta da Armada, pressões estrangeiras e a guerra civil decorrente da Revolução Federalista, além de garantir apoio financeiro<sup>84</sup>. O PRF conquistou as bancadas de Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul e Bahia, as maiores bancadas oligárquicas do período<sup>85</sup>.

Apesar do núcleo fundador, o PRF veio a se constituir, na realidade, como uma aglomeração bastante eclética, sem idealização político-partidária e ideológica. Funcionava mais como uma demarcação de posição de republicanos “ilustres [...] do cenário político de então”,<sup>86</sup> mas que também contou com a presença de políticos que integravam siglas monarquistas até à proclamação, como Manuel Vitorino.

No início, essa fraqueza ideológica foi sua força, na medida em que permitia um rápido crescimento, possibilitando um apoio político substancial ao governo do Marechal e fortalecia seu principal objetivo estratégico, que era a sucessão para um presidente civil eleito pelo partido. Mas, como todo arremedo fraco, estava fadado a perecer, ainda mais considerando o cenário caótico, já descrito nas páginas anteriores. Toda aliança era frágil e insegura. Com o PRF, não era diferente.

---

<sup>83</sup> Guanabara, 2002, p. 19-20.

<sup>84</sup> Guanabara, 2002, p. 19-20.

<sup>85</sup> Lessa, 2015, p. 129.

<sup>86</sup> Muzzi, 2006, p. 60

Guanabara<sup>87</sup> escreve que a principal função daquela coligação era “preservar o poder” e a influência nos estados, a tal ponto que antigos conselheiros do Império integravam o partido. Se era voto na bancada, estava dentro.

O projeto nacional do PRF era ambicioso e concebida que, controlando o legislativo, poderia controlar o executivo. Controlando o executivo e o legislativo, fortaleceria uma aliança com os estados, que continuariam a eleger seus quadros no PRF. Seria, portanto, um intermediário entre o *demos* e o governo, controlando a expressão da maioria da *pólis*. O PRF seria, ao menos teoricamente, o próprio governo, a partir do momento que controlasse o executivo.

Ora, o PRF cogitava que a República *funcionasse como deveria*. O realismo do “mundo natural”, exposto ao livre em 1889, porém, provou que aspirações nacionais não se encaixavam nos interesses particularistas dos chefes estaduais. A dinâmica de intervir e entrar em conflito com estados enfraqueceria o partido, visto que, ao fim e ao cabo, estaria brigando com sua *própria retaguarda*. O projeto de Glicério não conseguiu conciliar com as aspirações e interesses ecléticos de seus próprios correligionários.

No momento em que foi fundado, entretanto, alcançou êxito em seu principal objetivo estratégico. Após uma negociação que envolveu elementos da marinha norte-americana e republicanos de São Paulo, Floriano Peixoto aceita entregar o governo a Prudente de Moraes, eleito no pleito em razão do apoio massivo dos estados<sup>88</sup>.

O PRF, àquela altura, estava coeso e mobilizado. Apesar do ecletismo, tinham como centro programático a defesa do governo de Floriano e a possibilidade do primeiro governo civil da República. As reflexões de Coelho debatidas acima explicam a cessão do poder. O governo paulista também tinha mobilizado batalhões patrióticos, que eram leais a Bernardino Campos, seu governador, e os estados mantinham a estrutura das guardas nacionais. Com o PRF, os demais estados estavam sob a égide da influência política dos paulistas. Recusar a cessão do poder significaria um conflito insustentável para o Exército. Estamos diante de um *compromisso* que a organização, na época ainda liderada pela fração científica,

---

<sup>87</sup> 1983, p. 20.

<sup>88</sup> Guanabara, 2002, p. 59: “O desastre completo dessa aventura de 1893 trouxe, como consequência natural e forçada, a entrega do País a esse grupo parlamentar”.

doravante *florianista*, tinha que estabelecer com os grupos “externos” em razão da carência de meios.

O legado de Floriano que é relevante à pesquisa foi a formação de uma identidade política difusamente chamada de “florianista”<sup>89</sup>. O florianismo não era, propriamente, um campo político, mas uma identidade. Se reconheciam pela reivindicação do governo de Floriano Peixoto e seu legado, e tudo o mais que entendessem como suas teses principais, como um governo centralizador, a intervenção federal como forma de solução de conflitos institucionais, o estado de sítio como forma de controle, e o militarismo como *meio* para alcançar os objetivos políticos do grupo. Naturalmente, a missão “regenerativa” se fazia presente, principalmente entre o florianismo militar, que ainda era a fração dominante no Exército.

O PRF passa a ser conhecido como florianista. A cada mês que passava, porém, as alas desse “florianismo” difuso e eclético se afastavam umas das outras, a ponto entrar em confronto direto. O “jacobinismo florianista” de cúpula se destaca nesse processo, sendo a ala mais “radical” entre os parlamentares do PRF, especializados em agitações na Câmara e comícios de rua. O jacobinismo de rua, embora passe por um processo de definhamento após o fim da guerra civil e a revolta da Armada, só vem a adormecer em 1898. Enquanto isso, faziam o que fosse necessário para continuar no jogo político.

Fica posto, portanto, um elevado grau de incerteza política, somados à “indefinição dos procedimentos de governo”, além de uma “anarquia estadual”<sup>90</sup> decorrente do constante tensionamento entre Governo e Congresso e a parca institucionalização das administrações públicas dos estados. As tentativas de institucionalizar uma rotina para essas relações apenas resultavam em mais anarquia e caos. Eis a noção de *anos entrópicos*.

### 2.3. O governo sem poder de Prudente de Moraes

É durante o mandato de Prudente de Moraes que ocorre a guerra de Canudos. Mas não sem o legado dos dois primeiros governos. Após expor a tônica do governo

---

<sup>89</sup> “A República já não era só dos republicanos [...] a República era dos florianistas”. Faoro, 2012, p. 589.

<sup>90</sup> Lessa, 2015, p. 129-131

de Prudente de Moraes, no capítulo seguinte, exporemos a dinâmica da entropia baiana, “absorvida” da política nacional. Assim, será possível abordar a Guerra de Canudos.

Ao mandato de Prudente de Moraes, considerando o objetivo de consolidar a República, cabia definir os procedimentos de governo e as relações entre Executivo e Legislativo, de maneira a criar uma rotina institucional. Em relação à questão federativa, cabia a definição das formas e limites da intervenção federal, respeitando a autonomia e retirando da cena política a incerteza que predominava em relação ao centralismo da União. Do jeito que estava redigido o artigo 6º, sem regulamentação adicional, nenhum poder estadual estava a salvo de um arbítrio do executivo que, ainda por cima, poderia ser considerado legal na forma da Constituição.

Seu primeiro olhar, porém, é para os escombros do regime que assumia. A República ainda enfrentava as consequências da crise do *encilhamento*<sup>91</sup>, promovida por Rui Barbosa enquanto ministro da fazenda do Governo Provisório, e a guerra civil no Sul, sem falar na possibilidade de uma Terceira Revolta da Armada, que em momento algum saiu da mesa. Por esse motivo, elege a pacificação da sociedade e a contenção de recursos do tesouro como seus primeiros objetivos. A pacificação também permitiria governabilidade, recurso escasso na República até então.

Esses dois objetivos, embora pareçam desconectados, na verdade tinham como pano de fundo o mesmo problema. O problema dos recursos era o problema da guerra, na medida em que, com os batalhões patrióticos, a folha de pagamentos do Ministério de Guerra quase dobrou, de 13,5 mil homens, em 1889<sup>92</sup>, para 24 mil em 1894<sup>93</sup>.

Para tal, inicia seus movimentos. Lança um manifesto de posse em que reivindica o legado de Floriano Peixoto e elogia a “mocidade das escolas” e os batalhões patrióticos pela atuação na Revolta da Armada. O apoio dos jacobinos é

---

<sup>91</sup> Entre as medidas que provocaram a bolha especulativa desastrosa, estavam a “permissão para que bancos privados imprimissem dinheiro, o encorajamento de fraudes na Bolsa de Valores, a alienação de terras públicas e a concessão de contratos superfaturados”. Schulz, 1996, p. 19. Para melhor compreensão dos pormenores do processo especulativo que o *encilhamento* deu origem, ver Schulz, 1996 e Abreu, 2002.

<sup>92</sup> McCann, 2009, p. 38.

<sup>93</sup> Lessa, 2015, p. 122.

tímido, o que pode ser considerado uma vitória<sup>94</sup>. No mesmo documento, sustenta que a Revolta da Armada provou a estabilidade das instituições republicanas, e argumenta que as revoltas “aggravaram (sic) bastante a nossa má situação política e financeira”<sup>95</sup>.

Em condições melhores, o movimento que Prudente iniciou de reduzir o número de integrantes das forças armadas poderia ser realizado com mais parcimônia. Ocorre que a desvalorização da moeda chegava a níveis que comprometiam a continuidade da expansão da base produtiva enquanto o Brasil se aproximava da insolvência internacional com os credores ingleses<sup>96</sup>. Os primeiros batalhões patrióticos são dissolvidos já nos primeiros meses<sup>97</sup>.

Em seguida, inicia negociações de paz no Sul, um processo de anistia dos revoltosos da Armada e dos rebeldes federalistas<sup>98</sup>, e retoma a liberdade de imprensa, permitindo que os jornais monarquistas e antimilitaristas voltassem ao debate público. Publicações criticando as arbitrariedades do Marechal de Ferro e apontando as violências e crueldades que os comandantes realizaram durante a guerra civil abundam os jornais<sup>99</sup>. Uma notória atinge Moreira César, personagem-chave para a guerra de Canudos, que não poupou sanguinolência ao popularizar a execução de prisioneiros por meio da degola.

Sabendo que desagradaria aos florianistas, principalmente a ala militar, inicia um processo de defesa que só agravaria ainda mais o desgosto desses grupos: permite o retorno à ativa dos oficiais-generais que Floriano havia expulsado, como o general Mallet, e promove uma série de oficiais antiflorianistas ou, tão somente, da ala que entendia que o Exército deveria assumir uma postura estritamente profissional<sup>100</sup>. Para se defender, Prudente de Moraes se aproveita das fraturas que a *organização* abriu durante o governo de Floriano Peixoto.

Essas medidas, por óbvio, não passaram despercebidas. A lua de mel entre o executivo e o legislativo não durou nem um semestre. O PRF, partido que o

---

<sup>94</sup> Os jacobinos, principalmente a ala “popular”, eram extremamente desconfiados de quaisquer políticos que não fossem os mais exaltados florianistas. Muzzi, 2006, p. 72.

<sup>95</sup> Moraes, 1894, p. 3-8. Optou-se por manter a escrita original das citações diretas.

<sup>96</sup> Em 1889, a conversão era de 27 *pence* por mil-réis. Em 1898, os mesmos mil-réis compravam 7 *pence*. Cf. Abreu, 2002, p. 519.

<sup>97</sup> Dissolveu o Batalhão Silva Telles e Frei Caneca, “filhos pródigos” do Batalhão Tiradentes, que continuava de pé. Muzzi, 2006, p. 78.

<sup>98</sup> Guanabara, 2002, p. 22; Muzzi, 2006, p. 59-62.

<sup>99</sup> Muzzi, 2006, p. 95.

<sup>100</sup> Coelho, 1976, p. 70-75; Muzzi, 2006, p. 63-64; McCann, 2009, p. 62.

conduziu à presidência, se posiciona contra os acordos de paz, com o próprio Glicério se manifestando publicamente. Os jacobinos iniciam agitações na Rua do Ouvidor, contrários às dissoluções graduais dos batalhões patrióticos, aos acordos de paz e à liberdade de imprensa. No parlamento, os florianistas mais radicais do PRF colocam em curso uma oposição inconsequente, orientada apenas a derrotar todos os projetos governistas, independentemente de quais fossem, minando a governabilidade<sup>101</sup>.

Um dos problemas centrais é que, em relação aos jacobinos de rua, a mensagem que Prudente passava é que, sem guerra, seu meio de vida não fazia sentido aos olhos do governo federal<sup>102</sup>. Nessa perspectiva, é o próprio governo que informa aos jacobinos o limite de seu alfabeto político: o tumulto, a desordem, o conflito e a guerra. Lideranças como Martyr rapidamente captam a conjuntura a que estão sujeitos, e não perderão uma chance sequer de colocar em prática ações que sustentassem a permanência dos batalhões patrióticos. É aqui que se encontra uma das raízes da transformação da guerra de Canudos em um evento de dimensões espetaculares e nacionais.

As medidas se tornaram pontos de ataque para os jornais jacobinos, que questionavam se o presidente era mesmo republicano, ao permitir o retorno dos monarquistas ao debate e reduzir o número de defensores da República (eles próprios). O estilo feroz e a pena sensacionalista de Deocleciano Martyr garantiram que, mesmo enfrentando revezes, continuasse a ter um número de leitores e seguidores fieis, que seriam sempre capazes de ser acionados nas manifestações públicas que se fizessem necessárias.

Até 1897, com a guerra já em curso, o governo de Prudente de Moraes, que tinha como objetivo colocar a roda da história em curso, apresentará um executivo paralisado, “acuado pelos ecos da rua do Ouvidor, pelo protesto militar e pela anarquia congressional”<sup>103</sup>. O experimento do PRF fora, até agora, bem sucedido em controlar as bancadas legislativas, mas não em concertar o poder executivo e o legislativo.

A república brasileira demonstrava que, sem o poder moderador, repetiria as dinâmicas explosivas das repúblicas latino-americanas.

---

<sup>101</sup> Carone, 1983, p. 158-163, 172; Muzzi, 2006, p. 61; Lessa, 2015, p. 125.

<sup>102</sup> Muzzi, 2006, p. 57.

<sup>103</sup> Lessa, 2015, p. 143.

### 3. A entropia baiana

“*Canudos continua para a Nação como uma esfinge, que deve ser estudada para que não venha a devorar todos os soldados republicanos!*”<sup>104</sup>

“*Canudos é um desses acidentes que de quando em vez aparecem e para os quais concorrem múltiplas causas sem que a providência completa dos homens e dos governos possa prever*”.<sup>105</sup>

O governo do Marechal de Ferro deixou de legado uma dinâmica perniciosa entre os poderes regionais e a União. Abria-se o precedente da intervenção federal alheia às dinâmicas internas de um estado, ao bel prazer de um executivo mancomunado com o legislativo. A opção federalista poderia ser reduzida a uma ficção, e os chefes políticos viam-se numa constante corrida para montar estratégias de defesa de seu poder, sempre atentos aos terremotos que ocorriam na capital e quais abalos sísmicos produziriam em seus redutos. Nessa perspectiva, a *entropia* se constituiu como um fenômeno geral da República; a ausência de rotina institucional na União gerava desordem nos estados e incerteza dos limites do poder central, se convertendo em *caos federativo*<sup>106</sup>.

Em *Repensando Canudos: O Jogo das Oligarquias*, Consuelo Novais Sampaio argumenta que a explicação da guerra deve ser encontrada “não no Conselheiro [...] mas na disputa pelo poder [...] que se desenvolvia no país e, mais especialmente, no estado”<sup>107</sup>, uma argumentação que também está presente em Hermann<sup>108</sup>, com a diferença de que o foco da disputa do poder se desenvolvia, para

---

<sup>104</sup> Anais da Câmara dos Deputados, tomo IV, p. 266. Discurso do deputado federal Leovigildo Filgueiras.

<sup>105</sup> Entrevista de Luiz Viana ao *Gazeta de Notícias* em 7 de agosto de 1897. Coligida por Galvão, 2019, p. 183.

<sup>106</sup> Essa dinâmica era reconhecida por Prudente de Moraes. Em uma de suas mensagens requisitando que o art. 6º fosse regulamentado, diz que “contribuir[á] eficazmente para o funcionamento regular do nosso regime federativo”. *Mensagem apresentada ao Congresso Nacional em 3 de maio de 1895 pelo presidente da república Prudente J. de Moraes Barros*, p. 7.

<sup>107</sup> Sampaio, 1993, p. 98.

<sup>108</sup> 1996

a autora, em âmbito nacional. No fim das contas, a pesquisa pretende demonstrar que essa separação estanque, na conjuntura dos anos entrópicos, é inexistente.

Esse capítulo abordará a “entropia baiana” e sua principal consequência nesta década, a guerra de Canudos. A proclamação da República teve uma percepção diferente na Bahia. Nos principais estados do país, como Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo, os republicanos históricos comandaram os processos de tentativas de organizar a política e, também, a construção dos partidos políticos. Nos demais estados, porém, o advento da República não foi um evento engajante, mas uma notícia que chegara de telegrama, entusiasmando apenas um pequeno grupo de jovens que tinham como liderança Virgílio Damásio.

Na Bahia, por exemplo, o irmão do proclamador, Hermes da Fonseca, chegou a organizar uma pequena resistência, tamanha a novidade e incompreensão do que se passava na capital. A República só se instalou no estado dois dias depois, no dia 17 de novembro. Antes do fim do ano seguinte, porém, já estava acostumado a ser chamado de presidente do estado<sup>109</sup> da Bahia.

Quando se diz que a República revelou o mundo natural, é do estado de coisas nos estados a que se refere. Nele, estavam os mesmos chefes atuantes no período imperial. Os velhos chefes monarquistas dos partidos Liberal e Conservador se incorporaram à nova ordem republicana de tal forma que comandaram o processo de organização das assembleias legislativas, as constituições estaduais, a legislação municipal, os governos e a formação dos partidos, tudo à sua imagem e semelhança<sup>110</sup>. O primeiro governo civil, de Manuel Vitorino, ainda sob o governo provisório, foi recheado de monarquistas recém-convertidos, ele próprio um. A proibição republicana da participação eclesiástica na política funcionava apenas nos principais estados. Na Bahia, “monsenhores, cônegos e vigários, repartiam seus lugares com os coronéis e os doutores da República Velha”<sup>111</sup>.

Aqui está a razão do ecletismo insustentável do PRF. Como formar um partido nacional ideológico e coeso se menos da metade dos redutos eleitorais regionais produzira ordens políticas estaduais legitimamente republicanas?

---

<sup>109</sup> Como eram chamados os governadores estaduais na época.

<sup>110</sup> Sampaio, 1973, p. 1.

<sup>111</sup> Sampaio, 1973, p. 17.

### 3.1. A divisão política na Bahia e o jogo pelo poder

Damásio foi eleito o primeiro governador quando a forma republicana chegou à Bahia, mas foi afastado em menos de uma semana. Quem assume é Manuel Vitorino, mas também não dura cinco meses, sendo substituído por Hermes da Fonseca a mando de Deodoro. O republicanismo era débil a tal ponto que os primeiros governadores seguiram uma linha decrescente em termos de convicção quanto à forma do regime político.

Os partidos da antiga ordem são dissolvidos no governo de Vitorino, e são formados partidos como o Operário, o Nacional, Republicano Federalista, Católico, Republicano Democrata, entre outros. No fim das contas, importava o Partido Republicano Federalista, onde se aglomeravam Vitorino, José Gonçalves, Luiz Viana, entre outros nomes.

Era uma sigla extremamente eclética e com pouca ou nenhuma formulação ideológica para além de um federalismo vago. Entretanto, se diferencia da experiência paulista, em que a força da cafeicultura promovia certa unidade entre os republicanos e os proprietários. No caso baiano, a economia estava em decadência, de maneira que não existia um predomínio evidente de um grupo oligárquico sobre outros, mas um equilíbrio precário<sup>112</sup>.

Desse modo, a maioria do PR Federalista era hegemônica, mas não “controlava” a política baiana. Nomes importantes, como o Cícero Martins Dantas, o Barão de Jeremoabo, se alocavam nas fileiras de partidos como o Nacional. O relevante é que, apesar do predomínio do PR Federalista<sup>113</sup>, as demais siglas conseguiam existir, sem uma força as empurrando para uma dinâmica bipartidária como a que se estabelecerá alguns anos depois<sup>114</sup>.

O Barão, vale destacar, talvez fora o maior proprietário de terras dos sertões. Possuía cerca de 61 fazendas e chegou à ordem republicana vindo do Partido Conservador na época do Império. Na República, participou da elaboração da Constituição Estadual de 1891. Entre suas propriedades, se encontrava a famosa

---

<sup>112</sup> Sampaio, 1993, p. 102

<sup>113</sup> Não confundir com o Partido Republicano Federal, PRF, de Glicério.

<sup>114</sup> A descrição dos partidos e suas particularidades pode ser encontrada em Sampaio, 1973, p. 11-28.

Casa da Torre de Garcia d'Ávila e a região de Canudos<sup>115</sup>. Apesar de ser filiado ao Nacional, seu diálogo com Gonçalves era constante.

Para Sampaio, os partidos nesse período funcionavam quase que como “ficções”<sup>116</sup>, existindo apenas como arremedos no momento eleitoral. Essa perspectiva condiz com a reflexão de Lessa de que a dinâmica das relações políticas nos estados não conduzia espontaneamente a uma institucionalização<sup>117</sup>. Fortalece o argumento o fato de que, apesar de as relações entre Viana e Gonçalves já estarem deterioradas em 1891, os dois chefes políticos coabitaram o mesmo partido até 1893.

No fim das contas, o que importava eram as relações com os chefes, pois era em seu entorno que as decisões políticas e administrativas eram definidas. Os secretários de Estado demoravam meses para serem efetivados, de tal forma que a institucionalidade tinha caráter inteiramente instrumental, ou mesmo dispensável. Os chefes locais eram “senhor[es] absoluto[s] nos seus redutos”<sup>118</sup>.

Por isso que, no início das tensões entre Viana e Gonçalves, os políticos já se antecipavam a possíveis movimentos de cisão. A primeira grande tensão entre ambos se dá com o processo intervencionista conduzido por Floriano Peixoto. Gonçalves era o que Floriano chamaria de “deodorista”, e foi posto no governo da Bahia quando Hermes da Fonseca adoeceu. Quando Floriano assume, busca um apoio em Gonçalves, oferecendo um posto de ministro em seu governo. A recusa de Gonçalves desagradou a Viana<sup>119</sup>, além do próprio marechal. Quando o processo intervencionista se inicia após o manifesto dos Treze Generais, Floriano patrocina um movimento militar que depõe Gonçalves. Na ocasião, Moreira César fora enviado ao estado e repelira os manifestantes contrários à deposição a bala<sup>120</sup>.

O cargo é oferecido a Viana, que já poderia ser considerado um florianista nessa época, mas recusa, visto que “não compreendia governo sem força. Desde que a força não garante o governo, o governo que seja a força”<sup>121</sup>. A deposição de

---

<sup>115</sup> Carvalho Jr., 2001, p. 17-29.

<sup>116</sup> Sampaio, 1973, p. 3.

<sup>117</sup> Como debatido no primeiro capítulo. Em outro trabalho, Lessa também afirma que “[...] o predomínio político oligárquico não exigiu a criação de novas formas institucionais e práticas de controle sobre o *demos* rural” (2003, p. 92), Cf. Leal, 2012.

<sup>118</sup> Sampaio, 1993, p. 102

<sup>119</sup> Sampaio, 1993, p. 103

<sup>120</sup> McCann, 2009, p. 72.

<sup>121</sup> Sampaio, 1993, p. 103.

Gonçalves exacerbou seu antiflorianismo e o do Barão de Jeremoabo, e os campos políticos começaram a se formar de maneira dicotômica<sup>122</sup>.

Quando Rodrigues Lima, em janeiro de 1892, se elege governador, finalizada a intervenção do General Tude, já estava identificado com o campo que viria a ser chamado de *vianista*. Lima adiou as eleições municipais repetidas vezes, até que foram realizadas no início de 1893, na capital. A ocasião do pós-eleições suscitou um segundo episódio de confronto entre Viana e Gonçalves.

Ambos ocupavam o Senado Estadual, e um imbróglio envolvendo a Comissão Verificadora de Poderes se fez presente. O partido Nacional questionou a eleição de cinco membros do Federalista, que por sua vez protestaram contra a eleição de seis nacionais<sup>123</sup>. A decisão da Comissão não agradou nenhum dos lados, havendo “degola”<sup>124</sup>.

Em junho de 1893, o Senado estadual iniciou uma discussão sobre a competência para julgar recursos decorrentes das eleições municipais. A maioria dos senadores se opôs à ingerência nos municípios. Gonçalves aproveitou para emendar o projeto a fim de impossibilitar que as decisões dos Conselhos Municipais fossem julgadas por alguma instância estadual. A emenda de Gonçalves estabelecia que o único recurso seria o já estabelecido na Constituição do Estado, acionável em ocasião de questões federativas, de antinomias ou questões “manifestamente gravosa[s] em matéria de impostos”<sup>125</sup>. A manobra de Gonçalves agradava a maioria dos chefes de redutos mais afastados, como o Barão, e se defendia da ofensiva política que o grupo de Viana já havia começado, no sentido de tomar controle do estado. O partido Federalista cinde poucas semanas depois:

A aparente união chega ao fim. Os grupos oligárquicos não podiam mais forjar uma pretensa união entre o litoral e o sertão, entre as economias rurais e urbanas. O barão de Jeremoabo que no início do ano de 1893 exercia confortavelmente sua posição de presidente do Senado, deixa de lado sua postura acomodaticia para encampar uma luta que pouco a pouco foi se revestindo de práticas coronelísticas que caracterizaram a essência política de toda a primeira República. Jeremoabo passou a se enraizar cada vez mais no sertão; o recôncavo açucareiro não mais lhe dava lucro, o poder político

<sup>122</sup> Carvalho Jr., 2000, p. 166

<sup>123</sup> Sampaio, 1973, p. 24-25

<sup>124</sup> A Comissão Verificadora de Poderes era uma comissão do Conselho Municipal e era responsável por reconhecer os eleitos em um processo eleitoral. Como os membros eram os políticos da legislatura anterior, em sua maioria, tendia a um conservacionismo e conservadorismo de posições, resultando nesse tipo de confronto. Degola era o termo que se usava quando membros eleitos era cortados no processo de verificação.

<sup>125</sup> Sampaio, 1973, p. 27.

vinha mudando de mão. Teria que dar mais atenção a seus redutos eleitorais. Esse redirecionamento político era entendido na época como um retrocesso ou uma estratégia de sobrevivência? Era uma solução, pois deixava de ser *barão*, mas se tomava *coronel*.<sup>126</sup>

O caso torna nítido como as principais questões que tensionavam a República se reproduziam nos níveis federativos inferiores, ora na forma de movimentos centralizadores, ora centrífugos. Leite anota que, no momento da constituinte, sairia vitoriosa a corrente que se manifestava “contrári[a] à idéia de autonomia municipal, revelando-se, portanto, defensores da autonomia dos Estados, mais que defensores de um sistema de descentralização política”. O que os constituintes defendiam, na verdade, era a autonomia dos estados contra a União, e não necessariamente dos municípios em relação aos estados<sup>127</sup>.

Com o fim do federalista, os membros se dispersaram em duas facções, a *vianista* e a *gonçalvista*, nomeadas de acordo com as lideranças. Todos os demais partidos se tornaram fantasmas, resultando, daí, apenas duas siglas relevantes. Ao grupo de Gonçalves, se junta o Barão de Jeremoabo e Leovigildo Filgueiras<sup>128</sup> e é fundado o Partido Republicano Constitucional, PRC. O grupo de Viana, por sua vez, funda o Partido Republicano Federal da Bahia, convocado por Vitorino, que havia participado da fundação do PRF nacional. Com o PRFB, Vitorino é reeleito para o Senado Federal, vencendo José Gonçalves e intensificando a divisão política no estado<sup>129</sup>. Em 15 de novembro de 1894, se torna vice-presidente na chapa de Prudente de Moraes, enquanto mantinha o cargo no Senado.

Na batalha pelos municípios, Della Cava menciona que diversas manifestações foram incentivadas por Viana e seus aliados nos redutos do interior. Os municípios eram responsáveis pelo recolhimento de impostos, que eram fixados em tabuletas de madeira em espaços públicos. Se popularizou, em forma de protesto, o recolhimento, a destruição e mesmo a queima dessas tabuletas em fogueiras nas praças e feiras<sup>130</sup>. As manifestações poderiam servir aos interesses do poder executivo estadual, visto que uma questão tributária legitimaria intervenção

---

<sup>126</sup> Carvalho Jr., 2000, p. 167

<sup>127</sup> Leite, 2003, p. 100-101; 155-156.

<sup>128</sup> Os três também se tornaram sócios do jornal *O Republicano*, cf. Carvalho Jr., 2000, p. 203.

<sup>129</sup> Sampaio, 1973, p. 18-27.

<sup>130</sup> 1968, p. 412-413.

nos Conselhos Municipais, como previsto na lei, permitindo o avanço da ofensiva *vianista* sobre redutos eleitorais aliados à facção *gonçalvista* no sertão.

Uma dessas manifestações teria envolvido, supostamente, uma enigmática figura sertaneja, trajada de um hábito de brim azul e barbas longas e mal cuidadas. A história clássica, conforme relata Euclides da Cunha, é a de que Conselheiro estaria por trás de diversos desses protestos. A República teria feito com que Conselheiro tivesse deixado de ser um mero beato para assumir uma “feição combatente inteiramente nova”<sup>131</sup>. Na verdade, Cunha apenas repetia as acusações que eram feitas em 1897, enquanto a quarta expedição já estava em curso.

O Barão de Jeremoabo é uma das figuras que aponta Antônio Conselheiro como líder de uma série de manifestações que ocorreram em abril e maio de 1893 em Soure, Bom Conselho, Itapicuru, Amparo e Bom Jesus em um artigo que escreve ao *Jornal de Notícias* em abril de 1897<sup>132</sup>.

Gonçalvista na Bahia, Filgueiras se torna florianista na capital, a ponto de entrar<sup>133</sup> no PRF em 1897, no meio de seu mandato de deputado federal. No dia 17 de agosto, momento que estava em curso a quarta expedição militar a Canudos e diversas agitações parlamentares aconteciam na capital, Filgueiras discursa na Câmara dos Deputados e acusa “os bandidos de Antônio Conselheiro”<sup>134</sup> de terem adentrado as cidades e promovido o ataque. Essa informação reaparece na historiografia<sup>135</sup> utilizada como base para este trabalho. Galvão e Sampaio<sup>136</sup>, por exemplo, se baseiam em textos do Barão e na obra de José Calasans, que também se utiliza de artigo jornalístico do Barão no ano de 1897.

A participação de Conselheiro, seja como liderança organizadora dos protestos, seja como alguém que presenciou uma manifestação já em curso

<sup>131</sup> Cunha, 2013, p. 181-182.

<sup>132</sup> Calasans, 1950, p. 44. Retirado de site em sua memória, mantido por sua filha, Madalena Calasans. A página se refere ao documento em formato pdf acessível por meio deste link: [http://josecalasans.com/downloads/o\\_ciclo\\_folclorico\\_do\\_bom\\_jesus\\_conselheiro/o\\_ciclo\\_folclorico\\_do\\_bom\\_jesus\\_conselheiro\\_contribuica.pdf](http://josecalasans.com/downloads/o_ciclo_folclorico_do_bom_jesus_conselheiro/o_ciclo_folclorico_do_bom_jesus_conselheiro_contribuica.pdf)

<sup>133</sup> Anais da Câmara dos Deputados, tomo VII, 1897, p. 130, em discurso dele próprio.

<sup>134</sup> Anais da Câmara dos Deputados, tomo IV, p. 270.

<sup>135</sup> Moniz, 1987, p. 39-41 também coloca Conselheiro como líder das manifestações, mas não indica as fontes que baseiam essa informação. Por outro lado, cita a obra de Calasans, já mencionada nas notas anteriores, como referência bibliográfica do livro; McCann, 2009, se baseia em Moniz.

<sup>136</sup> Galvão, 2001, p. 34; 115; Sampaio, 2001, p. 37. Quanto a Calasans, ver nota anterior. Sampaio também busca referência em um “Relatório de Prestação de Contas”, do intendente de Monte Santo enviada ao Conselho Municipal. Esse relatório, entretanto, é escrito em 1894, meses depois do que se passou, de maneira que já estava inserido na teia de acusações que se desenhava em relação aos canudenses (2001, p. 38).

enquanto estava em Soure, ou mesmo como sequaz de coronéis próximos a Viana, é inteiramente possível. É possível que, em razão da questão municipal, tenha sido assediado por algum dos fazendeiros e cumprido a tarefa em troca de algo, como supõe Della Cava<sup>137</sup>.

Acontece que não faz parte de seu histórico esse tipo de atividade de confronto. A “feição combatente” citada por Cunha se manifesta em 1893, mas só volta a aflorar em 1896? Onde estava o ímpeto combatente nesses anos? E mesmo nessa ocasião, de 1896, busca confronto pois fora, fundamentalmente, roubado a mando de um juiz em Juazeiro, que proibiu a entrega de madeiras que já haviam sido pagas. Ainda que não reconhecesse a República, não há menções em seus sermões a um confronto físico direto. Portanto, não é exagero considerar as fontes mencionadas como viciosas.

Dessa maneira, opta-se pela cautela de considerar essa informação inconclusiva e, portanto, considerar as acusações como suposições, fruto de um momento em que a guerra acontecia e os ânimos estavam aflorados, tanto na Bahia como na Capital. Na ocasião do discurso de Filgueiras, ocorreram tentativas de derrubar Viana tanto “por cima”, através de uma intervenção federal, como “por baixo”, por um movimento de oficiais que queria sua deposição, possivelmente com apoio do Barão<sup>138</sup>. Nesse sentido, caracterizar a figura de Antônio Conselheiro como um agitador dos sertões aliado a Viana servia às estratégias em curso.

O nome de Conselheiro aparece num inquérito ao lado do nome de José Honora, ao menos segundo o discurso de Filgueiras. Honorato era homem de Viana e adversário de Francisco Dantas, aliado e da família do Barão. Na ocasião, Honorato foi preso. O juiz Reginaldo Alves de Melo, aliado e amigo pessoal do Barão, coloca Honorato como liderança dos protestos e o condena por sedição, crime inafiançável na época. Entretanto, após pedido de *habeas corpus* por um advogado reconhecidamente vianista, Honorato é posto em liberdade e o processo é declarado nulo pelo Tribunal. Na época, apesar de não estar presente no dia da sessão, Luiz Viana era o presidente do Tribunal. Para Filgueiras, essas ligações são provas suficientes da ligação de Conselheiro com Viana e sua participação nos protestos contra os impostos dos municípios.

---

<sup>137</sup> Della Cava, 1968, p. 412-413.

<sup>138</sup> Moniz, 1987, p. 167-168. Será discutido numa seção mais adiante.

Dias depois, em maio, uma pequena tropa é enviada para combater o grupo conselheirista, requisitadas pelo próprio Barão de Jeremoabo<sup>139</sup>. Os andarilhos já esperavam as tropas policiais, pois a notícia correra de povoado em cidade, de cidade em povoado, e se prepararam. No enfrentamento, que veio a acontecer em Masseté no dia 26 daquele mês, os conselheiristas saíram vitoriosos. É requisitada uma segunda caçada, também pelo Barão, que perseguiu os conselheiristas até a Serrinha, mas retornam por ordem do governador Rodrigues Lima<sup>140</sup>.

O movimento de retorno, segundo o Barão em seu relato de 1897 no *Jornal de Notícias*, lhe acendeu um alerta para uma possível estratégia vianista: não era interesse do grupo exterminar o conselheirismo, mas tão somente dispersá-los, de maneira que atacassem as fazendas vizinhas – a maioria de propriedade do Barão e de seus aliados – em razão das dificuldades materiais que enfrentariam com a dispersão. Um elemento que corrobora essa tese é que o retorno coincide com a cisão formal do Partido Federalista, no início de junho. A manutenção do grupo de Conselheiro nos sertões seria, portanto, uma forma do grupo vianista controlar as eleições *mesmo nos redutos eleitorais* do Barão, pois o conselheirismo, aqui comparado a um banditismo, amedrontaria os eleitores e facilitaria a violação de urnas, segundo sua tese. Essa teoria é repetida por Filgueiras em seu discurso do dia 17 de agosto de 1897.

Até 1896, entretanto, com exceção de um episódio, nenhuma propriedade foi destruída. Mesmo assim, a tendência do povoado de Belo Monte foi sempre crescer, e nunca diminuir, mesmo durante as quatro expedições.

A refrega em Masseté marcou a história do séquito conselheirista. Segundo Cunha, em uma reflexão que Galvão subscreve, Antônio Conselheiro decide parar de vagar e inicia seu assentamento na região de Canudos, às margens do intermitente rio Vaza-Barris, em cima da caatinga sertaneja<sup>141</sup>, em razão desse episódio.

A luta pelo poder continuou a se desenvolver. A facção vianista começou a se utilizar de uma tática muito utilizada nos tempos do Império chamada “derrubada”, que consistia em retirar, paulatinamente, por meio de golpes

---

<sup>139</sup> Galvão, 2001, p. 26.

<sup>140</sup> Galvão, 2001, p. 26.

<sup>141</sup> Cunha, 2013, p. 182-183; Galvão, 2001, p. 35. A formação do acampamento será abordada em outra seção deste capítulo.

palacianos e formalidades burocráticas, membros da facção inimiga de postos-chaves da administração pública, como delegacias, chefias de polícia, tribunais, promotorias, conselhos municipais, assembleia legislativa, e tudo mais que pudessem, de maneira a sufocar os adversários até uma “rendição” simbólica<sup>142</sup>. O promotor de Monte Santo, por exemplo, povoado tão próximo a Canudos que é usado como base do Exército por mais de uma vez quando as expedições se iniciam, é substituído por um de confiança de Viana.

Gonçalves narra um evento, em que cem praças da polícia estadual, enviados pelo governador Rodrigues Lima, foram enviados ao município de Bomfim para depor o Conselho Municipal, em janeiro de 1895, numa carta ao Barão de Jeremoabo. Conta que, se não fosse avisado por Pedro Lago, não teria tido tempo de organizar a defesa da cidade, o que o fez pessoalmente<sup>143</sup>. As tropas policiais, reconhecendo a inferioridade numérica, optam por recuar sem confronto.

Ainda em janeiro de 1895, o governador suspendeu o direito que os municípios tinham de “organizar a polícia municipal, como lhe parecer conveniente”<sup>144</sup>, previsto na Constituição estadual, e na lei ordinária dos municípios (artigos 16, 56 e 58). A ofensiva vianista ocorreu num momento em que previam a necessidade de suporte dos municípios, em razão do que estava por vir.

É que, nas eleições para a Assembleia legislativa realizadas em novembro de 1894, deu-se um pleito em que a força seria a responsável pela vitória de uma ou outra facção. Nessa ocasião, o *coronelismo* assumia sua face mais descarada. Em razão do que acontecera nas eleições municipais de 1893, não havia mais aposta alguma em institucionalização por parte dos partidos em disputa.

Nas eleições que se seguiram, cada partido lavrou as próprias atas, recheadas de votos falsificados. O que se sucedeu foi uma escadinha de *duplicações*. A junta apuradora foi duplicada, a expedição de diplomas legislativos foi duplicada e, por fim, a Assembleia Legislativa também se duplicou<sup>145</sup>. Ambas assembleias funcionavam no mesmo lugar, em momentos distintos do mesmo dia.

---

<sup>142</sup> Sampaio, 2001, p. 53

<sup>143</sup> Sampaio, 2001, p. 48-52. A carta de Gonçalves não está publicada no Cartas ao Barão, organizado por Sampaio (2001), mas é citada por ela na página 49. Pedro Lago muda de lado alguns meses depois e se junta aos vianistas.

<sup>144</sup> Constituição do Estado da Bahia, citada por Sampaio (2001, p. 49).

<sup>145</sup> Sampaio, 1993, p. 103-105.

Duplicatas eram uma prática política de contestação direta à legitimidade de um poder estabelecido. No caso de uma duplicata legislativa, por exemplo, duas assembleias funcionavam em razão da fraude de votos, ainda que o governo reconhecesse uma ou outra não. Lynch comenta que as duplicatas eram formas de resistência da minoria da *pólis*. Desalojadas do poder, como se encontravam os gonçalvistas, não havia poder moderador a que pudessem recorrer para garantir uma alternância pacífica<sup>146</sup>. Nas vezes em que uma resistência militar não fosse possível ou interessante, o instituto a que poderiam recorrer era a intervenção federal, visto que Floriano Peixoto havia mostrado que era um instituto passível de “substituir” o poder moderador. Se antes caberia à oposição cair nas graças do Imperador, agora, era necessário cair nas graças de um governo federal interessado em formar *pólis* estaduais à sua imagem e semelhança, tal qual Floriano.

Constitucionalmente, havia três casos em que uma intervenção federal poderia ocorrer sem requisição do poder estadual, entre elas a manutenção da forma republicana e federativa<sup>147</sup>, e os gonçalvistas abusariam disso. Com o desenvolvimento gradual do processo de “derrubada”, os gonçalvistas se encolhiam cada vez mais em seus redutos eleitorais do interior, a tal ponto que não confiavam mais nas próprias forças para restabelecer o controle do estado.

Em dado momento, Gonçalves se mostra preocupado e diz temer a morte<sup>148</sup>. Uma carta de enviada em 1894 por um tenente-coronel da Guarda Nacional ao Barão comentava uma expectativa, quase uma reza, de que Custódio de Mello retornasse para impor uma nova ditadura e uma “reorganização judiciária” capaz de favorecer Gonçalves e seus aliados<sup>149</sup>. Os gonçalvistas, como se vê, se reconheciam nessa posição de oligarquias “desalojadas” mencionada por Lynch.

A duplicata legislativa se desenvolveu em uma duplicata do poder Executivo, fenômeno que possivelmente ocorreu só na Bahia durante a Primeira República. Segundo a Constituição da Bahia, não havia “vice-presidente estadual”, assumindo o presidente do Senado. Como a legislatura estava duplicada, havia dois presidentes: o Barão de Jeremoabo e o Barão de Camaçari. Ambos assumiram o

---

<sup>146</sup> Lynch, 2014, p. 139.

<sup>147</sup> Leite, 2003, p. 77-78.

<sup>148</sup> Sampaio, 2001, p. 48-52.

<sup>149</sup> Sampaio, 2001, p. 90.

poder executivo, dividindo o palácio governamental durante um curto espaço de tempo<sup>150</sup>.

O impasse só é resolvido com o retorno prematuro de Rodrigues Lima, que retoma uma ofensiva ainda maior sobre os gonçalvistas. Na assembleia legislativa, os vianistas preparam um golpe e cassaram os gonçalvistas, incluindo aí o Barão<sup>151</sup>. Nesse meio tempo, a população temia que a Bahia se tornasse Rio Grande do Sul, imersa em uma guerra civil<sup>152</sup>.

No Congresso Nacional, Filgueiras discursava e agitava, com a expectativa de que Prudente de Moraes iniciasse uma intervenção federal. Dizia que a Bahia se achava “fora da lei, fora da ordem constitucional [e] da forma republicana federativa”, que o PRC dos gonçalvistas era o único partido contrário ao reacionarismo de Viana, que o estado estava sob um golpe de Estado e que a legalidade não existia mais<sup>153</sup>. Que a ordem constitucional estava “profundamente perturbada” e que a União era “obrigada a intervir para” restabelecer a ordem. Cezar Zama, também gonçalvista, dizia que era necessário, na Bahia, “um poder que, sem estar sob impressão das paixões e interesses que agitam a todos os interessados, possa resolver, com justiça e circunspecção a quem cabe o direito”, se referindo à duplicata. Filgueiras era mais violento, dizendo que a não solução poderia levar à “explosão do desespero popular pelas armas”<sup>154</sup>.

Filgueiras provavelmente sabia que Prudente não interviria no estado, sobretudo considerando que, até então, tinha como aliados tanto Vitorino como Viana, ambos no PRF. Tanto que, sem muito alarde, Prudente remete ao Congresso a questão, reforçando o pedido que já tinha feito de que a intervenção federal fosse regulamentada pelo poder legislativo – que, por sua vez, recusava para não abrir a retaguarda, como já comentado. Provavelmente o interesse de Filgueiras era agitar a Câmara, incentivando o caos e tensões diversas que poderiam ser aproveitadas, no momento certo, por grupos *capazes* de realizar as tarefas desejadas. No caso em questão, com as alas mais radicalizadas do florianismo já distanciadas de Prudente

---

<sup>150</sup> Sampaio, 2001, p. 50-52; Sampaio, 1993, p. 104.

<sup>151</sup> Sampaio, 2001, p. 50-52.

<sup>152</sup> *Diário de Notícias*, citado por Sampaio, 2001, p. 48.

<sup>153</sup> Discurso em junho de 1895. Anais da Câmara dos Deputados, tomo 2, 1895. Ele também relembra o discurso na fatídica intervenção do dia 17 de agosto, em *Anais...* tomo 4, 1897, p. 262-263.

<sup>154</sup> Ambos discursos citados por Lynch, 2014, p. 138.

de Moraes, promovendo comícios e protestos diversos, Filgueiras possivelmente tinha em mente uma aliança com Glicério em torno dessa questão.

Seja como for, ambas facções continuaram em disputa durante todo período pesquisado. A principal estratégia do vianismo era a “derrubada” e a dos gonçalvistas, depois de se verem “derrubados”, incentivar uma intervenção federal e buscar alianças externas à Bahia. Nesse contexto, e apenas após esses desenvolvimentos, Belo Monte entra em pauta.

Apesar do choque em Masseté, o interesse das oligarquias era a disputa crua pelo poder. Era nisso que se fixavam, não em Canudos. As cartas remetidas ao Barão mencionam, secundariamente, um medo de que propriedades fossem destruídas, famílias saindo mês após mês das fazendas para se unir a Belo Monte. É a partir do enfraquecimento dos gonçalvistas e o início dos discursos de Filgueiras no Distrito Federal, acusando Viana de utilizar Conselheiro como um ativo político, que Canudos aparece como tema do conflito político.

Ainda assim, não se apresentava como um problema nacional. Com o choque de Masseté, espera-se ter demonstrado que a *entropia* fora responsável pela reclusão de Conselheiro a Canudos. O gonçalvista César Zama, com o pseudônimo de Wolsey, escrevia que a origem da Guerra de Canudos estava na perseguição de Viana a Gonçalves e ao Barão<sup>155</sup>. Não percebera, entretanto, que a cisão entre as duas facções tinha uma raiz mais profunda, originada da própria dinâmica política engendrada pelo florianismo anos antes. Da mesma forma, é esse cenário entrópico que elevará o arraial a um problema nacional, cujo remédio “regenerativo” será uma intervenção federal.

A seguir, a fim de conhecer ambiente que a guerra procura atacar, será realizada uma rápida revisão bibliográfica de algumas das obras que tem como objeto de estudo a comunidade canudense, selecionadas aqui como representantes de perspectivas distintas sobre o fenômeno.

### 3. 2. Belo Monte: a esfinge

A compreensão da comunidade de Canudos não é ponto central para este estudo, de maneira que uma revisão bibliográfica se mostra suficiente para que se

---

<sup>155</sup> Zama, 1989, p. 22-23

tenha uma noção das principais características que os pesquisadores identificam naquele povoado. É importante que se retirem, por meio dessa revisão, as concepções de que havia em Canudos uma real contestação à ordem, de maneira que os canudenses pudessem representar um perigo ao poder republicano. Tal concepção afastaria um dos objetivos dessa pesquisa, qual seja, o de demonstrar que a campanha de guerra foi, na verdade, uma consequência endógena da dinâmica entrópica da política republicana.

Sustenta-se, portanto, que não havia perigo algum. A guerra foi consequência da insegurança institucional que imperava nos anos entrópicos e de um arremedo de ações que é difícil chamar de “plano”, mas que caminhavam para a mesma direção: tomar o poder de Prudente de Moraes e reconfigurar as relações políticas na Bahia e na União.

Sob pena de simplificação, mas para fins de economia, utilizaremos a divisão que Jacqueline Hermann identificou nos trabalhos sobre o “caráter” da comunidade em Canudos. Em seu pequeno artigo<sup>156</sup>, identifica as avaliações “progressistas”, que abordam Canudos como um movimento social em torno da questão fundiária, e as contrapõe a leituras que privilegiam o aspecto religioso do arraial. De uma forma ou de outra, de fato, todas as leituras podem ser encaixadas em um ou outro lado do espectro argumentado por Hermann.

Utilizando a terminologia de Hermann, entre as leituras “progressistas”, a autora cita Marco Antônio Villa, Rui Facó e Edmundo Moniz, e podemos incluir Clóvis Moura<sup>157</sup>. A aglomeração desses autores em torno de um rótulo não significa desconhecer diferenças analíticas. Na realidade, nos trabalhos acerca da comunidade canudense, as diferenças de abordagens são tantas quanto o número de autores que se debruçaram sobre ela.

Estabelecido isso, esse grupo insere o movimento que resulta no arraial de Belo Monte como um resultado das questões fundiárias do Brasil Republicano, que manteve o monopólio da terra e a distribuição de propriedades rurais intocadas com

---

<sup>156</sup> Hermann, 1997.

<sup>157</sup> Villa, 1997; Facó, 1976; Moniz, 1987; Moura, 2000. Em Villa, o objetivo do arraial era a formação de uma comunidade “à margem do sistema de dominação coronelístico”, construindo um “mundo novo, enfrentando o Estado dos *landlords*” (p. 11-12). Em Moniz, a guerra de Canudos seria uma guerra social, quase revolucionária, que tinha como horizonte um socialismo utópico (p. 100). A comunidade era “consequência da estagnação burguesa, que não concluiu com a missão histórica de acabar com o latifúndio e parcelar a terra” (p. 70). Em Moura, Canudos aparece como um ancestral das Ligas Camponesas e do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, o MST.

a proclamação da República. Segundo Hermann, “a positividade do movimento esteve inscrita na luta pela terra e na expectativa de mudanças significativas da estrutura política e social brasileira”<sup>158</sup>. O caráter religioso, nesse contexto, se reduz a uma forma de consciência primitiva que obscurecia os reais interesses do grupo, associados, em geral, à classe camponesa ou despossuídos.

Della Cava reconhece como mérito da leitura de Facó a crítica à categoria de “fanáticos”, que não possui qualquer valor analítico<sup>159</sup>. Em Moura, a dimensão pós-colonial do agrupamento é ressaltada, recorrendo ao relato folclórico agrupado na obra de José Calasans e às menções racistas que contemporâneos dirigiam ao arraial. A carta de José Américo ao Barão é um possível exemplo, ao mencionar o “povo este que foi escravo” e “zombar” que se naturalizaria africano<sup>160</sup>. Em sua fase andarilha, iniciada pelo menos em 1871, Conselheiro vagou por regiões rurais, então é provável que entrava em contato com escravizados e seus descendentes. Ademais, sua posição de líder religioso e favorável à abolição da escravatura possivelmente o tornava carismático à população negra e mestiça.

A crítica de Hermann a essa corrente é de que reduzem o principal elemento aglutinador da comunidade a um mero “instrumento de um projeto político específico”<sup>161</sup>. Outro ponto de ataque é que, na visão de Hermann, não havia política em Canudos, na medida em que não havia definições programáticas, intenção subversiva, nem formação partidária. O próprio Luiz Viana, à época, defendeu concepção similar, numa entrevista concedida a Fávila Nunes<sup>162</sup>.

Esse último ponto é atacado por Moura, nos seguintes termos:

Criou-se um conceito de movimento social no qual somente seriam considerados políticos aqueles que tivessem condições de elaborar um programa de ação e de governo de acordo com os postulados da Revolução Francesa [...] Os demais seriam formas arcaicas de movimentos sociais, banditismo social, milenarismo, mas todos fora dos padrões normativos e ideológicos que dariam as razões para serem reconhecidos como políticos.<sup>163</sup>

---

<sup>158</sup> 1997, p. 17-18.

<sup>159</sup> “Estranho misticismo esse que arregimentava apenas os pobres”. Facó, 1976, p. 116.

<sup>160</sup> Sampaio, 2001, p. 97.

<sup>161</sup> 1997, p. 31.

<sup>162</sup> “A ignorância deles é tal, que não posso acreditar que se preocupem com uma questão de fórmula de governo.” (Galvão, 2019, p. 183) Entrevista concedida ao *Gazeta de Notícias* em 7 de agosto de 1897.

<sup>163</sup> Moura, 2000, p. 24

Nesse sentido, as prédicas de Conselheiro expõem, ainda que de forma curta, uma concepção política. Não havia, entretanto, nenhuma intenção de organizar movimento sedicioso ou que apresentasse uma contestação real à ordem constituída<sup>164</sup>. O que, de certa forma, joga *contra* a perspectiva “progressista”, na medida em que expoentes como Moniz defendiam a existência de uma perspectiva “socialista utópica” em um Conselheiro leitor de Thomas More<sup>165</sup>.

Para Negrão, utilizando Moniz como expoente, essa vertente pode ser considerada “ficcionalista”, na medida em que identifica “líderes revolucionários das massas camponesas e suas ‘cidades santas’, comunidades socialistas precursoras do futuro das sociedades modernas”<sup>166</sup>. De fato, a tentativa de forçar identificações alegando bases “materialistas” acaba por criar uma ficção, tal qual criara o Barão de Jeremoabo em uma de suas difamações da comunidade<sup>167</sup>.

As críticas de Negrão e Hermann possuem fundamento, a partir do momento em que as leituras “progressistas” buscaram interpretar na movimentação dos sertanejos uma revolta de um *campesinato para si*, ou quando assumem que a análise das condições materiais subjuga todos os demais elementos, a ponto de a religião ser reduzida a uma falsa consciência.

Isso não significa, porém, que uma análise materialista é dispensável. Embora os atores não “fal[em] o idioma das estruturas”<sup>168</sup>, são elas que ordenam e posicionam os humanos em situações capazes de gerar conflitos ou formas de consciência antagônicas, ainda que esse processo não seja uma causalidade direta, mas atravesse uma série de acidentes e aleatoriedades originadas na mente humana. Apesar do foco analítico nas situações da “aparência”, este trabalho é orientado pela noção de prioridade ontológica.

A relação entre produção a vida material e “aparência” é de *prioridade*, e não de causalidade ou determinismo mecânico. O ser assume posição de prioridade ontológica em relação à própria consciência, na medida em que a consciência, ainda

---

<sup>164</sup> Hermann, 1997, p. 26.

<sup>165</sup> Existe a possibilidade de que Conselheiro tivesse tido acesso à obra de More. More foi canonizado e sua obra já era traduzida do latim ao francês quando o pequeno Antônio Vicente letrou-se em francês e latim em Quixeramobim. Considerando seu ensino religioso em seminários e a canonização da More, de fato é possível. Não existe, porém, nenhuma evidência, nem em suas prédicas, de que essa possibilidade teria se transformado em condutor de uma militância socialista e utópica nos sertões. Moniz defende em 1987, p. 90-92.

<sup>166</sup> Negrão, 2015, p. 51.

<sup>167</sup> Em uma carta, mencionava o “comunismo” de Conselheiro. Sampaio, 1993, p. 105.

<sup>168</sup> Lessa, 2015, p. 47.

que controle o ser, necessita dele para existir, e existe segundo as constrações e possibilidades que ele encontra na vida material<sup>169</sup>.

A adoção desse ponto de vista não necessariamente subscreve ao pensamento dos autores aqui resenhados. Os trabalhos de Moura e Moniz, apesar de contribuições fundamentais, promovem uma “substituição do fato concreto pelo conceito abstrato, ou a adulteração do conceito em nome de uma realidade rebelde”<sup>170</sup>.

No outro espectro do campo analítico, apresentam-se expoentes como Maria Isaura de Queiroz, a própria Jacqueline Hermann, Robert Levine, Duglas Teixeira Monteiro, Walnice Nogueira Galvão e Euclides da Cunha<sup>171</sup>. Em todos eles, a religião é o aspecto condutor da experiência do povoado de Belo Monte, mas suas similaridades acabam aí. Nessa vertente, vem à tona as discussões sobre o caráter messianista, sebastianista e/ou milenarista do movimento.

O milenarismo se identifica como uma espécie de “surto” coletivo, que teria como marca aglutinadora uma visão escatológica, à espera do “fim do mundo” ou de um evento apocalíptico relacionado com a virada do século, que traria a *éskhaton* final<sup>172</sup>. Levine é duramente criticado por Negrão em seu ensaio, afirmando que não há uma evidência sequer de perspectiva escatológica em Canudos. Monteiro, por sua vez, é mais sutil, e afirma que essa visão pode sim existir, mas sua presença seria “subterrânea”. Reconhece, entretanto, que não há menções diretas à *éskhaton*. Galvão também reconhece essa possibilidade, em virtude das prédicas de Conselheiro buscarem inspiração em *A missão abreviada*, que tem um capítulo inteiro dedicado ao Anticristo e ao fim do mundo<sup>173</sup>.

Entretanto, não há uma evidência sequer de sebastianismo ou mesmo menção a Dom Sebastião em Canudos, nas prédicas de conselheiro, sobreviventes da guerra, nem entre as testemunhas que visitaram o arraial, como os frades

---

<sup>169</sup> Lukács, 2012, p. 307-308. Um excelente estudo das formas de produção e das condições materiais sobre as quais o acampamento organizava seu modo de vida se encontra em Martins, Paulo. *Canudos: organização, poder e o processo de institucionalização de um modelo de governança comunitária*. Martins busca uma série de relatos de sobreviventes e descendentes, assim como as formas produtivas típicas do sertanejo da época, como o mutirão. Chega a mencionar um “modo de produção sertanejo”. Por causa do escopo desse trabalho, não serão abordadas aqui.

<sup>170</sup> Me amparo na crítica metodológica que Marini realiza ao marxismo, tendo em consideração a produção do século XX até o momento que escreve seu ensaio (1972), conjunto em que os autores resenhados se enquadram. Marini, 2011, p. 131.

<sup>171</sup> Queiroz, 1977; Levine, 1995; Hermann, 1997; Monteiro, 1997; 1974; Cunha, 2013.

<sup>172</sup> Negrão, 2015, p. 49.

<sup>173</sup> Galvão, 2001, p. 108.

capuchinhos que poderiam aproveitar para difamar Canudos em seu relatório<sup>174</sup>. Na realidade, essa acusação aparecerá somente após a morte de Moreira César, quando a guerra de Canudos passa a habitar o noticiário *jacobino* na capital<sup>175</sup>.

Em relação ao *messianismo*, depende da acepção utilizada do termo e do ponto de vista adotado. Segundo Negrão, messianismo se caracteriza por uma “crença em um salvador, o próprio Deus ou seu emissor” que resolveria os problemas do momento presente, instaurando uma “nova era”. Nem todo movimento messiânico possui uma concepção de *éskhaton* final, de maneira que Canudos se encaixaria. O movimento messiânico, inclusive, seria um movimento típico de sociedades patrimonialistas, e não “patologias sociais”, afirma Negrão, se baseando nos estudos de Isaura de Queiroz<sup>176</sup>.

Entre os autores resenhados, apenas em Monteiro existe uma concepção *positiva* dos movimentos messiânicos, na medida em que a religião poderia ser um motor “transformador” da vida social<sup>177</sup>.

Para Galvão, só se pode falar do messianismo em “sentido lato”, pois de fato se tratava de um “movimento religioso que [seguia] um líder carismático de quem emana a salvação”. Em “sentido lato”, pois Conselheiro jamais afirmou ser o messias, encarnação de Jesus, de Santo Antônio, ou algo parecido, e sempre assinava seu manuscrito de prédicas e sermões como “O Peregrino”. Também nunca mencionou milagres realizados por sua pessoa, se limitando a pregar para a “salvação da alma”. Entretanto, seus seguidores se referiam a ele como “Santo Antônio” e “Bom Jesus Conselheiro”<sup>178</sup>.

Entre as quarenta e nove prédicas encontradas<sup>179</sup>, o que se encontra é um Conselheiro letrado, capaz de desenvolver uma visão de mundo condizente com os

<sup>174</sup> Galvão, 2001, p. 107-108.

<sup>175</sup> Nogueira acusa a “pena de escritores das capitais, que assim deturparam o pensamento claro do chefe do povo, para apresentar novidades ao curiosos”. Nogueira, 1978, p. 28.

<sup>176</sup> Negrão, 2015, p. 50-54.

<sup>177</sup> “[E]ntre os rebeldes, a idéia monárquica era, antes de mais nada, um símbolo que exprimia, primeiramente, a única alternativa política formal que conheciam, em face da República”. Monteiro, 1974, p. 110.

<sup>178</sup> Galvão, 2001, p. 108-109. Nogueira argumenta em sentido similar, ao afirmar que o “fanatismo” era em relação à pessoa de Antônio Conselheiro, em razão de seu carisma e posição de chefia, e não um fanatismo religioso. Nogueira, 1978, p. 37.

<sup>179</sup> O manuscrito foi encontrado no dia que o arraial virou cinzas por um estudante de medicina. Galvão conta que o manuscrito passou da mão do estudante para de Afrânio Peixoto, que só viria a entregar para Euclides da Cunha poucos meses antes de sua morte, em 1909, sendo que *Os Sertões* já havia sido publicado sete anos antes. A trajetória do manuscrito se perde até que é encontrada por Aristeu Seixas e, em 1974, Ataliba Nogueira publica os manuscritos ao público pela primeira vez.

dogmas da ortodoxia católica do I Concílio de Trento e uma sujeição permanente a Deus<sup>180</sup>. Destaca-se, para os fins desse trabalho, uma em que apresenta posições crítica ao sistema político de seu país, denominada *Sobre a República*<sup>181</sup>.

Nesse sermão, Conselheiro expõe sua recusa filosófica à ordem republicana. Em sua concepção, a República não é legítima aos olhos de Deus. Não que houvesse, aí, qualquer menção à tomada de poder ou à derrubada do regime. O foco da prédica antirrepublicana é mais a exposição de sua concepção de mundo, dividida em ordem temporal e ordem divina, e a importância dos sacramentos religiosos. A república, ao legislar que o casamento religioso só seria válido caso houvesse um casamento civil prévio, prevendo aplicação de pena a quem casasse religiosamente sem o cartório, atraía a ira de Conselheiro, que considerava o casamento civil uma heresia e “concubinato”.

Em relação à legitimidade da República, incomodava a Conselheiro a inversão de hierarquias entre a ordem temporal e a ordem divina. Para o pregador, todo poder *emana de Deus*<sup>182</sup>, e não do povo. Por isso, sendo o monarca o representante de Deus, o líder da ordem temporal deveria ser Dom Pedro II ou seu herdeiro. Ainda assim, destoa do discurso conservador ao abordar o tema da escravidão, se posicionando de forma favorável à liberdade dos negros e africanos. Na narrativa que apresenta, a coroa queria ter abolido esse “instituto degradante” anos antes, mas fora impedida pelos grandes proprietários, agora símbolos da República nos sertões baianos. Quando finalmente a lei áurea é assinada, Conselheiro atribui à abolição a queda do Império, posição que não difere muito das de muitos monarquistas da época, incluindo os monarquistas negros<sup>183</sup>.

Apesar disso, qualquer associação de Conselheiro a um suposto movimento restauracionista só aparece na recepção do tema pela pena dos jacobinos nas capitais. Após a guerra, nenhuma base foi encontrada, e até mesmo os correspondentes jornalísticos e os florianistas mais exaltados reconheceram que não

---

<sup>180</sup> Galvão, 2001, p. 105-106; Fiorin, 1990; Hermann, 1997, p. 29.

<sup>181</sup> Nogueira, 1978, 175-182.

<sup>182</sup> Fiorin, 1990, p. 83.

<sup>183</sup> Um episódio simbólico na Bahia, que percorreu os noticiários do Brasil inteiro, conta que Virgílio Damásio e outros acadêmicos foram atacados, nas ruas de Salvador, num evento em que receberiam o republicano Silva Jardim. Os perpetradores do ataque eram a *Guarda Negra da Redentora*, organizada por José Patrocínio, formado por ex-escravizados nos meses após a abolição, cujo objetivo era uma defesa da figura da Princesa Isabel, identificada como a Redentora, contra a elite aristocrática, os republicanos e os militares. Ver Antunes, Livia. *Sob a Guarda Negra: abolição, raça e cidadania no imediato pós-abolição*. Tese de Doutorado, História, UFF, 2019.

havia nenhum tipo de conspiração pela tomada do poder ou restauração monárquica. O próprio Cunha reconhece que o sertanejo tinha como objetivo construir a “Jerusalém de taipa”, uma espécie de fuga espiritual e religiosa da República, o que justifica o estabelecimento do arraial em um “lugar sagrado, cingido de montanhas onde não penetraria a ação do governo maldito”. A guerra ocorrera na medida em que “o sertanejo defendia o lar invadido, nada mais”<sup>184</sup>.

### 3. 3. A construção do medo e o início das expedições militares

Conselheiro perambulava pelos sertões desde, pelo menos, 1871. Era letrado, estudou religião e matemática em um seminário, e a história de como se tornou beato envolve uma querela familiar e a perda de sua amada. Em dado momento, abandona seus bens e seu trabalho de caixeiro viajante e se torna beato. Os beatos eram uma ordem do catolicismo popular nordestino, fundada pelo Padre Ibiapina, que representou um momento em que a Igreja enfraquecida pela “questão religiosa” buscava um contato direto com sua base de fiéis<sup>185</sup>.

De 1871 a 1893, Conselheiro andou pelos sertões inspirado pelas ações do padre Ibiapina, empenhado em reconstruir igrejas, capelas, cemitérios<sup>186</sup>, entre outras pequenas obras úteis às igrejas, aos fiéis e que também atraíam os olhares dos coronéis da região, como a construção de estradas e açudes<sup>187</sup>. Algumas dessas obras estão de pé até hoje, como os muros de arrimo que dão à capela de Monte Santo, diversas igrejas, e Crisópolis, antiga Bom Jesus, que Conselheiro teria construído “praticamente do zero”.

As relações de Conselheiro com a igreja foram contraditórias, ora a igreja se beneficiando dos fiéis que angariava, que se convertiam em dizimistas, ora considerando-o um perigo que saíra do controle, como foi no caso do padre Ibiapina e de outros beatos e figuras do catolicismo popular<sup>188</sup>. Certo é que nas vésperas da proclamação republicana, qualquer resquício de simpatia havia terminado. Em 1887, o arcebispo solicita que as autoridades baianas prendessem Conselheiro.

---

<sup>184</sup> Cunha, 2013, p. 185; 471.

<sup>185</sup> Della Cava, 1968, p. 404.

<sup>186</sup> Segundo Galvão, Calasans identifica 25 obras.

<sup>187</sup> Della Cava, 1968, p. 406-407.

<sup>188</sup> Galvão, 2001, p. 65; Della Cava, 1968, p. 407.

Ainda assim, era querido na região. O Barão de Jeremoabo comenta que, à exceção de sua família, todas as outras assistiam às orações de Conselheiro<sup>189</sup>. Até o caso da queima das tabuletas, com raras exceções, sendo o Barão uma, Conselheiro também era querido entre os coronéis, não só por causa das obras, mas também por garantir potenciais votos<sup>190</sup>.

Após a refrega em Masseté, Conselheiro percebeu que a República ilegítima recrudescia, de maneira que precisaria construir um novo modo de vida. Se antes era querido entre as elites sertanejas, agora sua vida estava em risco, ainda que apoiado pelo povo. Instalou-se às margens do rio Vaza-Barris, intermitente e seco, numa região estéril e árida. Esse posicionamento estratégico era personagem importante nas expedições, pois “qualquer força [...] teria de conduzir toda bagagem e mantimentos através de inúmeras dificuldades”, visto que a região carecia de recursos acessíveis aos que a desconhecessem<sup>191</sup>.

Quando se instalou em Canudos, lá predominou a agricultura de subsistência e pecuária à base de cabras, único animal que aguentava a vida naquela aridez. Apesar da produção coletiva, as clivagens sociais eram visíveis pelas moradias, umas de alvenaria e outras com telhados cobertos de folhas de icó.

Os boatos sobre o *perigo* que Conselheiro representava para os sertões se iniciam no contexto da mobilização gonçalvista pela intervenção federal. Com o avanço das táticas de “derrubada” e as duplicatas, Canudos se torna um tema secundário. Continua a aparecer nas cartas privadas remetidas ao Barão por aliados gonçalvistas, que percebiam a mingua de trabalhadores em suas fazendas, que se dirigiam a Belo Monte<sup>192</sup>, como também em alguns discursos de Filgueiras, mas é evidente o caráter secundário.

Quando os gonçalvistas perdem a disputa das duplicatas, se veem sem artifícios, sendo Filgueiras seu último ativo capaz de modificar a balança a seu favor. Em algum momento em 1895, Conselheiro inicia uma mendicância pelos

---

<sup>189</sup> Galvão, 2001, p. 31.

<sup>190</sup> Galvão, 2001, p. 65.

<sup>191</sup> Soares, 1903, p. 33.

<sup>192</sup> A palavra que usam é êxodo. Quase todas as cartas mencionavam a saída das famílias. Alguma com mais veemência, outras de passagens. Algumas davam números exatos e nomes. Se encontram em Sampaio, 2001. Em 1897, o *Jornal de Notícias* escrevia que “é atualmente com suma dificuldade que uma ou outra propriedade funciona”. Sampaio, 1993, p. 107. O intendente de Tucano reclamava que teve de pagar o dobro do que pagaria geralmente para construir um pequeno muro, e muitos serviços públicos “deixaram de funcionar por falta de pessoal”. Sampaio, 2001, p. 44.

sertões com objetivo de comprar madeira para construção da Igreja Nova. Nesse momento, retornam boatos sobre o perigo conselheirista. Os fazendeiros, vendo aquele bando maltrapilho “invadindo” povoados e cientes de que Viana poderia se aproveitar deles, ficam apavorados<sup>193</sup>.

Em dado momento, sob pressão da *pólis*, Rodrigues Lima aciona a igreja, que realiza uma missão com os freis João Evangelista e Caetano para que fosse dado um diagnóstico sobre o que se passava no arraial. O laudo é desfavorável, acusando anarquia, fanatismo e insubordinação à República. O relatório requer “intervenção do poder civil” como meio para pôr fim “ao fanatismo”, e acusa o reduto de ser um perigo para a ordem pública, pois “se posicionava contra a religião [e] contra o Estado”<sup>194</sup>.

Sampaio trabalha com a tese de um *medo construído*, cujos obreiros seriam não só os gonçalvistas, mas toda confluência entre os políticos baianos, a igreja e o exército. Em seu argumento, Sampaio afirma que a construção do medo era instrumento à facção gonçalvista, que tinha como objetivo estimular uma intervenção federal no estado. Por isso, Sampaio defende que o medo de verem suas propriedades destruídas por “bandos” depois que os conselheiristas fossem dispersados era uma narrativa construída, um “fantasma”, uma antecipação, uma prevenção, e não um fato dado<sup>195</sup>.

Existem diversas fontes contemporâneas aos acontecimentos que dão conta que os conselheiristas não tinham como método o ataque às propriedades nem a destruição de rebanhos, fazendas, etc. O roubo e o atentado à propriedade eram tidos como “abomináveis” no código conduta religioso deles<sup>196</sup>. Ainda assim, não é possível considerar que todos os relatos de destruição nas cartas eram falsos<sup>197</sup>. O que é possível afirmar é que não há evidências de que eram ataques coordenados pelo núcleo conselheirista, tampouco que eram promovidos por canudenses. A

---

<sup>193</sup> Sampaio, 2001, p. 53.

<sup>194</sup> Galvão, 2001, p. 70.

<sup>195</sup> 2001, p. 33-35

<sup>196</sup> Como o comunicado do comandante do 3º distrito militar, em 1893. O comandante da expedição que resultou no choque de Masseté narra que os conselheiristas “não cometeram um só ataque ou agressão à propriedade individual alguma”. Sampaio, 1993, p. 105.

<sup>197</sup> As cartas “relatam que os conselheiristas emboscavam, atacavam e destroçavam os carros de bois que transitavam com mantimento e munição para o exército, bem como as boiadas [...] As cartas dão conta de vários ataques a fazendas, com saques, incêndios e justiçamentos. Embora a maioria se imputável a desmandos da imaginação, José Calasans confirma pelo menos um deles, o assalto à fazenda Ilha, em Massacará, do odiento coronel José Américo”. Sampaio, 2001, p. 61-62.

Bahia era tomada pelo banditismo, e poderiam ser outros grupos atuantes<sup>198</sup>. A imaginação das elites do interior, entretanto, atribuía facilmente à comunidade todo e qualquer fato negativo que se revelava a cada amanhecer.

Apesar disso, as crenças importam na medida em que produzem efeitos. Nesse contexto, os gonçalvistas são os principais alarmistas em relação a Canudos, intensificando sua ação após as eleições que elegem Viana em 1896, marcadas pela fraude coronelista. Cabe mencionar que os vianistas também acusavam os gonçalvistas de “conselheiristas” e tinham a percepção da instrumentalidade do movimento de Conselheiro à oposição. A começar que Conselheiro sempre perambulou pelas regiões sertanejas próximas às propriedades do Barão<sup>199</sup>. Não obstante, se instalaram numa propriedade *do* Barão. Ademais, liam as intervenções d’*O Republicano* e recebiam telegramas acerca dos discursos de Filgueiras na Câmara dos Deputados. Também possuem participação na narrativa criada que justificará o extermínio do povoado.

A história clássica narra que os conselheiristas teriam encomendado madeira para a construção de uma Igreja Nova em Belo Monte após o período de mendicância. O juiz, Arlindo Leoni, recentemente movido para Juazeiro, teria proibido a entrega dessa madeira<sup>200</sup>. Conselheiro já havia trombado com o juiz quando fora a Bom Conselho mendigar, no ano anterior, quando a magistratura de Leoni era baseada lá. Naquela ocasião, incorporando os medos produzidos pelos gonçalvistas e fazendeiros, ficou apavorado e se refugiou numa fazenda<sup>201</sup>. Por isso, ao tomar ciência da proibição decretada por Leoni, os beatos mandam dizer que buscarão a madeira à força. Novamente apavorado, o juiz solicita a força militar ao governador<sup>202</sup>.

Quando Filgueiras narra o episódio na Câmara, posiciona Leoni como um peão de Viana. A Bahia enfrentou uma questão de banditismo nas Lavras

---

<sup>198</sup> Informação presente em Sampaio, 1993. No discurso de Filgueiras em 17 de agosto de 1897, em que narra a deflagração das Lavras Diamantinas; e nas mensagens que Viana envia a Vitorino e Prudente em 1897.

<sup>199</sup> O próprio Barão já havia encontrado Conselheiro em Soure em mais de uma ocasião. Galvão, 2001, p. 25.

<sup>200</sup> Cunha, 2013, p. 226-229.

<sup>201</sup> Galvão, 2001, p. 71.

<sup>202</sup> Fato curioso na biografia de Leoni foi o que se sucedeu após o fim das expedições. Em carta a Ataliba Nogueira, Luiz Vianna Filho, filho do governador, comenta que Leoni possuía “medo excessivo de várias cousas, inclusive do mar”. Ciente, o governador o transferiu para uma comarca “apenas acessível por mar”, o que fez com que Leoni pendurasse a toga. Nogueira, 1978, p. xiii.

Diamantinas, e Leoni fora o “conflagrador” da região. Rodrigues Lima, na ocasião, se limitou a afugentar os bandidos, que continuaram na região de maneira dispersa, descoordenada e violenta. Segundo Filgueiras, repetia-se a mesma estratégia, mas agora nos sertões<sup>203</sup>. O deputado nota a proximidade temporal da transferência de Leoni a Juazeiro e o início do confronto em Uauá, mencionando que as eleições federais ocorreriam em 3 de dezembro.

Na realidade, o mais provável é que, sendo ligada a alguma facção ou não, a chamada das tropas não fora um complô ou nada parecido. Viana, num primeiro momento, hesitou em enviar tropas<sup>204</sup>, e explica meses depois que não havia força disponível suficiente para resguardar a capital, enfrentar o banditismo nas Lavras Diamantinas, e iniciar um confronto em Canudos ao mesmo tempo<sup>205</sup>.

Antes de se licenciar em razão de adoecimento, Prudente de Moraes destaca cerca de 100 soldados e menos de cinco oficiais do 3º distrito militar e os deixa sob comando de Viana. O comandante do distrito, o mesmo Sólon que fora pontapé para a proclamação da República, critica a legalidade da medida. Argumenta que deveria ser decretada intervenção federal para que as tropas militares fossem mobilizadas, e que elas deveriam estar sob seu comando, e não de Viana. Entretanto, só lhe resta ceder à ilegalidade<sup>206</sup>.

Não era do interesse de Prudente de Moraes declarar uma intervenção, principalmente se já soubesse que iria licenciar-se. De qualquer jeito, parte relevante de sua plataforma era que as medidas intervencionistas eram necessárias, mas a ausência de regulamentação<sup>207</sup> impedia qualquer previsibilidade e segurança na utilização dessas medidas. Quando Filgueiras solicita a intervenção em razão das duplicatas, Prudente remete a questão ao Congresso, que cruza os braços. Além disso, após dois anos sob a agitação intensa dos florianistas, sabia que uma

---

<sup>203</sup> Anais da Câmara dos Deputados, tomo iv, 1897, p. 263. Discurso de Leovigildo Filgueiras em 17 de agosto de 1897.

<sup>204</sup> Milton, 2003, p. 37.

<sup>205</sup> Viana, Luiz. *Mensagem do dr. governador da Bahia ao sr. Presidente da Republica sobre os antecedentes e occurencias das expedições contra Antonio Conselheiro e seus sequazes. 1897*. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/227405>>

<sup>206</sup> McCann, 2009, p. 68.

<sup>207</sup> Em uma de suas mensagens ao Congresso sobre o tema, menciona a União como “coordenadora natural dos novos entes federativos”. Cf. Lynch, 2014, p. 140. Ao mesmo tempo, em outra, argumenta que a regulamentação do art. 6 “contribuir[á] eficazmente para o funcionamento regular do nosso regime federativo”. *Mensagem apresentada ao Congresso Nacional em 3 de maio de 1895 pelo presidente da republica Prudente J. de Moraes Barros*, p. 7.

intervenção significava a chamada de um corpo político relevante à arena do poder e da violência, dotando-o de legitimidade para tais atos.

Ainda assim, os esforços do presidente em não declarar intervenção federal e enviar um pequeno punhado de tropas para evitar maior alarde não alcançaram o objetivo pretendido. O início das expedições, em 1896, marca uma trajetória que ligará Canudos diretamente à política nacional, colocando o arraial em confronto direto com o Exército republicano. Se antes as ligações eram indiretas, sendo consequências sísmicas de terremotos que se desenvolviam na capital, dessa vez, Canudos era o próprio terremoto

A tropa seguiu a pé por péssimos caminhos e interceptou o séquito de Conselheiro em Uauá. Ou melhor, foram interceptados, pois foram surpreendidos na madrugada do dia 21 de novembro. No relato euclidiano, os conselheiristas foram avisados pelos moradores do povoado e prepararam uma ofensiva<sup>208</sup>. Muitos conselheiristas morrem, na casa de 100, enquanto o exército sofreu 10 baixas<sup>209</sup>. Os militares, porém, estavam desmoteados, e não perseguiram os conselheiristas, que contaram vitória. No processo de retirada, os soldados atearam fogo nas casas do povoado e promoveram saques<sup>210</sup>.

Em telegrama a Manuel Vitorino, já presidente interino devido ao afastamento de Prudente de Moraes, Viana comenta que uma nova expedição, naquele momento, poderia ser mais perigosa à ordem pública e ao bem-estar da região do que o próprio Conselheiro, levando em consideração o comportamento bárbaro dos soldados federais<sup>211</sup>.

Assustado com o resultado da expedição, Viana torce para que todos esqueçam o que houve e não toca assunto, mas as cartas e notícias que circulam após a batalha em Uauá aumentavam o medo de que os sobreviventes andassem em bandos erráticos, vagando pelos sertões. Novamente, uma ação voltada para solucionar um problema criava outro maior. No já mencionado artigo que o Barão escreve em 1897, Jeremoabo questiona o fato de que as estimativas é que havia pelo menos cinco mil conselheiristas, de maneira que 100 soldados era uma inconsistência que escondia a real intenção de Viana, que era “eliminá-lo

---

<sup>208</sup> Cunha, 2013, p. 232-234.

<sup>209</sup> Galvão, 2001, p. 72.

<sup>210</sup> Fato mencionado em diversos relatos, como Cunha, 2013, p. 232-237; McCann, 2009, p. 64-66; Galvão, 2001, p. 72; Milton, 2003, p. 39-40.

<sup>211</sup> McCann, 2009, p. 64-66. Nogueira, 1978, p. 25.

politicamente e promover [...] a destruição de suas propriedades, a fim de arruiná-la[s] economicamente”<sup>212</sup>.

Sólon também pressiona por um revide, pois não ficaria bem para o Exército aquela derrota<sup>213</sup>, ao mesmo tempo que acusava Viana de ser o culpado pelo fracasso da primeira expedição<sup>214</sup>. Assim, dias depois do fracasso, se iniciam os processos para a segunda expedição, que é formada, inicialmente, pelo dobro de homens e o comandante, major Febrônio de Brito, subiu algumas patentes em relação ao tenente Pires Ferreira, comandante da primeira. Febrônio era um reconhecido gonçalvista na Bahia, e foi escolhido por Sólon, possivelmente para provocar o governador.

No processo, Viana percebe que o desejo de Sólon não era somente de comando das tropas, mas de ser um possível *interventor* caso fosse decretada a intervenção federal<sup>215</sup>. As tropas já chegavam a Monte Santo, bem perto de Canudos, quando Sólon, em razão da querela que acontecia, ordenou que retornassem. Argumentava que havia poucos homens e poucas armas. Viana, em desafio, ordenou que continuassem. Febrônio não obedeceu a Sólon, pois seu desejo era o mesmo dos gonçalvistas: a guerra.

Nesse ínterim, Viana envia telegrama a Vitorino em que apresenta sinais de preocupação com o que acontecia. Ele argumenta que a requisição de forças federais se devia apenas a uma “presteza”, visto que as forças estaduais estavam mobilizadas no interior, se referindo às Lavras Diamantinas, diz que Sólon era “prejudicial à Bahia”, e termina: “Confio sabereis respeitar preceito constitucional (sic)”<sup>216</sup>. Sólon é removido logo após.

Aparentemente, a primeira acusação de monarquismo em Viana veio do próprio Sólon<sup>217</sup>. O general continuou pela Bahia após sua demissão, conspirando com os oficiais da Bahia e “insuflando” a guarnição. Segundo Viana, a “indisposição contra mim com esta classe [a militar]” havia sido fomentada pelo militar:

[...] o general continuou a permanecer aqui, dizendo a todos [...] que não se retiraria da Bahia sem tomar uma lavagem com o governador, trabalhando

<sup>212</sup> Sampaio, 1993, p. 107.

<sup>213</sup> Moniz, 1987, p. 115.

<sup>214</sup> Galvão, 2001, p. 73.

<sup>215</sup> Moniz, 1987, p. 110.

<sup>216</sup> Citado por Filgueiras. Anais da Câmara dos Deputados, tomo IV, 1897, p. 264.

<sup>217</sup> Moniz, 1987, p. 120

e insuflando a guarnição e inventando fatos que nunca se passaram, chegando até a fazer crer que o governo da Bahia procurava aniquilar o Exército, para melhor servir à Monarquia!!!<sup>218</sup>

A expedição, entretanto, continuou. Febrônio estava em Monte Santo, mas após a remoção de Sólon foi obrigado a esperar a chegada de novos reforços. Em janeiro, contava com 600 homens e dois canhões Krupp 7,5. O atraso, porém, evidenciou aos conselheiristas a proximidade das tropas federais no povoado ao lado, fazendo com que se preparassem. Entretanto, Febrônio estava confiante, e mantinha contato com Sólon e Gonçalves. Esperava “regressar vitorioso de Canudos, prestigiado e consagrado [...]”<sup>219</sup>.

Quando iniciaram o avanço, se viram cercados pelos sertanejos. A batalha apresentou muitos revezes canudenses, com os Krupps trabalhando intensamente. Canudos estava a menos de dois quilômetros e os conselheiristas recuaram, com 115 mortos<sup>220</sup>.

Famintos, porém, os militares não aproveitaram a vitória. O estacionamento em Monte Santo por quase um mês esgotara seus recursos. Parte da responsabilidade era do próprio Febrônio. Viana havia entregue cartas para serem mostradas a coronéis da região que eram seus aliados. Nas cartas, Viana recomendava aos fazendeiros que recebessem as tropas e fornecessem alimentos. Febrônio, gonçalvista convicto, preferia revezes a ser considerado um traidor por seu grupo<sup>221</sup>.

O avanço, que poderia ser tático, se tornava desesperado. As tropas viam em Canudos sua sobrevivência, pois lá saqueariam alimentos para sanar a fome. Ao raiar do dia, se viram surpreendidos novamente. A distância foi encurtada, e a vantagem da artilharia se tornou quase inexistente. O séquito conselheirista avançou com barras de ferro, foices, facões e outras armas brancas contra a pólvora republicana. O avanço amedrontou os soldados. Um militar da época anotou que “Febrônio nunca viu tamanha ferocidade”<sup>222</sup>. A solução para as tropas famintas foi a retirada e, chegando em Monte Santo, a população “os recebeu em silêncio”<sup>223</sup>

---

<sup>218</sup> Galvão, 2019, p. 188-192. Entrevista de Luiz Viana à Fávila Nunes para a *Gazeta de Notícias*, em 7 de agosto de 1897

<sup>219</sup> Moniz, 1987, p. 122.

<sup>220</sup> McCann, 2009, p. 70-74.

<sup>221</sup> Galvão, 2019, p. 184.

<sup>222</sup> McCann, 2009, p. 72.

<sup>223</sup> Cunha, 2013, p. 285.

Entre as causas da derrota segunda expedição, se encontra a rusga entre Sólón e Viana, que tinha como pano de fundo o tema da intervenção federal e o controle do estado. Sólón é florianista e republicano, tendo participado da conspiração republicana desde pelo menos 1883. Assim, como tal, também abraçava a missão “regeneradora” do Exército, principalmente quando se trata do interior atrasado.

Além disso, possivelmente era aliado de Glicério. Mesmo que não fosse, jogavam essa partida juntos, pois Glicério já não confiava em Viana para ser a “retaguarda” de seu projeto nacional na Bahia:

A deposição do governador estava nas cogitações dos florianistas [...] porque desagradara Francisco Glicério com a reeleição de Rui Barbosa para o Senado e a inclusão de Seabra na chapa federal. A *República* [jornal] afirmava que Luiz Viana era mais hostil a Francisco Glicério do que a Antônio Conselheiro.<sup>224</sup>

Era essa, pelo menos, a palavra que corria *nos quartéis baianos*, segundo McCann<sup>225</sup>, talvez em razão da agitação que Sólón promovia entre os quartéis e que Viana se mostra ciente. Na visão de Glicério, Viana era um rebelde, um traidor, que impedia a concretização de uma dinâmica virtuosa para o PRF. Viana, entretanto, buscava apenas conservar o poder de acordo com a situação das lideranças e chefias de seu estado.

Uma segunda causa é a já mencionada recusa de Febrônio em solicitar ajuda a um coronel que pudesse ser identificado com o vianismo. Ainda assim, derrotado, escreve uma carta e publica em um jornal, recheada de ataques a Viana. O governador, posteriormente, em mensagem à Prudente de Moraes, diz que a única intenção era impulsionar “hostilidade abrupta contra o governo do Estado”<sup>226</sup>

Assim, as tensões *entrópicas* federais e estaduais se uniam num só concerto e num só desastre. De um lado, o projeto falho do PRF necessitava de uma intervenção federal, assim como os gonçalvistas. De outro, o realismo federalista se impunha mesmo com os fracassos militares que desmoralizavam Viana. Ao fim e ao cabo, a história de Canudos caminhava para a terceira e emblemática expedição, e tudo em razão da incompetência e dos entraves promovidos pelas

<sup>224</sup> Moniz, 1987, p. 143.

<sup>225</sup> 2009, p. 73.

<sup>226</sup> Viana, Luiz. *Mensagem do dr. governador da Bahia ao sr. Presidente da Republica sobre os antecedentes e occurencias das expedições contra Antonio Conselheiro e seus sequazes*. 1897, p. 10. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/227405>>

rusgas constantes entre a “missão regeneradora” do Exército, a dinâmica imaginada por Glicério, o realismo coronelista de Viana e a rixa gonçalvista. No início de 1897, antes da terceira expedição, um senador estadual na Bahia teria dito que “É preciso que acabemos com o Sr. Conselheiro Luis Viana, para acabarmos depois com Canudos”<sup>227</sup>.

### 3.4. A lealdade de Manuel Vitorino

O conhecido fracasso da terceira expedição marca um ponto de inflexão para a história de Canudos. Entretanto, os momentos que a antecederam, embora mais sutis e menos espetaculares, não são menos definidores da história republicana.

Manuel Vitorino era, no momento, presidente interino. As menções a seu nome na historiografia sobre o tema muitas vezes são secundárias, como um personagem cuja citação fosse apenas para colorir o cenário. O que é curioso, visto que não só é um personagem que representa um caminho intrigante, do ponto de vista histórico, como empreendia, no momento das expedições, uma manobra política que quase saiu vitoriosa.

Vitorino fazia parte da leva de políticos monarquistas recém convertidos ao republicanismo. Compunha as fileiras do Partido Liberal desde, pelo menos, 1876. No ano da proclamação, já demonstrava seu faro político quando votou em conjunto com Rui Barbosa, na convenção nacional do partido, pela defesa do federalismo e do fim da vitaliciedade dos senadores. Assim que a república é proclamada na Bahia, em 17 de novembro, Virgílio Damásio é empossado governador. Cinco dias depois, pressionado por Rui Barbosa, é afastado e Vitorino é colocado em seu lugar.

Seu mandato dura cinco meses, e sob ele se formam os primeiros partidos republicanos da Bahia. Como marca, promulgou um ato que propunha o ensino primário obrigatório, medida avançada já para sua época. Porém, quando pedem que Hermes da Fonseca assumira, só resta a Vitorino ceder ao irmão do proclamador.

Em 1891, se elege ao senado federal pelo Federalista, que nesse momento ainda unia José Gonçalves e Luiz Viana<sup>228</sup>. No Senado, sua habilidade política o leva se aproximar de Floriano Peixoto, com o mesmo faro que Viana o fez na crise

---

<sup>227</sup> Sampaio, 1993, p. 102.

<sup>228</sup> Sampaio, 1973, p. 11-14.

que depôs Gonçalves. Participou da reunião de fundação do PRF e, alguns meses depois, forma a seção estadual do PRF na Bahia com Luiz Viana. Seu movimento acompanha a dinâmica imaginada por Glicério.

Ele, *membro da pólis*, formava em seu estado um partido que agruparia as principais lideranças estaduais, sua *retaguarda*, capaz de eleger nomes leais ao PRF em troca do controle que o partido exerceria sobre o governo federal. Assim, logo é eleito vice-presidente da República, na chapa de Prudente de Moraes.

Quando Prudente de Moraes se licencia, assume a presidência interinamente, e o poder reluz sob seus olhos. Vê a oportunidade em suas mãos de rearticular, sob sua figura, o movimento florianista, tendo Glicério como seu articulador e o militarismo como principal *meio*. Assim que assume, cutuca Prudente afirmando que era “indispensável um governo alicerçado em bases duradouras – um governo realmente capaz de executar um programa”<sup>229</sup>, e se dispõe a modificar todos os ministérios, a sede do governo federal – ocasião em que é transferida para o palácio do Catete –, e os delegados da capital.

Quando Viana solicita a demissão de Sólon, Vitorino prontamente responde. Mas quando se discute o nome para a terceira expedição, nomeia Moreira César, sabendo que desagradaria Viana e ciente do histórico violento do comandante, não só no Sul, mas também em seu estado. Moniz especula que a escolha de César fora do próprio Vitorino, pois queria maior apoio de Glicério<sup>230</sup>.

É improvável que ele não estivesse a par das conspirações, intenções ou, ao menos, boatos, do que se planejava na República e na Bahia. Os discursos de Filgueiras agitavam a Câmara e revelavam as intenções dos gonçalvistas desde, pelo menos, 1895. As acusações de um “golpe de Estado” na Bahia pelo deputado também o atingiam, pois fora eleito sob esse suposto regime.

Por outro lado, pode ser que os militares tivessem empurrado Moreira César ao vice-presidente. Nos últimos dois anos sob o governo de Prudente, o Exército vira sua participação orçamentária diminuir, tal qual durante os anos da “Questão Militar” na época do Império, acordos de paz com os rebeldes sulistas, redução de seus subordinados nos batalhões patrióticos e um governo que impulsionava a carreira de todo militar não-florianista<sup>231</sup>. César, por sua vez, era um nome,

<sup>229</sup> Lessa, 2015, p. 143.

<sup>230</sup> Moniz, 1987, p. 146.

<sup>231</sup> McCann, 2009, 64; Coelho, 1976, p. 70-75.

digamos, *motivado* para se provar glorioso. É que César temia que a imprensa reabilitada por Prudente de Moraes lhe gerasse um inquérito sobre suas ações no Sul. Desmantelando o arraial, que cada vez mais aparecia no noticiário do litoral carioca, ele e os florianistas saíam fortalecidos, César seria um herói, e Vitorino a solução política para a governabilidade que Prudente não conseguira ser. Quando Prudente batesse à porta do Palácio do Catete, seria impedido de entrar<sup>232</sup>.

Os recortes históricos coletados revelam em Vitorino um político habilidoso<sup>233</sup>, capaz de omitir suas intenções e modificar de lado de acordo com as imposições da *fortuna*, experiente em identificar um grupo vencedor e um grupo perdedor. E, até agora, identificara corretamente qual era qual. Não fosse Canudos, que aparece na história de Vitorino como um *Deus ex machina*, talvez tivesse repetido o feito. Afinal, como adivinharia que Prudente retornaria ao ofício no dia que o mais temido general do Exército, formulador das táticas de infantaria<sup>234</sup>, seria assassinado por maltrapilhos em seu primeiro dia de carga? E, ainda assim, não desiste de seu *destino manifesto*, determinado a agarrar o poder. Vitorino era um habilidoso conspirador. Apenas dois grandes acasos, Canudos e a incompetência, o derrotaram.

O governador Viana, que “hesitava em comprometer a soberania do estado”<sup>235</sup>, se viu momentaneamente isolado. De seu palácio, enxergava apenas o fracasso da segunda expedição, as acusações de Febrônio na imprensa, as guarnições militares agitadas e seu principal aliado no campo federal operando uma modificação de prioridades<sup>236</sup>. O mesmo Vitorino que foi um dos pivôs da cisão entre *gonçalvistas* e *vianistas* em 1893, e “importou” o PRF à Bahia, agora fazia coro com o gonçalvismo, sustentando uma intervenção desfavorável a Viana.

Viana não via alternativa. Tinha de ceder todos os anéis, na esperança que lhe mantivessem os dedos. Colecionava derrotas e acusações de compadrio com

<sup>232</sup> McCann, 2009, p. 72-73; Moniz, 1987, p. 133-134.

<sup>233</sup> É importante mencionar que, entre os autores utilizados, há inconsistências quanto as orientações políticas de Vitorino. Em Hermann (1996, p. 91), Vitorino aparece como um “antigo opositor” de Viana. Em Calmon (1956, p. 148-149), Vitorino aparece como integrante do bloco gonçalvista, junto com o Barão de Jeremoabo. As demais fontes utilizadas aqui, entretanto, apontam para o trajeto narrado. Os casos de contradição são exemplos da habilidade de Vitorino: recortes de sua vida política em momentos diferentes, sem uma perspectiva cronológica de suas mudanças, são capazes de confundir o pesquisador.

<sup>234</sup> Moreira César formulou a chamada Instrução 1894, que centralizava as táticas do Exército no âmbito da infantaria. Coelho, 1976, p. 94.

<sup>235</sup> Galvão, 2001, p. 74.

<sup>236</sup> Carvalho Jr., p. 194-197.

Antônio Conselheiro. Tinha, em seu quintal, um descontente general agitador. Os baianos queriam sua cabeça. E Glicério também.

Mas Moreira César era um nome tão detestável que nem os gonçalvistas ficaram muito contentes. Sua crueldade vinha de longa data<sup>237</sup>. O próprio chefe, o Dr. José Gonçalves, escrevia na imprensa que não se deveria praticar “o extermínio completo dos infelizes, desvairados, daqueles desgraçados dos Canudos, porque nunca se conseguiu saber que espécie de crime ou crimes cometeram eles, nem em que penas do código incorreram”<sup>238</sup>.

Uma carta escrita ao Barão se mostrava igualmente preocupada “[...] se o César cercar Canudos, manda matar até as crianças e mulheres. Não estou fantasiando, foi isso que se deu em Santa Catarina”, se referindo à atuação do general no Sul, episódio em que ficou conhecido como “corta-cabeças” devido ao excessivo número de degolas de prisioneiros.

Uma segunda, após chamar César de “infeliz” e “cruel”, especulava “Imagine como não ficará cheio de si, como homem necessário, nas grandes crises desta República sul-americana, e quem sabe quanto nos custará o poder que impensadamente lhe estão dando [...]” e conclui “Manuel está inteiramente entregue aqui ao partido jacobino, com o qual, dizem que conta para futuras pretensões”<sup>239</sup>.

César carregava consigo 1281 homens e seis canhões, que desembarcaram em Salvador, viajaram até Queimadas de trem e marcharam de lá para Monte Santo e, depois, para Canudos. Dispensou quaisquer informações que Febrônio estivesse interessado em lhe passar. Seu único temor era o de que os canudenses fugiriam e se dispersariam pelos sertões só de ouvir seu nome. Queria guerra, e não perseguição. Queria massacre<sup>240</sup>. Em menos de um mês, o coronel estava no alto do monte da Favela com seus olhos vidrados em Canudos.

---

<sup>237</sup> Em 1883, o jornal *O Corsário* criticou o Exército, no contexto da Questão Militar que ocorria no Império, afirmando que os oficiais presos por criticarem o regime deveriam continuar presos. Como resposta, o jornal comandado por Apulcro de Castro foi empastelado. Alguns dias depois, o editor recorre à polícia temendo pela vida. Um capitão foi enviado e garantiu ao jornalista que seria escoltado com segurança. No trajeto, a carruagem é interceptada e homens disfarçados executam Apulcro de Castro de uma maneira exemplar, com facadas, socos e tiros. Segundo um inquérito, Moreira César estaria entre os atacantes, mas não foi preso nem julgado. McCann, 2009, p. 30.

<sup>238</sup> Carta de José Gonçalves ao jornal *O Paiz*, 14 de fevereiro de 1897, citadas por José Joaquim Seabra, *anais da Câmara dos Deputados*, tomo IV, 17 de agosto de 1897m p. 296.

<sup>239</sup> Sampaio, 2001, p. 142-144; 138-139.

<sup>240</sup> McCann, 2009, p. 72-74.

Estava convencido que a chave para a vitória era empregar uma carga cruenta e brutal, ao som dos disparos dos canhões nas linhas anteriores<sup>241</sup>. Estava completamente “cego [pelo] fatalismo”<sup>242</sup>. Mas assim ordena. Os sertanejos operavam uma tática próxima ao que se popularizou como “guerrilha” durante o século XX. Por desconhecê-la, Moreira César sairia perdedor, mesmo que não morresse<sup>243</sup>. Sua tática de enviar uma carga de baioneta frontal não tinha como dar certo. Diferentemente de seus adversários, os canudenses fizeram o dever de casa e já “compreendiam a estrutura social e a falta de coesão do Exército” republicano<sup>244</sup>.

As tropas eram indisciplinadas e mal treinadas, boa parte fruto de um recrutamento forçado, pobres, exaustos e famintos. Não tinham motivo algum para lutar essa guerra que não a imposição da força. Os sertanejos sabiam que, assassinando os principais oficiais, que vestiam adornos coloridos e diferenciados das fardas dos soldados, contrastando com o fundo pardo da caatinga, os soldados nem sonhariam em resistir. E assim se deu.

No primeiro dia de carga, 4 de março de 1897, Moreira César é alvejado por dois disparos, e morre naquela mesma noite. Assim que tomaram ciência, as tropas abandonaram as armas e munições no chão e se puseram a correr. Essas armas seriam posteriormente recolhidas pelos sertanejos, e os corpos dos mortos foram deparados no caminho que ligava Monte Santo a Canudos<sup>245</sup>.

Quando a notícia chega ao Rio de Janeiro, no dia 7 de março, Prudente já estava no palácio do catete, exercendo o mandato que lhe era de direito.

---

<sup>241</sup> Galvão, 2001, p. 75.

<sup>242</sup> Soares, 1903, p. 23.

<sup>243</sup> Moniz, 1987, p. 162.

<sup>244</sup> McCann, 2009, p. 85.

<sup>245</sup> As mais emblemáticas são as carabinas Mannlicher, aporuguesadas como *manulixa*, e a espingarda Comblain, chamadas de *Combé* e *Combléa* (Galvão, 2001, p. 76)

## 4. A política republicana em Canudos

A morte de Moreira César serve como combustível e catalizador para todas as tendências conflitivas que já estavam postas na sociedade. A atenção nacional sobre o problema de Canudos, que aumentava gradualmente, se torna o único assunto na capital após o falecimento do coronel. A corrente *militarista* fica desnorteada sem a vitória e as glórias que César carregaria do sertão à capital e, embora rapidamente reorganizem uma quarta expedição e continuem uma atividade conspiratória que resultará no ataque do fatídico dia 5 de novembro de 1897, já não possuem a mesma “clareza” e coesão de planos. Se os conselheiristas modificaram o curso da história golpeando a República, foi nesse episódio.

A realidade é que toda essa linha do tempo poderia ter terminado com o desastre que foi a destruição do povoado de Uauá. Não era mais do interesse de Luiz Viana a continuação do conflito no sertão, ele próprio tendo afirmado, como já citado, que novas expedições poderiam ser mais violentas e prejudiciais à Bahia e à população do que o bando de Conselheiro. Não havia sentido, do ponto de vista profissional, para a insistência de Sólon e, posteriormente, de César, em continuar a atividade expeditória.

É verdade que, na confusão com Sólon, é Viana quem ordena a continuidade da expedição. Por outro lado, não queria nem que a segunda expedição se iniciasse. Iniciada, entretanto, queria dar um fim àquela história, ao invés de dar maior tempo para que o general tomasse controle das tropas e fortalecesse uma expedição comandada pelo gonçalvista Febrônio.

Não fossem a *entropia* e a *missão regenerativa*, era mais estratégico ao Exército, enquanto organização, manter-se alheio ao conflito que acontecia nos sertões baianos. Já tinham ciência, desde que Filgueiras agitava à Câmara em 1895, que se tratava de uma questão regional, envolvendo as duas facções baianas. Deveriam se abster, tal qual se abstiveram durante a “Questão Militar”, negando a perseguição de negros, acusando que não era “capitães do mato” para servir escravocratas. Eram da Guarda Nacional para defender o coronelismo, por acaso?

O florianismo, porém, era controlado por duas perspectivas. A primeira era a de que a legitimidade do Exército em comandar a República se fazia presente na medida em que regenerasse a sociedade civil. A segunda era a de que os estados

deviam se submeter aos desígnios de uma *pólis glicerista*, sonho impedido pelo realismo federalista. Portanto, o florianismo é a força política que identifica a derrota da primeira expedição como uma derrota da Nação, sendo necessária uma resposta enérgica aos sertanejos, e passa a colecionar fracassos desde então. O terceiro desastre marcava um processo desmoralizador, que atingiria seu ápice meses mais tarde. Joaquim Nabuco escrevia a André Rebouças que:

A morte de Moreira César tem alguma coisa que parece mão de Deus. Êle (*sic*) que fêz (*sic*) matar tanta gente em Santa Catarina [...] foi morrer no sertão da Bahia da bala de um jagunço [...]. A derrota foi um pânico, uma fuga, que muito desmoraliza o nosso exército. É um golpe no prestígio do exército como a revolta o foi no prestígio da armada [...] <sup>246</sup>.

Quando Prudente retorna, só resta a Vitorino ceder. No dia anterior, acreditava que receberia a certeza de que terminaria o mandato presidencial após um telegrama de Moreira César, que chegaria a qualquer dia, anunciando a destruição de Canudos. Agora, não só era suspeito de suas atividades aos olhos do presidente, como retornava à vice-presidência e ao Senado. Eram necessárias medidas mais *desesperadas* para alcançar seus objetivos.

Todas as tensões passam a exercer uma pressão muito mais potente sobre cada ator. Viana, que até então reinava em seu estado e diminuía paulatinamente a influência do gonçalvismo, de “derrubada em derrubada”, se viu ameaçado fisicamente. Sua oposição estadual estava cada vez mais ousada e articulada em plano nacional para expulsá-lo do palácio governamental.

Na noite do dia que Prudente de Moraes reaparece de surpresa no Palácio do Catete, “não se dormiu no Palácio e no Quartel-General”. Já ciente da reação que o desastre de Moreira César ensejaria, Viana chamou as polícias e tropas leais a seu governo, armou-as e disse que, caso o 16º batalhão atacasse a residência governamental, que “matassem somente os oficiais”. Na madrugada, o comandante do 16º batalhão de infantaria do Exército, que teria acompanhado Moreira César na expedição, teria ido ao Palácio, mas não se desprendeu nenhum conflito daí. “A correspondência foi ativíssima esta noite” <sup>247</sup>. Viana estava disposto a resistir aos ataques de um Sólon, um Glicério e um Barão.

---

<sup>246</sup> Nabuco, 1949, p. 274.

<sup>247</sup> Anotações do militar Munhoz de Góis, citadas por Moniz, 1978, p. 166.

Durante os preparativos para a quarta expedição, os aliados gonçalvistas da capital orientavam os gonçalvistas da Bahia, certos de que a atividade conspiratória era a melhor tática do momento:

“Talvez este traidor Papa-mel seja deposto e tenha a mesma sorte do Gentil (de Castro). [...] É bom dizer ao Filgueiras que mantenha correspondência com o Costatal (ajudante-general-do-exército), pois este é nosso amigo e pode fazer muito pela nossa política”<sup>248</sup>.

A política dos gonçalvistas, qual era? As cartas remetidas ao Barão nesse período não deixavam claro o que se tratava, mas parecem sustentar a tese de Moniz de que Jeremoabo se empenhava em “intensa atividade conspiratória”<sup>249</sup>.

O remetente Reginaldo Alves de Melo, juiz de direito de amizade muito próxima ao Barão, escrevia que estava na hora da “última cartada: ou o levantamento ou a morte do partido [...]”<sup>250</sup>. Marcelino Miranda, tenente-coronel da Guarda Nacional, mencionava a oportunidade pois Viana estava “sendo acusado por todos os lados” e que estava aberto o “recrutamento (sic) que vem ordens secretas para as localidades”<sup>251</sup>. Benício Penalva, coronel da Guarda, recomendava que Viana “mandará exterminar a todos nós” e, por isso, não deviam “poupá-lo”<sup>252</sup>. Todas essas comunicações aconteceram em março, após a morte de César e a madrugada que Munhoz de Góis descreve.

Canudos assumiu o centro da disputa republicana, cujo tensionamento “chega [...] ao seu apogeu”, com os republicanos paulistas, os legalistas do Exército e o realismo federalista, de um lado, em contraposição aos partidários de Glicério, os republicanos históricos, como Quintino Bocaiúva, os positivistas crentes de sua “missão regeneradora” e o habilidoso Manuel Vitorino<sup>253</sup>. E, como resultado da entropia federativa e dos revezes da guerra de Canudos, os gonçalvistas se aliavam aos florianistas da capital e Vitorino.

---

<sup>248</sup> Carta do capitão Alfredo Leão da Silva, que escreveu do Rio de Janeiro ao Barão de Jeremoabo. Citada por Moniz, 1978, p. 167.

<sup>249</sup> Moniz, 1987, p. 168.

<sup>250</sup> Sampaio, 2001, p. 155. Dizia-se que, na Bahia, quando alguém queria mencionar duas pessoas muito amigas, dizia-se “amigos como o Dr. Melo e o Barão”.

<sup>251</sup> Sampaio, 2001, p. 164.

<sup>252</sup> Sampaio, 2001, p. 167-168.

<sup>253</sup> Carone, 1983, p. 180. Vitorino escreveu ao Clube Militar se eximindo de culpa da expedição, Cf. McCann, 2009, p. 77.

#### 4.1. A nacionalização de Canudos pelo tumulto jacobino

É a morte de Moreira César que nacionaliza Canudos. O conflito, de fato, já possuía ligações com a política republicana desde suas raízes, com o início do assentamento, quando o intervencionismo e a questão municipal atravessaram a vida dos conselheiristas. O desenvolvimento do arraial não rompeu com essa característica.

Em novembro de 1896, as expedições marcavam o início dos confrontos diretos com as tropas federais, que enfrentaram sucessivas derrotas. Entretanto, o limite dessa linha do tempo, se ainda há dúvidas, é a morte do coronel. O impacto foi tão forte que a dinâmica da República se inverteu momentaneamente: um terremoto que ocorreu no interior afetava, diretamente, a capital litorânea.

A reação mais enérgica foi a dos jacobinos. É por meio da pena jacobina que Moreira César se tornará um “substituto moral” de Floriano Peixoto. Um morto para substituir outro morto. Deocleciano Martyr transformou César em um “mártir do dever, que agora passou a fazer parte de seu panteão de heróis patriotas, encabeçado por Floriano Peixoto<sup>254</sup>. Os jacobinos passaram a acusar o presidente de se utilizar de Canudos para restabelecer a monarquia<sup>255</sup>, esquecendo que os fracassos não eram do presidente, mas da incompetência das próprias forças militares.

Martyr reconheceu, entretanto, uma conjuntura valiosa para se contrapor à tendência ao definhamento dos batalhões patrióticos, e sua atuação nesse período dá aos jacobinos um verdadeiro renascimento em sua atuação política, após um grande período de declínio<sup>256</sup>. A *virtù* de Martyr foi tal que aquele grupo secundário, tido como subordinado e inferior ao Exército comandou, em certa medida, o debate público sobre o tema. A pecha de “sebastianista” e os medos de uma “restauração monarquista” que estaria em curso no sertão baiano encontraram em seus jornais um amplificador poderoso. Tais acusações, entretanto, mais que representarem fato histórico, apenas refletiam suas concepções ideológicas – um nacionalismo

---

<sup>254</sup> Muzzi, 2006, p. 109.

<sup>255</sup> Muzzi, 2006, p. 117-118.

<sup>256</sup> Carone,

marcado pela *negativa* a tudo que era considerado Português e monarquista – e seus medos.

Não tardaram em tomar as ruas e ressuscitar a efervescência da rua do Ouvidor. Tentaram emplacar a rua do Ouvidor como rua Moreira César, mas não se estendeu no tempo. Em uma dessas ocasiões, o presidente da Câmara dos Deputados, Artur Rios, foi espancado<sup>257</sup>. Em uma homenagem mórbida à juventude de César, assassinaram o editor Gentil de Castro, do jornal *Gazeta da Tarde*<sup>258</sup>, e empastelaram outros dois jornais monarquistas. A conexão entre o jacobinismo “de rua” e o “parlamentar” se fortaleceu nesse período, e as ruas foram completamente tomadas.

Uma carta de Rui Barbosa, que teve de se esconder na serra fluminense, a seu cunhado expõe o clima para os monarquistas ou qualquer um que fosse minimamente identificado, aos olhos dos jacobinos, à monarquia:

“Os 90,000 votos da Bahia causaram aqui grandes receios à política do Glicério e Ca. (*sic*), que, por isso, deliberaram aproveitar a derrota de Canudos, para me encambulharem a mim e ao L. viana e Artur [...] De modo q. tudo agora serve de pretexto a um “mata! mata” contra mim. Impera agora às escâncaras o assassinato político. A situação é pior que no tempo do Floriano, isso graças principalmente à política do vice-presidente, que, dominado pela ambição da presidência futura, entregou ao jacobinismo as posições mais fortes no governo. [...]”<sup>259</sup>.

A propaganda jacobina dá origem a reflexões como as do tenente Macedo Soares, que assim comenta o período anos depois da expedição: “Se o Exército fosse vencido em mais uma campanha, certamente não estaríamos hoje no regime republicano, talvez sob o de algum protetorado”<sup>260</sup>.

Tanto Jeremoabo como Viana eram acusados de monarquistas enrustidos<sup>261</sup> e a “problemática da luta pelo poder” era novamente discutida em praça pública e em salas fechadas<sup>262</sup>. Ao trazer a temática do “complô” monarquista, os jacobinos se posicionavam como a salvação republicana. Ao associar os monarquistas à violência de Canudos, justificavam o uso da violência na capital, pois uma guerra civil pela república estaria em curso. O conjunto do *demos* acreditava que

---

<sup>257</sup> McCann, 2009, p. 77.

<sup>258</sup> Galvão, 2001, p. 78; Carone, 1983, p. 168-169.

<sup>259</sup> Bandeira, 1960, p. 203.

<sup>260</sup> Soares, 2003, p. 43.

<sup>261</sup> Galvão, 2001, p. 82.

<sup>262</sup> Carone, 1983, p. 169.

defendiam o regime de uma iminente restauração monarquista, e que Canudos seria o primeiro de muitos focos<sup>263</sup>.

## 4.2. Os movimentos de Prudente de Moraes

É difícil dizer se Prudente retornou no melhor ou pior momento naquela manhã do dia 4 de março, quando aparece de surpresa na nova sede do governo, o Palácio do Catete. Vitorino é avisado por um mensageiro que bate à sua porta. É assim que toma ciência que o presidente voltou a ser presidente.

A licença de Moraes durou pouco mais de quatro meses, e as consequências daquele pequeno punhado de homens que enviara no início de novembro de 1896 à Bahia ainda se faziam presentes. O que parecia uma questão mais ou menos trivial, típica dos conflitos regionais da época, se tornou, agora, uma questão imperativa e impositiva. A maneira como lidasse com ela definiria sua sobrevivência política e a continuidade ou não do projeto paulista de consolidação da República<sup>264</sup>.

O tabuleiro lhe fornecia duas peças: a primeira é que não ocupava a cadeira presidencial quando ela ocorreu, de maneira que, apesar da acusação do jacobinismo popular de que seria conivente com Canudos, não era visto como culpado. A segunda é que todas as atenções, antes na capital, agora se voltavam para Canudos. A iminência de um inimigo imaginário maior o retirava do foco dos ataques, e a Bahia se tornou o teatro das operações políticas para os florianistas – mas não para Prudente.

Prudente continuou agindo na sede do poder. Uma das primeiras medidas de seu retorno foi afastar o delegado de polícia que Vitorino nomeou para o Rio de Janeiro<sup>265</sup>. Sabia que qualquer sinal de fraqueza seria explorado, qualquer indicativo de derrota ou deslize tático e sua cabeça rolaria pelos jardins do Palácio. No dia que a notícia chegou à capital, por exemplo, uma multidão enfurecida pedia

---

<sup>263</sup> Galvão, 2001. *O Paiz*, de Alcindo Guanabara e Quintino Bocaiúva, noticiava uma suposta conspiração entre os restauracionistas e os argentinos, que estariam enviando armas de Buenos Aires ao porto de Santos, de onde iriam até a Bahia. *Anais da República*, 21 de julho de 1897, p. 135.

<sup>264</sup> Cf. Hermann, 1996, p. 98.

<sup>265</sup> Carone, 1983, p. 169

pela decretação do estado de sítio, em frente à sede da presidência<sup>266</sup>. Prudente rejeita a instigação, não cometendo o erro de repetir Floriano no momento em que os florianistas queriam tomar seu poder.

Testando as águas, nomeia o general florianista Francisco de Paula Argollo para o Ministério da Guerra e também aceitou o nome do florianista Artur Oscar para o comando da quarta expedição<sup>267</sup>. A lua de mel, entretanto, durou pouco. Quando percebeu que a imprensa recebia os informes da operação, mas ele não, demite Argollo e coloca no lugar Carlos Machado de Bittencourt, representante da ala “profissional” do Exército, que defendia que não cabia à força armada intervenções de ordem política.

Sob o comando de Bittencourt, o movimento que o presidente havia iniciado em 1894 retoma a posição ofensiva. Oficiais como o mencionado Bibiano Costallat passam a ter papéis de menor importância política, transferidos para posições acadêmicas ou administrativas. No lugar de Costallat, João Cantuária é nomeado para o cargo de ajudante-geral. Entre os apoiadores de Bittencourt dentro da arma, estava Medeiros Mallet, que fora expulso por Floriano na ocasião do manifesto dos Treze Generais, mas foi anistiado por Prudente de Moraes com a plataforma de pacificação<sup>268</sup>.

Um episódio emblemático de resistência a esse movimento foi uma revolta de cadetes na Escola Militar da Praia Vermelha, em maio de 1897. O Marechal Bittencourt, com o argumento de fortalecer a atuação das tropas nas fronteiras ao sul do país, requisitou toda munição mantida na Escola Militar. A Escola era um dos grandes “alicerces florianistas”, um foco de agitação política e formação de quadros.

O evento suscita uma revolta dos estudantes, que tentam impedir que a munição fosse transferida. Habilidoso, Bittencourt consegue desbaratar a revolta sem que um confronto letal fosse necessário, desliga os participantes da Escola e prende os oficiais envolvidos<sup>269</sup>. Na opinião de McCann, o desarmamento provavelmente era uma medida preventiva e fortalecia a presidência ao enfraquecer possíveis ativos de Glicério<sup>270</sup>.

---

<sup>266</sup> Milton, 2003, p. 91.

<sup>267</sup> McCann, 2009, p. 78.

<sup>268</sup> McCann, 2009, p. 78.

<sup>269</sup> Carone, 1983, p. 172-173

<sup>270</sup> McCann, 2009, p. 79-80.

As consequências dessa manobra, entretanto, se estendem à *pólis* republicana, marcando um “ponto de inflexão do processo político”<sup>271</sup>. Na ocasião de uma revolta em 1895, Glicério havia defendido os estudantes. Após o fim da revolta de 1897, manteve-se calado. José Joaquim Seabra, deputado baiano eleito “por” Viana contra as indicações de Glicério, apresenta um requerimento à Câmara para que fosse nomeada uma Comissão dedicada a parabenizar o presidente por dominar a revolta.

No requerimento, justifica que essa medida deveria ter sido tomada pelo líder da maioria, o próprio Glicério. Provocado, Glicério respondeu que o requerimento de Seabra tinha como objetivo criminalizar “a solidariedade legalista e republicana”. O requerimento é derrotado por 86 a 60 votos, mas o presidente da Câmara, o Artur Rios que fora espancado pelos jacobinos semanas atrás, era favorável. Por isso, renuncia ao seu cargo<sup>272</sup>.

A fratura agora estava exposta, revelada ao olho nu. Anonimamente, Prudente publica no *Jornal do Comércio* uma resposta à Glicério: “julgamo-nos autorizados a declarar que o Sr. Francisco Glicério não interpreta perante o Congresso a política do Sr. Presidente da República”, desautorizando-o como líder da maioria. Na Bahia, a Assembleia vota uma moção em apoio ao governo federal. Alguns dias depois, Artur Rios vence Glicério por 88 votos a 76 em nova eleição para a presidência da Câmara<sup>273</sup>. Estava consumada a cisão do PRF, o projeto nacional de Glicério.

Estava dado o fim do controle florianista, militarista, jacobino, da Câmara dos Deputados, e a primeira experiência de partido nacional chegava ao fim. Ruía, com ele, o projeto de uma *pólis* representativa, capaz de mediar governo e *demos*. Segundo Lessa, a cisão do PRF, ao possibilitar uma maioria legislativa sob o domínio do executivo, marca o início do governo de Prudente de Moraes. A maioria legislativa refletia, também, o apoio dos principais estados, quais sejam, São Paulo, Minas Gerais, Bahia e Pernambuco<sup>274</sup>.

A cisão do PRF, entretanto, não era de todo negativa para o florianismo jacobino. Ao contrário, permitia uma maior coesão entre os agitadores. É nesse

---

<sup>271</sup> Lessa, 2015, p, 146.

<sup>272</sup> Carone, 1983, p. 173-174.

<sup>273</sup> Carone, 1983, p. 174-175.

<sup>274</sup> Lessa, 2015, 146-149.

momento que Filgueiras, por exemplo, se junta ao PRF. Da mesma forma, a expedição de Artur Oscar ainda estava na mesa, e o jacobinismo popular estava mobilizado. Portanto, apesar da vitória estratégica de Prudente de Moraes, o bloco florianista conseguiu espaço tático para recrudescer sua atuação, numa linha do tempo que culminará na fatídica tentativa de assassinato do presidente. No xadrez, a estratégia tende a ser vitoriosa; mas a tática tem o poder de surpreender e virar a partida em poucos movimentos. Os jacobinos estavam no seu terreno mais favorável. A agitação duraria por mais alguns meses, e uma carta gonçalvista renunciava a violência que acompanharia a dispersão daquele bando. Não falava de Canudos, mas do PRF<sup>275</sup>.

### 4.3. A quarta expedição

*“Era mais que anormal o que se passava na Bahia: uma povoação de mais de vinte mil almas defendia – unguibus et rostris – o seu direito de vida e propriedade contra um governo, audaz, prepotente e sem a menor noção de seus deveres”<sup>276</sup>.*

A história da quarta expedição é a história da debacle da fração “regenerativa” do Exército. Prudente de Moraes não economizou recursos<sup>277</sup>. Seu objetivo de sanar as finanças do Tesouro e as fragilidades da economia só poderia ser alcançado se a cadeira presidencial continuasse a ser ocupada por ele próprio. A arena política modifica constantemente a hierarquia de prioridades, mas a

---

<sup>275</sup> “É fato consumado a cisão do PRF [...] Quererão os que fizeram a República submeter-se ao governo civil, como é de seu dever?”. Sampaio, 2001, p. 174

<sup>276</sup> Cesar Zama, sob pseudônimo de Wolsey, dois anos após a guerra. Zama, 1989, p. 29.

<sup>277</sup> Galvão, 2001, p. 81.

conservação do poder é quase sempre a primeira – sem a capacidade de mando, nenhum programa pode ser colocado em prática.

Ao todo, entre reforços, tropas federais e polícias estaduais, foram mobilizados cerca de 10 a 12 mil combatentes por todo país. Na época, o efetivo do exército girava em torno de 24,5 mil homens<sup>278</sup>. Em dado momento, chega a Canudos um reforço substancial, que Moniz compara a uma quinta expedição<sup>279</sup>.

A cada expedição, Canudos apenas se fortalecia, e assim foi até sua destruição. Para o sertanejo, o que acontecia era tão somente um ataque bruto da República à sua terra, sua casa, e seu modo de vida. Não só os canudenses se sentiam atacados, mas todo sertanejo que por ali habitasse, incapaz de compreender a origem da brutalidade republicana<sup>280</sup>. “O sertanejo defendia o lar invadido, nada mais”<sup>281</sup>.

A quarta expedição chegou a percorrer o mesmo trajeto que a anterior, alcançando Queimadas em 21 de março. Repetiu a mesma dinâmica das demais: mais patentes acima, mais canhões, muito mais soldados. No total, foram utilizados 21 canhões e se envolveram cinco generais, além do próprio Marechal Bittencourt<sup>282</sup>.

A expedição inicia já com dificuldades quando percebe que boa parte da população, temendo recrutamentos forçados como na expedição anterior, fugiu. As feiras da região estavam vazias, acelerando o processo de consumo dos víveres da campanha. Por isso, o confronto direto se inicia apenas em 27 de junho de 1897. A demora desmoraliza Artur Oscar, pois a população estava ávida pelo confronto<sup>283</sup>.

---

<sup>278</sup> Galvão, 2001, p. 83.

<sup>279</sup> 1987, p. 217.

<sup>280</sup> Um elemento interessante a ser considerado é que, durante sua peregrinação, e mais ainda depois que se assentou, Conselheiro participou de diversas cerimônias de batismo, tornando-se padrinho de diversas crianças, algumas já adultas em 1897. No catolicismo popular nordestino, o apadrinhamento estabelecia um vínculo espiritual forte entre o padrinho e o apadrinhado. Em geral, os coronéis e proprietários eram os padrinhos, pois forneciam as posses, meios de trabalho e, às vezes, estudos. Em troca, a ligação espiritual do apadrinhamento garantia um “acionamento” em caso de necessidade, o que explica, muitas vezes, sertanejos pegando em armas para defender lideranças rurais. Abrir mão dessa relação com uma liderança regional para selecionar um andarilho pobre indica a força do carisma de Conselheiro na região. Em dado momento, segundo Galvão (2001, p. 46), é o regime de apadrinhamento que sustenta a resistência em Canudos, com fiéis e seguidores sendo convocados a defender o arraial.

<sup>281</sup> Cunha, 2013, p. 471.

<sup>282</sup> Galvão, 2001, p. 84.

<sup>283</sup> “Numerosas vezes pediram a cabeça de Artur Oscar”, Galvão, 2001, p. 87.

Apesar do tempo em espera, Oscar não preparou um sistema centralizado de logística e abastecimento de víveres e munição. As marchas diárias castigavam os soldados. A composição, aliás, apresentou uma característica representativa da força armada brasileira da época: tinha oficiais demais e soldados de menos<sup>284</sup>. Ressentida com os recrutamentos, a população aprendera a evitar o Exército. Os oficiais exaltados, por sua vez, queriam a guerra.

A superioridade do armamento do Exército se impôs durante os primeiros dez dias, mas a *manulixa* abria fogo contra os soldados e impressionava os generais<sup>285</sup>. O fogo intenso levou ao esgotamento prematuro da munição por parte das tropas destreinadas. Essa composição da Campanha, em que a maioria dos combatentes era destreinado, fazia com que a logística fosse um fator fundamental para a vitória da guerra. Entretanto, como notou o Capitão Manuel Benício em sua correspondência publicada no *Jornal do Comércio*, o general avançava sem garantir o abastecimento<sup>286</sup>.

Segundo Carone, as reportagens de Benício, publicadas no mês agosto, foram fundamentais para a deterioração da imagem que restava do Exército<sup>287</sup>, sendo elemento importante na reviravolta que a opinião pública operou nesse período<sup>288</sup>. Benício acompanhou a expedição na Coluna Savaget, do general de mesmo nome, e não poupou críticas ao comando de Artur Oscar, além de questionar a hipótese de uma conspiração monarquista<sup>289</sup>.

Se tomarmos como verdadeiras as informações de Benício, como foram aceitas na época, Oscar não era um nome adequado ao comando. Benício percebeu que a artilharia foi posicionada sem proteção de trincheira e dentro do alcance das carabinas dos sertanejos<sup>290</sup>, questionou a ausência de exploração do terreno e preparação<sup>291</sup>, considerava o acampamento de Oscar “um inferno, uma mescla

---

<sup>284</sup> McCann, 2009, p. 82-83.

<sup>285</sup> McCann, 2009, p. 87: O general-de-brigada João Barbosa comentou “não ter visto nada igual nos cinco anos de Guerra do Paraguai”.

<sup>286</sup> “Não seria mais racional e tático que, uma vez sentindo-se desmuniado, recuasse metade ou toda a tropa até encontrar a munição que estava a uma légua atrás?” Galvão, 2019, p. 324.

<sup>287</sup> Carone, 1983, p. 179-180. Ainda segundo Carone, as reportagens de Manuel Benício geraram reações do Clube Militar, que escreveu notas em defesa de Artur Oscar.

<sup>288</sup> Galvão, 2001, p. 96.

<sup>289</sup> Galvão, 2001, p. 88.

<sup>290</sup> “[...] não é óbvio que a artilharia é feita e colocada para agir fora do alcance da infantaria?” Galvão, 2019, p. 323.

<sup>291</sup> Galvão, 2019, p. 339-342.

dantesca, satânica”<sup>292</sup>, e chegou a afirmar que a guerra não terminou no dia 28 de junho porque o comandante queria colher glórias pessoais.

A Coluna Savaget estaria em uma posição privilegiada, no morro da Favela, para iniciar um ataque à cidadela, mas, devido à confusão das munições, teve de socorrer a Coluna de Oscar a mando do próprio. Na leitura de Benício, Oscar queria colher as glórias da tomada de cidade, e não deixar nas mãos de Savaget<sup>293</sup>. Savaget teria dito que, “caso houvesse um fracasso nesta expedição, a República seria abalada. É doloroso confessar que deste abalo seria culpado um general republicano como Artur Oscar”<sup>294</sup>.

A situação dos suprimentos só foi resolvida em 13 de julho, e uma nova investida ocorreu em 18 de julho, movimentando quase 3400 homens. Devido a um descuido com os flancos<sup>295</sup>, a carga falha e as tropas fixam posição a 100 metros da Igreja Velha. Esse avanço destroçou a reputação de Oscar perante a opinião pública e, mesmo, entre oficiais, pois custara 1014 combatentes. O general é levado a solicitar mais cinco mil homens a Bittencourt. A manobra de ataque se converteu em uma operação defensiva, de espera, devido à incompetência de Oscar<sup>296</sup>. Escrevia Benício sobre essa batalha: “Não é covarde o nosso Exército, não. Não lhe falta impavidez e bravura na hora do combate; falta-lhe sim, disciplina, ordem e bom comando”<sup>297</sup>. Quando essas linhas foram publicadas, em agosto, Benício já havia sido expulso da expedição por Oscar, que conferia a correspondência<sup>298</sup>.

Durante a espera dos reforços, dois coronéis descobrem que Artur Oscar estabeleceu uma operação lucrativa com um comerciante local, utilizando-se dos recursos da campanha para tal. Optaram por quebrar a hierarquia e notificar a situação ao ministro de guerra. Bittencourt envia o general Miguel Girard, de sua

---

<sup>292</sup> Galvão, 2019, p. 327

<sup>293</sup> Galvão, 2019, p. 328.

<sup>294</sup> Galvão, 2019, p. 325.

<sup>295</sup> Galvão, 2019, p. 342. Benício descreve a surpresa dos soldados e põe em dúvida a capacidade de Oscar: “Os veteranos contam que esta surpresa é hoje pouco comum na guerra, por isso que antes ou durante as marchas os flancos são garantidos de tal sorte que o grosso da tropa fica fora dos tiros de emboscada”.

<sup>296</sup> McCann, 2009, p. 92-94.

<sup>297</sup> Galvão, 2019, p. 345.

<sup>298</sup> McCann, 2009, p. 94-95. Galvão, 2001, p. 88. Benício tinha que fazer viagens longas frequentemente se quisesse que sua correspondência chegasse ao jornal, segundo o próprio narra, evitando a vigília os comandados de Oscar.

confiança, com três batalhões de infantaria à Bahia para que lhe informasse o que acontecia, pois “até então não recebera notícia que prestasse”<sup>299</sup>.

Enquanto o ministro de guerra ficava às cegas, se informando pelas poucas matérias jornalísticas (a maioria das reportagens foi publicada de agosto em diante), Oscar se correspondia com políticos de oposição a Prudente de Moraes que estavam na capital. Em uma dessas cartas, endereçada a Nilo Peçanha, Oscar escrevia que só aceitava “defesa” dos “deputados republicanos”. Reforça, ainda, as teses de uma restauração monarquista, já questionadas por Benício na época: “Quem fornece essas armas e munição em tanta abundância? Por onde transitarão para chegar a Canudos?”. Oscar, ao reforçar a tese monarquista, mais que repetir preconceitos ou obscurantismos, apelava para a necessidade do Exército naquela missão, para sua *legitimidade* – repetia a tese florianista<sup>300</sup>.

Um novo telegrama citando um total de 1582 baixas e todos os problemas logísticos faz com que Bittencourt decida se mobilizar pessoalmente. Aciona batalhões de infantaria estacionados na capital, clama o apoio dos governadores, que mobilizam batalhões de polícias estaduais que são enviadas à Bahia, e desembarca em Salvador em 12 de agosto.

A movimentação de Bittencourt é ousada. Embora os olhos da alta cúpula estivessem em Canudos, o centro nervoso do florianismo ainda estava na capital. Acontece que, desarmados seus principais elementos desestabilizadores, a retaguarda do comando presidencial estava relativamente resguardada. Junto a isso, a atitude de liderança que toma eleva sua estima perante a população e a imprensa.

No dia 7 de setembro, já estava em Monte Santo com mulas e um sistema de comboios diários de abastecimento de víveres e munição até às linhas de Canudos. Segundo Cunha, que viaja a Canudos na comitiva do ministro de guerra, foi Bittencourt o responsável por “transmud[ar] um conflito enorme em campanha regular”<sup>301</sup>.

As movimentações de Bittencourt, entretanto, não foram cruciais apenas para que se concretizasse a destruição do povoado de Conselheiro. Os aliados do Barão de Jeremoabo perceberam que algo estranho estava no ar. Que Bittencourt, antes de sair para Monte Santo, ficou quase um mês em Salvador. Que, talvez, seus

---

<sup>299</sup> McCann, 2009, p. 96.

<sup>300</sup> Carone, 1983, p. 179-180.

<sup>301</sup> Cunha, 2013, p. 510.

planos de tomar o poder estivessem indo por água abaixo, consequência das conversas e relações que o Marechal estabelecia na capital baiana com políticos e militares.

O fazendeiro Aristides Borges, por exemplo, supunha que o objetivo de Bittencourt era, na verdade “cobrir o governador, cuja malquerença com o Exército é patente[...]”, presunção compartilhada pelo coronel da Guarda Nacional José Américo: “esse ministro veio foi garantir Viana”<sup>302</sup>.

Bernardo Jambeiro, médico e deputado estadual até 1894, identifica o passo a passo da expedição até o momento. Primeiro, identifica que Benício era, possivelmente, um “testa-de-ferro da campanha de difamação contra o general [Artur Oscar]”. Depois, compartilha sua especulação de que a permanência de Bittencourt tinha como objetivo “defender Luís Viana de suposta deposição ou assassinato, de que se julga este ameaçado, como por ocasião da indisciplina da Escola Militar [...]” e conclui, rezando para que Glicério

[...] não esmorecerá, e saberá levar até onde se fizer necessária intransigência republicana, acoimem-na embora de jacobinismo os neutros e os revoltosos ex-penitentes. É esta minha esperança que me faz ter fé em um próximo futuro de prosperidades para a República<sup>303</sup>.

Filgueiras, por sua vez, continuava sua atuação no parlamento. Seu emblemático discurso, citado diversas vezes neste trabalho, se deu no dia 17 de agosto, enquanto Bittencourt ainda estava em Salvador. Em síntese, ele expõe toda interpretação gonçalvista, repetida pelo Barão e pelo *Republicano*, jornal que ambos possuíam juntos com Gonçalves na Bahia. Culpa a omissão de Rodrigues Lima e de Viana que, em sua leitura, buscavam apenas afugentar o bando para que atuassem descoordenadamente nos redutos do Barão. Estabelece a ligação entre as movimentações conselheiristas e a questão municipal, utiliza o conflito nas Lavras Diamantinas como evidência de que Canudos era uma estratégia de Luiz Viana, e repete as acusações de que a Bahia estava sob um *golpe de estado*, insinuando que Prudente de Moraes era protetor do governador baiano nessa empreitada golpista e inconstitucional, principalmente por ter negado as intervenções federais entre 1895 e 1896, mas também por não declarar uma intervenção no momento presente. Caso, em 1895, ainda não estivesse claro que “Canudos [...] não era propriamente um

<sup>302</sup> Sampaio, 2001, p. 212; 221.

<sup>303</sup> Sampaio, 2001, p. 213-216.

centro de operações política (sic) contra as instituições republicanas”, sendo apenas encarado como “produto diabólico de uma trica eleitoral”, agora estava, segundo sua argumentação, evidente. Prudente não poderia mais escusar-se de uma intervenção<sup>304</sup>.

Na interpretação de Filgueiras, experiente agitador, se não havia necessidade de intervenção nem requerimento de Viana, *porque o governo federal interveio?* Utilizando-se da lógica simples, argumenta que, ou na Bahia havia um perigo às instituições republicanas, portanto estando satisfeitas as condições de decretação de uma intervenção federal segundo a forma do parágrafo segundo do artigo sexto da Constituição Federal, ou Prudente de Moraes incorria em inconstitucionalidade ao enviar tropas federais, devendo ser afastado da presidência por responsabilidade criminal<sup>305</sup>. Adicionava, ainda, que Conselheiro era aliado de Viana na empreitada de desconfigurar a forma republicana e federativa. Ora, Filgueiras apenas requisitava o retorno da política de Floriano Peixoto.

É improvável que Filgueiras, deputado desde 1884 pelo Partido Conservador, ainda no Império, esperasse que, de fato, uma medida jurídico-institucional fosse tomada em razão de sua acusação<sup>306</sup>. Esperava, entretanto, que sua agitação fornecesse argumentos jurídicos e legitimidade a qualquer tipo de ação que fosse tomada por quem tivesse *meios* para tal. Seja uma intervenção federal, um estado de sítio<sup>307</sup>, seja o afastamento de Prudente de Moraes.

Filgueiras é acompanhado pelo ex-governador José Gonçalves, que declarava em uma entrevista a Fávila Nunes que o governador era arrogante por negar uma intervenção da União em seu “autônomo” Estado<sup>308</sup>. Mais adiante, entretanto, no mesmo dia da morte de Conselheiro, Francisco Pires de Carvalho Aragão, diretor da companhia Ceres Brasileira, criticava a atuação de Filgueiras:

O nosso patrício e amigo Filgueiras *tem dado o cavaco* por não arranjar um estadozinho de sítio para a Bahia. Como aspiração de oposicionista, não

<sup>304</sup> Anais da Câmara dos Deputados, tomo IV, 1897, p. 262-276. A citação direta está na página 264.

<sup>305</sup> Ele cita o artigo 22 da lei n. 30 de 1892 para sustentar sua acusação.

<sup>306</sup> A maioria, inclusive, se posiciona contra, sendo Seabra o principal interlocutor.

<sup>307</sup> No mesmo discurso, defende não só a intervenção federal, mas também o estado de sítio, e cutuca seus colegas por rejeitarem “declaração de sítio para o Estado da Bahia [mas] querem que lá se prenda e aplique pena de morte sem as formalidades legais”. A.C.D., t. iv, p. 279. Ao que é respondido por José Joaquim Seabra: “a comoção intestina não determina, *ipso facto*, necessariamente, a declaração do estado de sítio; é possível que se possa bafar a comoção sem necessidade da suspensão das garantias constitucionais”. A.C.D., t. iv, p. 294.

<sup>308</sup> Galvão, 2019, p. 202.

conheço nada mais original. Como se adaptam ao gosto do nosso amigo os moldes do Consolidador<sup>309</sup>.

Enquanto isso, a espera pelos reforços, comparados por Edmundo Moniz a uma quinta expedição, estabeleceu uma rotina. Ao raiar do dia, em contraste com a reduzida saturação da caatinga daquela região, os soldados de dólmã azul e calça vermelha coloriam o cenário ao se porem de pé iniciar o bombardeio diário à cidade, respondido com saraivadas de disparos de espingardas e carabinas. Ao escurecer, o sino tocava seis vezes e os soldados podiam ouvir e acompanhar, em pensamento, a reza do terço pelos conselheiristas, com o típico pai nosso a cada dez ave-marias<sup>310</sup>.

A partir do restabelecimento das linhas de suprimentos pelo Marechal Bittencourt, a batalha não duraria um mês. Em 22 de setembro, Conselheiro morre, possivelmente de inanição. Antes da batalha final, a artilharia fez 300 disparos em vinte minutos, possivelmente o bombardeio mais intenso contra os brasileiros<sup>311</sup> da história. A última batalha, entretanto, seria marcada por outro revés: Oscar recebeu a informação de que restava não mais que uma centena de sertanejos. Quando a carga de infantaria que ordena chega à cidadela, são encontrados, pelo menos, mil sertanejos dispostos a lutar, entre homens, mulheres e crianças. A finalização, nos dias seguintes, foi particularmente brutal, com soldados assassinando sertanejos “à coice d’armas” e crianças a sangue frio<sup>312</sup>. O *Diário de Notícias* da Bahia fala de “uma rua inteira com duas camadas de cadáveres”<sup>313</sup>.

McCann informa que, dos quase vinte mil praças, 8500 participaram da guerra e, dos quase 3100 oficiais no Exército brasileiro, 1016 serviram na campanha. Destes, 4193 se feriram entre julho e outubro de 1897. O número de mortos é desconhecido. Macedo Soares cita 5 mil, mas não há clareza se citou o número total de mortos e feridos, ou só de mortos, nem de onde citou os dados<sup>314</sup>.

Após negociar uma rendição, Oscar ordena que Belo Monte fosse posta abaixo à base de querosene e bombas de dinamite, num incêndio que carbonizada “casas, homens, mulheres e crianças, nada poupando”. Horas depois, um alferes faz

---

<sup>309</sup> Sampaio, 2001, p. 219.

<sup>310</sup> McCann, 2009, p. 94.

<sup>311</sup> McCann, 2009, p. 98.

<sup>312</sup> Galvão, 2019, p. 253-254.

<sup>313</sup> Galvão, 2019, p. 179.

<sup>314</sup> McCann, 2009, p. 100.

o anúncio derradeiro: “Está tudo acabado! Não há mais um jagunço!”. O hino foi tocado, a bandeira brasileira hasteada, e os vivas à República se prolongaram ao longo do dia. A guerra finda dia 5 e, no dia 8, Fávila Nunes considera Canudos um cemitério a céu aberto, com milhares de cadáveres insepultos<sup>315</sup>.

As repercussões dessa expedição, como é notório, foram extremamente negativas, sendo evidente o tempo e as perdas desproporcionais à vantagem numérica, de equipamentos e recursos que o Exército possuía. Apesar do recebimento positivo do marechal Bittencourt, ao lado de Prudente, a reputação do Exército em geral e de Arthur Oscar, em particular, apenas acompanha a tendência de descer a ladeira que Nabuco percebera com a morte de Moreira César.

Citando as reportagens de Fávila Nunes, McCann nota que:

“As crianças sobreviventes eram valiosos suvenires de guerra, em especial, aparentemente, as meninas. O general Arthur Oscar levou uma”. “[...] muitas delas foram estupradas”. “O comitê Patriótico da Bahia, formado para cuidar dos feridos durante a luta, empenhou-se em proteger as crianças órfãs, reunir mães e filhos e obter a guarda das que foram parar em tavernas e prostíbulos”.<sup>316</sup>

O próprio Fávila Nunes anota que estava levando sua própria “jaguncinha” para casa e que “quase todos os oficiais já têm uma desgraçadinha destas para proteger (sic) [...] Até o próprio General Artur tem uma”<sup>317</sup>. A mobilização do Comitê Patriótico evidencia a forma negativa que essas informações chegaram ao *demos*.

O ato de degola<sup>318</sup>, numa mórbida homenagem a Moreira César, incentivada pelo próprio Bittencourt<sup>319</sup>, foi aplicado aos prisioneiros e rendidos. A ciência desse fato leva acadêmicos de Direito da Bahia<sup>320</sup> e boa parte do *demos* das capitais

<sup>315</sup> Galvão, 2019, 278-280. Reportagem de Fávila Nunes.

<sup>316</sup> McCann, 2009, p. 99.

<sup>317</sup> Galvão, 2019, p. 255.

<sup>318</sup> A degola é immortalizada na pena de Cunha, com sua descrição crua e dolorosa: “Agarravam-na pelos cabelos, dobrando-lhe a cabeça, esgargalando-lhe o pescoço; e, francamente exposta a garganta, degolavam-na. Não raro a sofreguidão do assassino repulsava esses preparativos lúgubres. O processo era, então, mais expedito: varavam-na, prestes, a facão. Um golpe único, entrando pelo baixo-ventre. Um destripamento rápido...”. Cunha, 2013, p. 564.

<sup>319</sup> É o que denuncia César Zama, sob pseudônimo de Wolsey.

<sup>320</sup> “Levantou-se, num protesto severo, a mocidade, pela voz dos acadêmicos de Direito da Bahia: que era feito dos prisioneiros de Canudos?” Calmon, 1956, p. 160.

fluminense e paulista a se posicionarem contra essa brutalidade. O primo do Barão, José Américo, por outro lado, reclamava que não ocorriam degolas suficientes<sup>321</sup>.

Antes do fim da guerra, Francisco Aragão escrevia ao Barão um prenúncio do que Canudos, de fato, se tornou: “um mito politicamente engrossado e explorado”. Reclamava da atuação de Oscar, ao dizer que fazia “política jacobina”, e que escrevia ordens do dia em estilo “febrônico”, zombando da dificuldade do major Febrônio em concatenar ideias, enquanto o “pobre soldado brasileiro vai diariamente caindo”. Percebeu que a intenção de Oscar, antes de vencer a guerra, era *fazer política*. Seu ponto de vista evidencia a falta de confiança que o *demos*, num geral, apresentaria em relação ao Exército nos meses e anos seguintes:

Quem refletir [...] um pouco há de reconhecer que todas as nossas guerras são iguais a Canudos. Vejamos as duas últimas. A revolução do Rio Grande, contra a qual combateram as forças da União e as de Castilhos, durou três anos e não foi vencida, a revolta da Armada terminou depois de seis meses com a podridão dos navios e pela falta de víveres e munições, sem falar na incapacidade dos chefes revoltosos. É preciso convir, compadre, que o nosso glorioso Exército anda muito caipora com as suas glórias. Na rua do Ouvidor, sim, há muito militar, volantes contra paisanos, principalmente se são trinta ou quarenta daqueles contra um destes, haja visto o covarde assassinado do desgraçado Gentil<sup>322</sup>.

Ao fim e ao cabo, terminada a quarta expedição, a população e o próprio Exército descobriam que, inexistente qualquer conspiração monarquista, a “vanguarda do Terceiro Estado” estava, na verdade, bombardeando, queimando e degolando seu próprio povo: a sociedade civil que julgava “regenerar”.

#### 4.4. A derrota florianista

Desde a morte de Moreira César, Martyr e Vitorino se reconheciam: ambos, lideranças inteligentes e habilidosos conspiradores, se viam perseguidos por um passado de “quase”. Martyr “quase” foi bem sucedido com seu desejado “Partido Jacobino do Brasil”. Vitorino “quase” assumiu a presidência permanentemente. Ambos sonhos degolados por Prudente de Moraes. Num encontro dentro do Senado,

---

<sup>321</sup> “Muitas mulheres e crianças em Monte Santo, seguindo para Bahia para dar maior dispêndio ao Estado!! que devia era tudo ser degolado mas assim não quer o tal marechal, que diz retirar todas as forças deixando o sertão contaminado com mais de 2 a 3 mil jagunços [...]”. Sampaio, 2001, p. 221

<sup>322</sup> Sampaio, 2001, p. 217-218.

onde Martyr tinha livre trânsito, Vitorino e o editor d'*O Jacobino* selaram um acordo que definiria, tal qual Canudos, o destino da República.

Há algumas semanas, Martyr já incitava seus sequazes e demais republicanos a se anteciparem ao momento de um confronto iminente. Os jovens do Batalhão Tiradentes deveriam “estar a postos para tomar as suas trincheiras na hora em que soasse o clarim de destituição do presidente da República”<sup>323</sup>, escrevia n'*O Jacobino*.

Foi ele próprio que encontrou Marcelino Bispo, praça do exército e ávido leitor do jornal. Bispo estava convencido que o presidente fazia parte de um complô para a restauração da monarquia<sup>324</sup>. Seu contato com Martyr o transformou no “testa-de-ferro” de um plano que envolveu Glicério, Vitorino, Irineu Machado, Alcindo Guanabara e demais figurões da República<sup>325</sup>.

No dia 7 de setembro, quando Prudente de Moraes aparece publicamente para discursar no dia da independência, o plano de assassinato já estava em curso. Na ocasião, o presidente foi apenas hostilizado pela multidão, pois Bispo hesitou em cumprir sua tarefa de sacar a garrucha e executá-lo<sup>326</sup>. Deixaria passar outra oportunidade no decorrer do mês. Apenas dois meses depois, quando estava prevista uma cerimônia para recepção de combatentes que vinha da expedição de Canudos, é que Bispo se apresentou corajoso.

Naquele 5 de novembro, os jacobinos atiravam em Prudente, mas matavam si próprios. O local da recepção era o Arsenal de Guerra. No lado de fora, um oficial inflamava os “soldados-cidadãos” que aguardavam o retorno de seus soldados da Bahia. Quando Prudente cruza o arsenal, Marcelino saca a arma, mas a garrucha falhou. Prudente deixa o local, mas Bittencourt, tentando desarmar o praça e, ao mesmo, tentando impedir que o matem, é esfaqueado quatro vezes e morre alguns minutos depois.

Durante a gritaria, correu entre o público que Prudente estava morto. A multidão inicia uma aclamação do nome de Vitorino, denunciando a conspiração a céu aberto<sup>327</sup>. Quando a confusão é percebida, Vitorino deixa o local sem nem ver o corpo de Bittencourt. *O Jacobino* e outros dois jornais são empastelados na

---

<sup>323</sup> Muzzi, 2006, p. 117.

<sup>324</sup> McCann, 2009, p. 100.

<sup>325</sup> Carone, 1983, p. 183.

<sup>326</sup> Carone, 1983, p. 180.

<sup>327</sup> Barbosa, Rui. *Obras Completas de Rui Barbosa, Vol XXIV, 1897, tomo I, 1952, p. 170-171.*

madrugada do dia 6. Na manhã seguinte, “morras” a Glicério entoavam de uma multidão na frente da Câmara dos deputados, e Seabra dizia ao povo que extirparia o jacobinismo. Martyr é preso no dia seguinte<sup>328</sup>. No dia do enterro, Prudente acompanha o corpo a pé e, aparentemente, desprotegido. Seu prestígio vai às alturas e é aclamado por pelo menos trinta mil pessoas<sup>329</sup>.

No dia 8, Prudente envia ao Congresso uma mensagem que pede a aprovação de um estado de sítio, que vem a ser aprovado na Câmara no dia 11 e no Senado no dia 12. Glicério foge para São Paulo. Com o sítio declarado, uma série de opositores são desterrados para Fernando de Noronha ou presos, independente de comprovada atuação no atentado. O inquérito identifica Vitorino, Glicério, Bispo, Martyr, João Cordeiro, Alexandre Barbosa Lima, Irineu Machado, Torquato Moreira e Alcindo Guanabara como conspiradores, além de outros oficiais. A polícia, já sob controle de um delegado de confiança de Prudente, concedeu o maior golpe administrativo à atuação jacobina<sup>330</sup>.

Mas o maior golpe político que sofreram foi resultado da própria dinâmica de seu movimento. O florianismo jacobino não conhecia o recuo tático, a defensiva estratégica ou mesmo o diálogo, em nenhuma de suas vertentes.

O diálogo de Glicério se baseava numa imposição imaginária ao realismo do mundo natural, presente nos estados, que não podia ser cumprido; que não *interessava* aos detentores dos poderes locais. O “glicerismo” colocava a *pólis* em confronto com sua própria retaguarda. A missão “regenerativa” escondia o fato de que sua legitimidade necessitava de um controle rígido da sociedade civil e da sociedade política, desmantelando o pacto federativo exigido pelas potências regionais e impondo desordem como resultado do método centralizador que empreendiam. Os jacobinos “de rua” só conheciam o tumulto, a desordem e a guerra; o recuo significava o fim de seu meio de vida.

Assim, a atitude desesperada do florianismo jacobino é resultado de suas próprias contradições endógenas, próprias da imaginação que conduzia aquela aglomeração. Mesmo que Prudente fosse assassinado e Vitorino assumisse, a dinâmica *entrópica* perduraria enquanto o jacobinismo, naquela configuração, perdurasse. O florianismo criava, sucessivamente, as condições de conflito que ele

---

<sup>328</sup> Muzzi, 2006, p. 120.

<sup>329</sup> Carone, 1983, p. 182.

<sup>330</sup> Carone, 1983, p. 184.

próprio deveria superar para continuar relevante. Era insustentável, considerando a necessidade de *compromisso* que o Exército enquanto organização deveria se submeter de tempos em tempos<sup>331</sup>.

Prudente de Moraes foi certo em sua manobra, utilizando-se perfeitamente do tempo político para que seus objetivos fossem atingidos. A politicidade do estado de sítio, tal qual mencionava Floriano, não se faz presente apenas por causa de seu caráter de exceção, mas porque chama um corpo político a exercer o poder de exceção, modificando as regras do jogo e concentrando o poder em algumas instituições e organizações da República. Em todas as ocasiões em que fora provocado a declarar intervenção federal ou estado de sítio, até agora, estava em jogo uma transferência de poder ao Exército e, como consequência, à imaginação florianista, articulada com a maioria congressual de Glicério. Um estado de sítio nessas situações, mais que proteger a institucionalidade, significava transferência de legitimidade ao exercício do poder bruto a algum representante da facção que acreditava na “missão regenerativa” do Exército.

Essa é a primeira vez que Prudente de Moraes tem a oportunidade de revidar diretamente, sem os entremeios das medidas do Marechal Bittencourt ou as manobras parlamentares de José Seabra. A decretação do estado de sítio na ocasião em que foi alvo de um atentado não é uma “desculpa” ou um ato de desespero e medo, mas uma contraofensiva preparada por múltiplos lances anteriores. Suas peças estavam bem posicionadas para esse ataque: o legislativo já estava sob sua égide, o marechal Bittencourt não só havia desarmado a Escola Militar e dissolvido diversos batalhões patrióticos, como absorvera a maior parte da glória da campanha de Canudos, enquanto florianistas como Oscar colhiam a repulsa da população<sup>332</sup>.

Os florianistas organizados em torno de Glicério são, em sua maioria, presos, isolados ou se juntam à nova maioria, compondo números para a nova bancada “prudentista”<sup>333</sup>. Os jacobinos perdem a capacidade de grito nas ruas e sua

---

<sup>331</sup> Como debatido na seção 2.1. desse trabalho.

<sup>332</sup> Bittencourt foi visto como um habilidoso comandante, que fizera a “guerra andar”, enquanto Oscar um incompetente que se utilizava da guerra para fazer política.

<sup>333</sup> “O estado de sítio e as medidas enérgicas do governo contra os jacobinistas e todos os movimentos oposicionistas fazem com que estes recuem e se cindam, pois muitos elementos do P.R.F. aproveitaram-se da situação para condenar a violência e dizer que apóiam as medidas de Prudente de Moraes” Carone, 1983, p. 183-184. As sessões do dia 10 de novembro são recheadas de “explicações pessoais” dos oposicionistas. Alguns mantêm-se na oposição, mas a maioria vota pelo estado de sítio e se une à bancada de Prudente de Moraes. *Anais da Câmara dos Deputados*, tomo

organização é desmantelada. O Batalhão Tiradentes é dissolvido já no fim de novembro<sup>334</sup>. Com os jacobinos e florianistas neutralizados e as ruas tomadas por multidões gritando seu nome, Prudente saíra vitorioso de todo o embate que se iniciou com a publicação de seu Manifesto. Pacificara, enfim, o país.

A partir de agora, os poderes Executivo e Legislativo estavam, ainda que momentaneamente, em harmonia. Seu governo já chegaria ao fim em menos de um ano, mas a conjuntura possibilitou que retomasse suas prioridades programáticas, quais sejam, dar início às medidas que acreditava serem benéficas à economia do país e restabelecer metas de economia fazendária. A negociação do *Funding Loan* se inicia antes mesmo da escolha de Campos Sales como seu sucessor<sup>335</sup>.

No Exército, a concepção de que as forças armadas devem ser um corpo estritamente profissional sai vitoriosa dessa conjuntura. Mallet, o desafeto de Floriano, se tornará ministro de guerra de Campos Sales, o próximo presidente civil. Ao fim da guerra de Canudos, em novembro de 1897, é promovido a general-de-divisão, enquanto Artur Oscar tem sua patente congelada<sup>336</sup>. A concepção regeneradora desaparece por mais de uma década, só retornando pelas vezes do tenentismo<sup>337</sup>. E, apesar da vitória de uma fração aliada ao projeto paulista dentro da organização, a organização como um todo sofreu nos anos seguintes, com relatórios se queixando da falta de dinheiro para reparos simples<sup>338</sup>.

Os gonçalvistas, por meio d'*O Republicano*, que tinha Gonçalves, Jeremoabo e Filgueiras como sócios, manifestavam seu “desejo de colaboração e enfatizou suas aspirações de paz e de ordem social”, discurso completamente contraditório ao modo de atuação do deputado federal e do Barão até então<sup>339</sup>.

As eleições ocorreram em março de 1898, apenas algumas semanas após o estado de sítio que se prolongou no tempo. Em 1896, Quintino Bocaiúva era um dos principais nomes cotados para ocupar a cadeira da presidência a partir do dia 15 de novembro de 1898. Na ocasião da eleição, recebeu 1207 votos, contra

---

VII, 1897. Filgueiras, que se “justificou” nesse dia, disse que, apesar da recente entrada no PRF, não era cúmplice de atentado algum. Marca ausência no dia da votação do estado de sítio.

<sup>334</sup> Muzzi, 2006, p. 122.

<sup>335</sup> Carone, 1983, p. 184.

<sup>336</sup> McCann, 2009, p. 566.

<sup>337</sup> Coelho, 1976, p. 75.

<sup>338</sup> McCann, 2009, p. 102.

<sup>339</sup> Sampaio, 1993, p. 110.

174.578 de Campos Sales<sup>340</sup>. Isso, é claro, num país cuja população excedia os 17 milhões, segundo o Censo de 1900. A harmonia entre executivo e legislativo em sintonia com o realismo federalista, ainda que momentaneamente, possibilitavam uma sucessão civil tranquila, com uma *pólis* independente do povo que deveria representar.

---

<sup>340</sup> Carone, 1983, p. 189.

## 5. Conclusão: o lugar da guerra de Canudos na política republicana dos “anos entrópicos” à consolidação da República.

*“Duas linhas. É que ainda não existe um Maudsley para as loucuras e os crimes das nacionalidades...”<sup>341</sup>*

A primeira hipótese levantada para essa pesquisa foi a de que a guerra de Canudos representou um momento unificador da República. A proximidade temporal com a consolidação da República acusava algum tipo de relação, e a causalidade direta foi levantada como hipótese de aproximação ao objeto. O impacto de uma guerra que mobilizou o país inteiro teria sido a cola que impedira a ordem política de se desintegrar em pedaços. A análise do movimento histórico mostrou precisamente o contrário.

A guerra de Canudos não representou um momento de inflexão da política republicana, mas um momento de ápice/esgotamento da dinâmica que o florianismo impôs à sociabilidade política e institucional, em contraposição ao projeto oligárquico. A Campanha de Guerra, portanto, ao invés de unificar todos os atores em torno da República, representou o acirramento do combate entre duas repúblicas possíveis, materializado no conflito entre os florianistas de Francisco Glicério, Deocleciano Martyr, Manuel Vitorino, Moreira César e Artur Oscar, e os civilistas de Prudente de Moraes, Luiz Viana, Joaquim Seabra e Marechal Bittencourt.

É a dinâmica intervencionista do florianismo que enseja os conflitos no interior da Bahia que dão origem à “questão municipal” e o uso político, de ambas facções, das atividades dos canudenses. O desenvolvimento dessa dinâmica chega ao ponto de conectar diretamente a política nacional e Canudos. O que poderia ser apenas uma consequência indireta, um efeito colateral, se torna um embate direto.

As expedições militares a Canudos se inscrevem no contexto das disputas entre as duas visões da questão federativa na República. Quando o florianismo tomou o poder da República, desenvolveu-se uma dinâmica caótica, tendo como

---

<sup>341</sup> Cunha, 2013, p. 615.

palco de batalha as constantes cizânias em torno da questão federativa. A intervenção federal se tornou uma espécie de substituto do poder moderador, mas, apesar da imaginação *unionista* se julgar o *eleitor único* da vez, o que se estabeleceu fora um constante antagonismo entre o *unionismo imaginário* e o *realismo federalista*.

Num primeiro momento, o principal ponto de contato de Canudos com a política republicana se dá pela cisão do bloco político Federalista que o florianismo engendrou na Bahia. As disputas entre as duas principais facções levaram a que se utilizassem de todos e quaisquer meios para conquistar e manter o poder. Para Luiz Viana, Antônio Conselheiro era instrumental na dispersão de votos dentro do reduto eleitoral do Barão de Jeremoabo. Para os gonçalvistas, a evidência da comunidade canudense reforçava a tese de que a legalidade não existia mais na Bahia, tampouco a forma federativa republicana, sendo necessária uma intervenção federal ou estado de sítio capaz de reorganizar as relações de poder e a institucionalidade baiana.

Posteriormente, o conflito em Canudos se eleva a uma questão nacional, tornando-se instrumento do florianismo, o jacobinismo e os “regeneradores” dentro do Exército. A verdade é que Canudos não fora um elemento capaz de desestabilizar a ordem política. Entretanto, é dessa maneira que adentra a cena política nacional, nos discursos e atos dos políticos e oficiais da capital, em razão da dinâmica entrópica que atravessava a República.

Os jacobinos “de rua”, para continuar com seu modo de vida, necessitavam tornar-se relevantes aos olhos do Estado. Seu único meio para isso era reforçar o motivo de existirem: a guerra, o caos, o tumulto. Na oportunidade que tiveram, a *virtù* de Martyr transformou o arraial num reduto de monarquistas bem equipados para a restauração do Império.

Os “regeneradores”, entretanto, só podiam ser relevantes na medida em que a facção paulista não pudesse escanteá-los. No governo de Floriano Peixoto, os paulistas encampam sua ditadura em razão das ameaças que a República sofria com a guerra no Sul e a Revolta da Armada. Canudos se torna o *fetich*e pelo qual buscam sua legitimidade. Sua legitimidade só era possível, igualmente, pela guerra.

Já a imaginação centralista de Glicério se baseava em premissas insustentáveis. O PRF se estabelecia como mediador da relação entre governo e estados, mas a incapacidade de modificar a realidade do poder naquela federação tornou-o incapaz de prosperar segundo seus próprios termos. Por esse motivo, a

dinâmica que se instala é a de um PRF em constante briga com sua “retaguarda”, isto é, os poderes oligárquicos assentados nos estados.

Mesmo o sonho de Prudente, de uma União que “coordenasse naturalmente” os entes federativos, era uma ilusão. A União é, por definição, uma abstração ilusória, construída pelo juridiquês que legitima a imposição da força. Entretanto, nenhuma abstração pode se impor sem um corpo. O que sustentava o *unionismo* era o florianismo e sua atuação descoordenadora dos entes onde o “poder natural” se estabelecia.

Entretanto, independente do quanto a União evitasse, a imaginação tinha de se confrontar com a realidade na ocasião da renovação dos mandatos legislativos, momento onde o realismo se impunha. Na Bahia, as táticas de “derrubada” e a eleição de quadros não desejados por Glicério abriam a oportunidade e a necessidade para o gonçalvismo atuar como elemento agitador, fomentando o conflito na ânsia de alcançar nem que fosse uma pequena parte do poder que lhe fora retirado.

A pretensão florianista de ordenar a República pela força, impondo às realidades locais o imaginário positivista – que não absorve a contradição – gerou uma dinâmica perniciosa a qualquer tentativa de ordenação política. Os ares “regenerativos” do centralismo florianista se apresentavam, ao fim e ao cabo, como ares desorganizadores, na medida em que não era capaz de construir uma ordem política rotinizada. Enquanto o florianismo comandasse o concerto, qualquer sintoma de harmonia duradoura era insustentável.

A atitude exaltada do florianismo é resultado de suas próprias contradições endógenas conduzidas pelos delírios daquele grupo. Mesmo que Prudente fosse assassinado e Vitorino assumisse, mesmo que Moreira César saísse vitorioso, mesmo que Artur Oscar fosse um hábil comandante, a dinâmica entrópica perduraria enquanto o florianismo jacobino, naquela configuração, perdurasse.

O florianismo criava, sucessivamente, as condições de conflito que ele próprio deveria superar para continuar relevante. Nesse processo, a cada superação, depurava algum setor da sociedade. Era insustentável, considerando a necessidade de compromisso que seus integrantes deveriam se submeter de tempos em tempos. O Exército, enquanto organização, necessitava da sociedade civil. Os jacobinos, do Estado. E o Partido Republicano Federal tinha encontro marcado com a realidade de tempos em tempos nos pleitos eleitorais, que o ocorriam sob a tutela daqueles

que ele pretendia controlar. A regeneração a que se propunham apenas produzia conflitos entre a imaginação da *pólis* e a realidade do poder. O jacobinismo, entretanto, não conhecia o compromisso, apenas o tumulto e a guerra.

O nível de desorganização das partículas era tal que, para derrubar Prudente de Moraes e Luiz Viana, o gonçalvismo e o florianismo se uniram em uma só plataforma: a solução da questão de Canudos seria a guerra. A guerra de Canudos se insere na política republicana como resultado dessa dinâmica que protagonizou os “anos entrópicos”. A guerra não fora resultado da loucura sertaneja, tampouco representou uma batalha entre civilização e barbárie; não fora uma resposta de proprietários à demanda pela terra, nem uma defesa da República contra o misticismo violento e bárbaro de uma comunidade sebastianista. Foi, descoordenadamente, um fruto da política republicana, inaugurada por aquela ordem constitucional. Os republicanos que se agarravam à imaginação em detrimento da realidade: talvez fossem eles os loucos.

A consolidação da República, nesse sentido, não saiu de uma unidade forçada pelo oportunismo ou pela imposição de um fato exógeno como a guerra de Canudos – até porque, como vimos, a guerra de Canudos é *endógena* à dinâmica republicana dos anos entrópicos, produtora de constantes conflitos. A consolidação republicana se inicia como um resultado de um processo de constante depuração que o florianismo impôs à sociedade política – exceto que, devido aos “acazos” da guerra de Canudos, “acazos” bem específicos daquela conjuntura, a agitação florianista teve como resultado a depuração de si próprios da cena política.

Nesse sentido, a pesquisa espera, pela exposição realizada, ter demonstrado as principais conexões entre a guerra de Canudos e a política republicana, acrescentando hipóteses interpretativas relevantes às leituras que conectam a origem e o desenvolvimento da guerra à dinâmica endógena erigida pela ordem constitucional da República pré-consolidação.

## Referências bibliográficas

- ABREU, Marcelo de Paiva. Os funding loans brasileiros – 1898-1931. **Pesquisa e planejamento econômico**, Ipea, v. 32, n.3, dez 2002
- ANTUNES, Livia de Lauro. **Sob a Guarda Negra: abolição, raça e cidadania no imediato pós-abolição**. Niterói, Tese Doutorado, PPG História UFF, 2019.
- BANDEIRA, Carlos Viana. **Lado a lado de Rui (1876-1923)**, Rio de Janeiro: MEC, 1960.
- BRASIL, **Anais da Câmara dos Deputados**, 1892.
- BRASIL, **Anais da Câmara dos Deputados**, tomo IV, 1897.
- BRASIL, **Anais da República**, Livro 2, 1892
- CALASANS, José. **O ciclo folclórico do Bom Jesus Conselheiro: contribuição ao estudo da campanha de Canudos**. Bahia: Tip. Beneditina, 1950.  
Disponível em:  
<[http://josecalasans.com/downloads/o\\_ciclo\\_folclorico\\_do\\_bom\\_jesus\\_conselheiro/o\\_ciclo\\_folclorico\\_do\\_bom\\_jesus\\_conselheiro\\_contribuica.pdf](http://josecalasans.com/downloads/o_ciclo_folclorico_do_bom_jesus_conselheiro/o_ciclo_folclorico_do_bom_jesus_conselheiro_contribuica.pdf)>  
Acesso em: 27 fev. 2023.
- CALMON, Pedro. **Historia do Brasil, Volume 5. A república**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956
- CARCANHOLO, Reinaldo. **Capital: essência e aparência**, volume 2. São Paulo: Expressão Popular, 2013
- CARONE, Edgard. **A república velha 2: evolução política (1889-1930)**, 4a ed. São Paulo: Difel, 1983
- CARVALHO Jr. Álvaro Dantas de. Canudos: a posição do Barão de Jeremoabo. In: SAMPAIO, Consuelo Novaes (org). **Canudos: Cartas para o Barão**. 2ª ed. São Paulo: EdUSP, 2001, p. 17-29.
- CARVALHO Jr., Álvaro Pinto Dantas de. **Cícero Dantas Martins – de Barão a Coronel: Trajetória política de um líder conservador na Bahia 1838-1903**. 2000. 381p. Dissertação de Mestrado - Departamento de História, Universidade Federal da Bahia.
- CLAUSEWITZ, Carl von. **On War**. Nova Jersey: Princeton University Press, 1989
- COELHO, Edmundo Campos. **Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1976.
- CUNHA, Euclides da. **Os sertões**, 1a ed. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2013

- DELLA CAVA, Ralph. Brazilian Messianism and National Institutions: A reappraisal of Canudos and Joazeiro. **The Hispanic American historical review**, vol. 48, no.3, Agosto de 1968, p. 402-420
- FACO, Rui. **Cangaceiros e fanáticos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976
- FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**, 5a ed. São Paulo: Globo, 2012.
- FIORIN, Jose. O discurso de Antônio Conselheiro sobre a República. **Revista Pro-Posições**, n. 3, dezembro de 1990
- GALVÃO, 2001. **O império do Belo Monte: vida e morte de Canudos**. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.
- GALVÃO, Walnicie Nogueira, 2019. **No calor da hora: a guerra de Canudos nos jornais**. 4a ed. Recife: cepe, 2019
- GUANABARA, Alcindo. **A presidência Campos Sales**. Brasília: Senado Federal, 2002.
- HERMANN, Jacqueline. Canudos Destruído em Nome da República. **Tempo**, Rio de Janeiro, vol. 2, n 3, 1996, p. 81-105
- HERMANN, Jacqueline. Canudos: a terra dos homens de Deus. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 9 de out. de 1997, p. 16-34.
- HOBBS, Thomas. **Leviatã**. São Paulo: Martin Claret, 2014
- LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. 7a ed. São Paulo: Companhia das letras, 2012.
- LEITE, Fábio Carvalho. **1891: a construção da matriz político-institucional da República no Brasil**. 2003. 221p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- LESSA, Renato. As cidades e as oligarquias do antiurbanismo da elite política da Primeira República brasileira. **Revista usp, São Paulo**, n 59, p. 86-95, setembro/novembro, 2003.
- LESSA, Renato. **A invenção republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2015.
- LEVINE, Robert. **O sertão prometido. O massacre de Canudos**. São Paulo, Edusp, 1995
- LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social I**. Trad: Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Boitempo, 2012.

- MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. In: STÉDILE, João Pedro; TRESPADINI, Roberta, **Ruy Mauro Marini: Vida e Obra**, São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 131-172.
- MARTINS, Paulo Emílio Matos. Canudos: organização, poder e o processo de institucionalização de um modelo de governança comunitária. **Cadernos Ebape BR** v. 5 n. 4 dez 2007.
- MARX, Karl. O 18 de brumário de Luís Bonaparte. In: **A revolução antes da revolução**, volume II, 2ª edição. São Paulo: Expressão popular, 2015.
- MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**, 2a ed. Trad. Florestan Fernandes. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MCCANN, Frank D. **Soldados da Pátria. História do Exército Brasileiro 1889-1937**. Trad: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras; Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2009.
- MILTON, Aristides. **A campanha de Canudos**. Brasília: Senado Federal, 2003
- MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. Regimes políticos e golpe de estado. IN: **A fórmula para o caos**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008
- MONIZ, Edmundo. **Canudos: guerra social**, 2a ed. Rio de Janeiro: Elo, 1987.
- MONTEIRO, Douglas T. Um confronto entre Juazeiro, Canudos e Contestado. In: FAUSTO, Boris (Org.) **História Geral da Civilização Brasileira**, tomo III, vol. 9. São Paulo: Bertrand Brasil, 1997
- MONTEIRO, Duglas Teixeira. **Os errantes do novo século**, Ed. Nova Cidade, SP, 1974
- MORAIS Barros, Prudente José de. **Manifesto de posse**, 1894. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242846>> Acesso em: 10/01/2023
- MORAIS Barros, Prudente. **Mensagem apresentada ao Congresso Nacional em 3 de maio de 1895 pelo presidente da republica Prudente J. de Moraes Barros**. 1895 Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242724>>. Acesso: 27 fev 2023.
- MOURA, Clovis. **Sociologia política da guerra camponesa de Canudos: Da destruição do Belo Monte ao aparecimento do MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2000.
- MUZZI, Amanda da Silva. **Os jacobinos e a oposição a Prudente de Moraes na transição entre as presidências militar e civil – 1893-1897**. 2006. 178p. Dissertação de Mestrado – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2006.
- NABUCO, Joaquim. **Cartas a Amigos** - coligidas e anotadas por Carolina Nabuco, Vol 1. São Paulo: Ipê, 1949

- NEGRÃO, L. Sobre os messianismos e milenarismos brasileiros. IN: PEREIRA, João Baptista Borges; QUEIROZ, Renato da Silva (orgs.). **Messianismo e milenarismo no Brasil**. São Paulo: USP, 2015, p. 49-68.
- NOGUEIRA, Ataliba. **Antônio Conselheiro e Canudos**. São Paulo: Ed. Nacional 1978
- QUEIRÓZ, Maria Isaura P. de. **O Messianismo no Brasil e no Mundo** (2a. ed.). São Paulo: Alfa-Ômega, 1977
- RIBEIRO, Gladys Sabina. O jacobinismo nos primeiros anos da República: seus ódios, suas razões e a criação de uma ideia de nação. **Revista História: Questões & Debates**, Curitiba, 10(18-19):261-282, jun-dez, 1989
- SAMPAIO, Consuelo N. O jogo das oligarquias. **Luso-Brazilian Review**, vol. 30, n.2. special issue: "The World out of which Canudos came", inverno 1993, pp. 97-113, imprensa da Universidade de Wisconsin.
- SAMPAIO, Consuelo Novaes (org). **Canudos: Cartas para o Barão**. 2ª ed. São Paulo: EdUSP, 2001.
- SAMPAIO, Consuelo Novaes. **Os partidos políticos da Bahia na Primeira República**, 1973. 191p. Dissertação de Mestrado - Faculdade de filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia.
- SCHULZ, John. **A crise financeira da abolição (1875-1901)**. Trad: Afonso Nunes Lopes. São Paulo: USP, 1996.
- SOARES, Henrique Duque-Estrada de Macedo. **A Guerra de Canudos**. 1a. Ed. Tip: Altina - Rio de Janeiro, 1903. Acesso pelo acervo digital da Biblioteca Nacional. Disponível em:  
<[http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_obrasgerais/drg1313065/drg1313065.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasgerais/drg1313065/drg1313065.pdf)>
- VIANA, Luiz. **Mensagem do dr. governador da Bahia ao sr. Presidente da Republica sobre os antecedentes e occurencias das expedições contra Antonio Conselheiro e seus sequazes. 1897**. Disponível em:  
<<https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/227405>> Acesso: 27 fev 2023.
- VIANA, Oliveira. **O ocaso do Império**. Brasília: Senado Federal, 2004.
- VILLA, Marco Antonio. **Canudos: o povo da terra**. São Paulo. Ática, 1997.
- ZAMA, Cesar (Wolsey). **Libelo republicano acompanhado de comentários sobre a guerra de Canudos**. Bahia: Centro de Estudos Baianos, UFBA. 1989